



**Universidade de
Aveiro
2005**

Secção Autónoma de Ciências Sociais,
Jurídicas e Políticas

**Paulo Jorge Brás
Lopes Dias**

**Assimetrias sócio-económicas e ambientais entre
litoral e interior numa perspectiva de
desenvolvimento sustentado**

**DOCUMENTO
DEFINITIVO**



**Universidade de
Aveiro
2005**

Secção Autónoma de Ciências Sociais,
Jurídicas e Políticas

**Paulo Jorge Brás
Lopes Dias**

**Assimetrias sócio-económicas e ambientais entre
litoral e interior numa perspectiva de
desenvolvimento sustentado**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Gestão e Políticas Ambientais, realizada sob a orientação científica do Dr. Fernando Manuel Raposo Morgado, Professor Auxiliar do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Dr. Eduardo Anselmo Nogueira da Silva
Professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. António José Arsénia Nogueira
professor associado com agregação da Universidade de Aveiro (co-orientador)

Prof. Dr. Fernando José Mendes Gonçalves
professor associado com agregação da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. António Campar de Almeida
professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Fernando Manuel Raposo Morgado
professor auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador)

palavras-chave

Assimetrias territoriais; indicadores sócio-económicos e ambientais; desenvolvimento sustentável; áreas litorais e interiores: análise comparativa;

Num tempo em que as consciências apelam a um desenvolvimento sustentável, capaz de garantir uma gestão equilibrada dos recursos actuais que não comprometam o futuro das novas gerações, é fundamental perceber a forma como as populações se organizam e vivem em comunidade e a sua relação com o espaço físico. Nesta perspectiva, a presente tese teve como objectivos principais analisar indicadores socioeconómicos e ambientais resultantes das diferentes formas de ordenamento encontradas no litoral e interior do país e compreender as dinâmicas territoriais à luz do conceito de desenvolvimento sustentável. Para tal, foram seleccionadas duas áreas de estudo: a Cidade da Figueira da Foz, área litoral, e Vila Nova, no interior de Portugal Continental. Este trabalho contou com uma investigação assente em diferentes metodologias, das quais se destacam: i) recolha de dados bibliográficos; ii) pesquisa de campo; iii) realização de estudos de dinâmicas de comportamentos; iv) análises cartográficas. A pesquisa de informação abrangeu a utilização de vários materiais, como obras bibliográficas, mapas, revistas, jornais, fotografias e imagens. Foram analisados diversos elementos que caracterizam as duas realidades em estudo, nomeadamente indicadores físicos (morfologia e plano urbano), indicadores socioeconómicos (evolução demográfica, evolução demográfica por grupos etários, crescimento urbano, população activa, população activa por sectores de actividade, população inactiva, sectores de actividade, redes viárias e tráfego rodoviário) e indicadores ambientais (áreas florestais, produção de resíduos, tecnologias ecológicas). Foi também efectuada uma análise integrativa e comparativa das duas realidades, de modo a confrontar os dois espaços, com o objectivo de procurar compreender as assimetrias observadas através dos indicadores analisados, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Os resultados indicaram que, para a Cidade da Figueira da Foz, localizada na faixa litoral do nosso país, foi observada uma elevada densidade populacional, o que influencia a elevada procura do espaço neste território. A população activa dedica-se, na sua maioria, a actividades terciárias, sendo o sector terciário o mais desenvolvido e o sector primário o menos representativo, assistindo-se a um decréscimo deste sector ao longo do tempo, sobretudo relacionado com actividades ligadas à agricultura e silvicultura que, na cidade, são praticamente inexistentes. Intimamente relacionadas com a actividade terciária, que se encontra bastante desenvolvida na cidade Figueira da Foz, surgem implicações importantes a nível ambiental, resultantes da elevada produção de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Em contrapartida, foi observado um desenvolvimento económico e social bastante acentuado, traduzido num conjunto de infra-estruturas ligadas ao sector do turismo, cultura e lazer. Foi notória a dificuldade em observar equilíbrios entre a sustentabilidade dos agentes económicos e dos consumidores e a protecção das características físicas do ambiente e a alteração dos processos produtivos por via da utilização de tecnologias mais limpas. Para Vila Nova, localizada fora da estreita faixa litoral do país, foram observadas características tipicamente rurais, tais como, a nível da terra, o prevalectimento do sector primário, traduzindo-se num elevado número de terras exploradas, sobretudo florestas e campos agrícolas. Registou-se um sector secundário quase inexistente e o terciário muito pouco desenvolvido. Neste âmbito, verificou-se um importante decréscimo de densidade populacional, um reduzido número de infra-estruturas, mas, em contrapartida, foi observada uma diminuta produção de agressões ambientais. Por outro lado, foram identificadas preocupações para com o ambiente, nomeadamente na preservação de áreas florestais e no desenvolvimento de infra-estruturas ecológicas para aproveitamento de recursos naturais, particularmente de energia eólica.

Presentemente, os significados tradicionais associados ao litoral e interior, assim como entre urbano e rural, têm sofrido alterações operadas por transformações evidenciadas pelos comportamentos da sociedade portuguesa. Foi observada uma necessidade sentida pelos espaços rurais em alterarem a sua identidade, em mudarem as suas funções tradicionais para novas funções de lazer, ligadas a um turismo rural, do verde, de aventura, de cultura, deixando a imobilidade com a qual, habitualmente, estão conotados estes espaços, aproximando-se do conceito de desenvolvimento sustentável. Estes processos podem funcionar, para áreas marginalizadas, como uma importante forma de revitalização do rural, introduzindo outros ritmos e outras relações sociais entre espaço, tempo e respectivos usos, ajudando a reconstruir, em suma, novas identidades sócio-territoriais.

keywords

Regional asymmetries; socioeconomic and environmental indicators; sustainable development; coastal area and the interior; comparative analysis.

abstract

Nowadays, when public awareness calls for sustainable growth, capable of securing an appropriate management of natural resources that will not jeopardize the future of coming generations, it is of crucial importance to understand how populations organize themselves to live in society and how they relate to physical space. In this context, the present thesis aims chiefly to analyse the socioeconomic and environmental indicators resulting from the various ways in which the coastal area and the interior of the country are structured, as well as to understand the regional dynamics at play within the scope of sustainable growth. Two areas of study have been selected: the city of Figueira da Foz, in the coastal area, and Vila Nova, in the interior of mainland Portugal. This study draws on research based on different methodologies, namely: i) collecting bibliographical data; ii) field research; iii) conducting studies on the dynamics of different patterns of behaviour; iv) mapping analyses. In terms of sources of information, various materials were used, such as bibliographical works, maps, magazines, newspapers, photographs, and images. A number of elements characterising the two different realities were analysed; among them were physical indicators (morphology and urban plan), socioeconomic indicators (demographic development, demographic development in terms of age brackets, urban growth, active population, active population in terms of activity sectors, non-working population, activity sectors, road networks, and road traffic), and environmental indicators (forestry areas, production of waste, ecological technologies). An integrated and comparative analysis of the two different realities was also carried out so as to place the two spaces on opposing sides and try to understand the asymmetries revealed by the indicators that were analysed, all of this in the context of sustainable development. The results show that in the city of Figueira da Foz, situated in the coastal area of Portugal, high population density was observed, which has great bearing on the demand for space in the region. The active population works mainly in tertiary activities; the tertiary sector is the most developed one whereas the primary sector, which has been witnessing a decrease, is the less representative one, and is related to activities in agriculture and forestry, virtually non-existent in the city. Closely related to tertiary activities, greatly developed in Figueira da Foz, are important environmental implications, which are a result of the high rate of production of solid, liquid and gas waste. On the other hand, there has been marked economic and social development in the city, which has entailed the creation of a number of infrastructures related to tourism, culture and leisure. There were few visible instances of balance between the sustainability of economic agents and consumers and the protection of the physical features of the environment and the alteration of the productive processes due to the introduction of cleaner technologies. As regards Vila Nova, situated beyond the narrow coastal strip of Portugal, typically rural features were observed, among which is the prevalence of the primary sector with a large quantity of exploited land, mainly forests and arable farms. The secondary sector proved to be nearly non-existent and the tertiary sector showed little development. In this context, an important decrease in population density and a reduced number of infrastructures were observed; on the other hand, few man-induced events against the environment were detected. Furthermore, instances of environmental concern were identified, namely the preservation of forests and the development of ecological infrastructures aiming to use natural resources, in particular wind energy. At present, the traditional meanings associated with the coastal area and the interior, as well as the differences between urban and rural, have been undergoing changes resulting from transformations shown in the behaviour of Portuguese society. A need was identified in rural areas to change their identity, to replace their traditional role with a new one, notably in terms of leisure activities associated with rural tourism, green spaces, adventure, and culture, by abandoning their usual immobility and embracing the concept of sustainable development. In marginalized areas, these processes may perform a revitalising function, by introducing new paces and new social relations between space, time and usages, thus promoting the reconstruction of new socio-regional identities.

ÍNDICE

Introdução.....	19
Enquadramento.....	22
MATERIAL E MÉTODOS.....	29
- Áreas de estudo:	
Cidade da Figueira da Foz	
- Caracterização.....	29
- História e desenvolvimento.....	33
Vila Nova (Miranda do Corvo)	
- Caracterização.....	36
- História e desenvolvimento.....	39
1. RESULTADOS	
1.1. Área Litoral (Cidade da Figueira da Foz)	
1.1.1. Análise de Indicadores Físicos	
- Morfologia Urbana.....	45
- Plano Urbano.....	46
1.1.2. Análise de Indicadores Sócio-Económicos	
- Evolução Demográfica.....	49
- Evolução Demográfica por grupos etários.....	57
- Crescimento Urbano.....	58
- População Activa.....	62
- Evolução da População Residente Empregada por Sectores de Actividade.....	63
- Sector Primário	

- Pescas.....	66
- Agricultura.....	69
Sector Secundário	
- Indústrias.....	70
Sector Terciário	
- Comércio por grosso.....	75
- Comércio a retalho.....	77
- Serviços.....	86
- Turismo.....	87
- Transportes.....	95
- Redes viárias.....	98
- Meios de transporte.....	101
1.2. Área do Interior (Vila Nova – Miranda do Corvo)	
1.2.1. Análise de Indicadores Físicos	
- Morfologia/Plano Territorial.....	103
1.2.2. Análise de Indicadores Sócio-Económicos	
- População.....	104
- Evolução Demográfica por grupos etários.....	105
- População Activa	106
- Habitação e Edifícios.....	107
- Evolução da População Residente Empregada por Sectores de Actividade.....	110
- Sector Primário	
- Agricultura.....	111
- Pecuária.....	113

	- Instrumentos agrícolas.....	113
	- Pomares.....	114
Sector Secundário		
	- Indústrias.....	114
Sector Terciário		
	- Serviços.....	115
	- Artesanato.....	116
	- Turismo.....	116
	- Transportes.....	122

2. ANÁLISE INTEGRATIVA DAS ASSIMETRIAS SÓCIO-ECONÓMICAS

2.1 Indicadores Físicos

	- Espaço Físico.....	130
--	----------------------	-----

2.2 Indicadores Sócio-Económicos

	- População Activa.....	134
	- População Inactiva.....	136

Sectores de Actividade

	- Sector Primário.....	136
	- Sector Secundário.....	139
	- Sector Terciário.....	139

3. ANÁLISE DOS INDICADORES AMBIENTAIS

3.1. Análise dos contrastes dos impactes ambientais por sectores

	- Sector Primário.....	144
--	------------------------	-----

- Sector Secundário.....	149
- Sector Terciário.....	156
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166

Bibliografia

INTRODUÇÃO

Numa análise à cartografia económica e social de Portugal é manifesta a existência de significativos contrastes na estrutura territorial do País, evidenciados, desde logo, por diferenças de comportamento demográfico, económico e social que se registam, na maioria dos casos, entre as áreas do litoral e interior nacionais. A relação litoral-interior permite verificar esse mesmo dualismo, denunciando sentidos díspares que resultam num complexo e diversificado mosaico de configurações territoriais que caracterizam o Portugal de hoje. As assimetrias entre o litoral e o interior acentuaram-se nos últimos anos, fruto de transformações vividas na economia e na sociedade portuguesa, que resultaram numa tendência, algo generalizada, para o êxodo rural, produzindo esses movimentos migratórios uma concentração demográfica em muitas das áreas do litoral em desfavor das do interior. A perda de importantes efectivos demográficos conduziu muitas áreas do interior do país para um défice de acessibilidade aos serviços, aos empregos e, conseqüentemente, levou à destruturação e desterritorialização das sociabilidades destas comunidades e, em caso extremos, ao abandono de aldeias. Estes espaços, que não acompanharam os processos de modernização, quer da modernização das actividades agrícolas quer da adaptação ou adopção de processos de industrialização, e que portanto permaneceram até mais tarde numa ruralidade tradicional, confrontam-se no seu quotidiano com um estado de marginalização. Marginalizar é aqui entendido como “um situar-se à margem, numa relação de dependência, numa localização excêntrica em relação aos centros de decisão, em que se inscreveram por esta via a marginalização de pessoas, comunidades, correntes políticas, populações e também localidades, regiões...” (Caetano, 2002). É um termo ou expressão que cada vez mais se utiliza para descrever características concretas definidas por factores de ordem geoeconómica, socio-cultural e geopolítica que se verificam nos territórios. O Litoral, pelo contrário, apresenta em geral espaços densamente povoados, com manifestações de uma “densificação espacial geradora de uma desordem urbanística e de um processo de urbanização onde são notórios os défices de infra-estruturas e equipamentos” (Caetano, 2002). Acompanhando estes contrastes evidentes entre litoral e interior do nosso país, verifica-se que, nas escalas de maior pormenor, quer a nível concelhio quer a nível sub-regional, estas mesmas clivagens perderam esta linearidade e apresentam-se ainda mais complexas, constatando-se maiores desigualdades socio-económicas provocadas por um conjunto mais complexo de situações.

A Região Centro, região na qual se inserem os dois locais de estudo, é de uma forma geral uma região bastante fragmentada, “transformada num verdadeiro arquipélago em que os contextos territoriais contíguos apresentam, quantas vezes, dinâmicas demográficas e sócio-económicas distintas” (Caetano, 2002). Na Região Centro, a população tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos cem anos. No entanto, subjacente a este comportamento demográfico, verificaram-se comportamentos demográficos regionalmente diferenciados e diferenciadores, responsáveis não só pelas divergências profundas entre os concelhos como, também, pela discordante organização e ocupação dos espaços do litoral e do interior, assistindo-se a dois conjuntos espaciais bem distintos: um litoral mais densamente povoado e urbanizado e um interior mais despovoado com uma urbanização mitigada. A rede urbana da Região Centro traduz-se em pequenas e médias cidades que se “enquadram em duas matrizes sócio-territoriais maiores do contexto nacional: as áreas de desenvolvimento intermédio que caracterizam, na generalidade, o litoral; as áreas mais marginais e em depressão que, grosso modo, coincidem com o interior. À primeira corresponde uma urbanização mais acentuada e de tipo difusa, enquanto à segunda se associa uma polarização centrada nos principais centros urbanos, que, com excepção da Covilhã, correspondem às sedes de distrito, Viseu, Guarda e Castelo Branco” (Caetano, 2002). É de salientar a importância dos nós rodoviários das cidades e vilas, e dos eixos que os articulam, como desempenhando um importante papel na articulação, organização e na coesão sócio-territorial, verificando-se que as maiores densidades se localizam ao longo destes mesmos eixos. Assim, destacam-se pela sua importância, quatro grandes eixos, uns de orientação Norte-Sul, que no caso do litoral coincide como o eixo Aveiro-Leiria e no interior com o eixo Guarda-Castelo Branco, e outros que se desenvolvem a norte e a sul da Cordilheira Central, como são exemplo, a norte, o eixo que liga Aveiro à Guarda e, a Sul, o eixo que liga Pombal e Castelo Branco. Na Região Centro, este mosaico diverso e plural de espaços, evidencia alterações tanto de forma gradual, dando a ideia de uma continuidade, como de forma abrupta, tendo-se registado mudanças acentuadas tanto nas paisagens físicas como humanas. Nas áreas urbanas do litoral, onde se inscrevem médias e pequenas cidades, estas funcionam como pólos dinamizadores de vida, manifestando-se com um aumento populacional e consequentes problemas de confronto entre o social/económico e a relação com o uso do espaço físico. Os centros urbanos do interior continuam, no entanto, a apresentar-se mais mitigados, sendo a sua importância condicionada pelas mobilidades

quotidianas existentes. As vilas e aldeias, em geral, “pelas características demográficas, pelo despovoamento e envelhecimento da população, florestação monocultural, isolamento e acessibilidades difíceis, a que se juntam os efeitos de montanha,” são territórios que nas últimas três ou quatro décadas aprofundaram a sua condição de territórios marginalizados no sentido económico e social (Caetano, 2002).

Convém referir que os espaços rurais não são homogéneos e que cada um se apresenta como um espaço individual, específico e muito próprio, podendo mesmo o seu crescimento verificar-se, em geral, quer sob a forma de periurbanização quer sob a forma de exurbanização, em torno de cidade médias, nomeadamente nas do litoral, como tem vindo a acontecer. Presentemente, os significados tradicionais associados a litoral e interior, assim como entre urbano e rural, têm sofrido alterações operadas por transformações evidenciadas pelos comportamentos da sociedade portuguesa. Existe uma necessidade sentida pelos espaços rurais em alterarem a sua identidade, em mudarem as suas funções tradicionais para novas funções, funções de lazer, ligadas a um turismo rural, do verde, de aventura, de cultura, deixando a imobilidade com a qual, habitualmente, estão conotados estes espaços, aproximando-se do conceito de desenvolvimento sustentável. Estes processos podem funcionar, para as áreas marginalizadas, como uma importante forma de revitalização do rural, “introduzindo outros ritmos e outras relações sociais entre espaço, tempo e respectivos usos, ajudando a reconstruir, em suma, novas identidades sócio-territoriais” (Caetano, 2002).

ENQUADRAMENTO

Assimetrias territoriais e conceitos urbanísticos e ambientais

Neste trabalho, as componentes ordenamento do território e ambiente não podem ser dissociáveis. Ambas se completam e interligam de forma a responderem eficazmente às necessidades e à finalidade que preenchem em qualquer ecossistema. Por isso, e porque parece importante explicar, embora de forma sintética, a contribuição de cada uma destas estruturas, serão abordados em termos gerais os alicerces estruturantes do ordenamento do território, assentes em 4 grandes objectivos: o desenvolvimento sócio-económico equilibrado das regiões; a melhoria de qualidade de vida das populações; a gestão responsável dos recursos naturais e protecção do ambiente e a utilização racional do território. Para a concretização destes mesmos objectivos, em matéria de ordenamento, é indispensável elaborar e produzir planos e estratégias, ou ambos, e mobilizar meios para realizar os mesmos (César e Cunha, 1998), sendo o planeamento aqui definido como “a actividade dos indivíduos que, recorrendo aos meios convenientes, tende a decidir sobre as acções a empreender com vista a assegurar o cumprimento destes objectivos” (César e Cunha, 1998). No entanto, o planeamento representa apenas uma ferramenta de carácter prospectivo, capaz de fazer projecções para o futuro, dependendo à posteriori da gestão que, sendo de carácter executivo, orienta o presente, conduzindo, através dos meios disponíveis, à concretização dos objectivos determinados (César e Cunha, 1998). De acordo com estes propósitos físicos, estabelecem-se, no domínio da gestão, as estratégias de operacionalidade que resultam na urbanística presente de cada lugar. O conceito de urbanismo completa-se com o estabelecimento de outros objectivos e conteúdos no domínio económico e social que, interagindo, garantem uma coerência global e uma interligação espacial ajustada às necessidades dos cidadãos e não comprometedoras para o meio ambiente. Neste quadro, qualquer desenvolvimento urbano que não se oriente por um planeamento e gestão urbanística prévia pode culminar em prejuízos sociais, económicos e ambientais desnecessários. Algumas transformações nem sempre acautelaram o equilíbrio ecológico, a melhoria do ambiente e a sustentabilidade do desenvolvimento. As alterações do panorama das sociedades mundiais, aportadas pela tecnologia industrial e de informação, catalizaram padrões de consumo que se têm caracterizado por excessos em todos os domínios com agravamentos das condições de vida nas cidades, alteração da

paisagem rural e do meio natural (César e Cunha, 1998). Face a esta realidade, o planeamento e gestão urbanística são essenciais para um ordenamento do território sustentável, que se compadeça com uma posição responsável da utilização ordenada dos recursos para satisfazer as necessidades do presente sem hipotecar os recursos para as gerações futuras. Este conceito de sustentabilidade apela a uma protecção ambiental vasta que não abrange apenas a acção directa de proteger o meio ambiente mas também apela à reutilização, reciclagem e transformação regrada do território e dos seus recursos (César e Cunha, 1998).

Crescimento sócio-económico e desenvolvimento sustentável

O Ambiente natural sempre foi a base de sustentação para o ser humano, possibilitando à espécie humana retirar dele o seu próprio alimento, garantindo assim a própria sobrevivência. Esta função básica foi evoluindo, sendo conhecidas ao longo da história da humanidade várias fases distinguidas entre si pelos sistemas de aprovisionamento alimentar. Essas fases foram passando desde a caça à pastorícia, e da criação de gado à agricultura (Mela et al, 2001). Em termos ambientais, a actividade agrícola em si representava a forma mais simples de um ecossistema, restringindo-se a presença de um número muito limitado de espécies vegetais numa determinada extensão de terreno. O ser humano vivia em harmonia com a natureza, praticando fundamentalmente a agricultura e a pesca. No entanto, mesmo estas actividades, foram acompanhadas de alterações introduzidas pelo Homem, que representaram o primeiro sinal de agressão ao meio ambiente natural. Devido ao grande crescimento demográfico verificado, sobretudo a partir do século XVIII, existiu a necessidade de responder a um aumento da exigência da procura de alimentos e, devido a este facto, iniciou-se um processo de utilização cada vez mais intensivo dos terrenos para fins agrícolas, sobreexplorando-os e provocando, muitas vezes, o seu empobrecimento. Às práticas tradicionais aliavam-se técnicas capazes de aumentar enormemente o rendimento, através da introdução de meios mecânicos e do emprego de fertilizantes e antiparasitários químicos. Esta carga sobre o ecossistema, aproximou-o da ruptura, pondo em causa o equilíbrio anteriormente vivido entre o Homem e o Meio Natural. Registaram-se os primeiros danos ambientais relacionados com a poluição daí resultantes, como a contaminação dos cursos de água, a difusão de substâncias químicas na atmosfera, entre outros (Mela et al, 2001).

A pesca, outra das principais fontes de alimento da espécie humana, sofreu também nesta altura fortes transformações relacionadas com o forte aumento da densidade populacional a nível mundial. A exploração desenfreada dos recursos pesqueiros dos mares e das águas doces, através da introdução de novas técnicas de aprovisionamento, traduziu-se nestas ultimas décadas, numa forte quebra do stocks ictíacos mundiais, levantando o problema do possível esgotamento de recursos (Mela et al, 2001). No entanto, desde tempos muito remotos até meados do século XX, particularmente à década de 60, a filosofia de vida das pessoas confinava-se ao que ficou conhecido por Dominant Western WorldView, que se resumia a uma doutrina ecológica, por assim dizer, em que se acreditava, e passo a citar, na “ confiança na linearidade do progresso humano, baseada na ciência e nas suas aplicações tecnológicas e, sobretudo, a convicção de que tal progresso seria capaz de pôr a natureza ao serviço do Homem, fornecendo-lhe indefinidamente recursos necessários aos seus objectivos” (Mela et al, 2001). A visão da sociedade sobre o meio ambiente era que o mundo era vasto e dava oportunidades ilimitadas aos seres humanos, havendo para cada problema uma solução que nunca abrandaria ou impediria o progresso. Neste paradigma, o Homem era também a criatura terrestre que dominava e controlava todas as outras, sendo encarado como um ser superior (Figueiredo, 2003/2004). Verificar-se ia um progresso fortemente centrado no desenvolvimento económico e social, não existindo quaisquer preocupações com o meio ambiente. No entanto, a concepção do Homem sobre o meio ambiente sofreu um forte abalo. A crença do Homem de que o meio ambiente era capaz de suportar toda e qualquer agressão deixou de ter validade em 16 de Julho de 1945, considerada por muitos a data mais importante na consciencialização do Homem face aos impactes ambientais (Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 11/87 de 7 de Abril). Esta data refere-se ao dia em que a utilização da bomba atómica, no termo da segunda Grande Guerra, fez estremecer o mundo, demonstrando que, afinal, o Homem tinha não só uma extrema capacidade de alterar o meio ambiente, como até o poder de destruir a sua própria espécie (Mela et al, 2001). Associadas às consequências das acções destrutivas levadas a cabo pelo Homem, juntou-se outro tipo de actividades decorrentes de acções e actividades relacionadas com o normal funcionamento do sistema social, que se traduziram, na prática, em consequências negativas para o meio ambiente. Essas actividades reportam-se ao incremento do desenvolvimento económico e social, principalmente a partir da década de 60, que levou a um aumento desmesurado da exploração dos recursos energéticos do

planeta e das matérias-primas, ao aumento da produção industrial e à ampliação da difusão dos meios de transporte, entre outros (Mela et al, 2001). Esse mesmo progresso seria revelador de danos imponderados pelo Homem sobre o meio ambiente, o que resultou no receio relacionado com o esgotamento das matérias-primas, com a crescente presença de resíduos não facilmente recicláveis, com potenciais danos resultantes de ciclos de transformação industrial específicos, como os que são próprios de grande parte das indústrias químicas (Mela et al, 2001). Surgiu então a questão ambiental, provocando uma necessidade geral de reestruturar de forma diferente os muitos temas relativos ao desenvolvimento humano e à relação Homem/Natureza que, em tempos anteriores, tinham parecido quase destituídos de relevo problemático. A este respeito, a sociedade interiorizou uma nova forma de encarar os aspectos ambientais, dando origem a uma nova doutrina ecológica, a um novo paradigma – a New Ecological Paradigm. Esta nova ideologia redimensionou a posição do Homem na Terra, encarando-o como apenas mais uma espécie entre muitas outras que foram envolvidas de forma interdependente no ecossistema global. Além disso, foi reforçada a ideia de que o ser humano vive num ambiente biofísico finito e que todas as actividades, principalmente as económicas e sociais, podem aumentar a capacidade de carga do planeta e que, portanto, cabe ao Homem ter atenção em não negligenciar as leis ecológicas (Figueiredo 2003/2004). As mudanças ambientais globais que agora ocorrem diferem das que ocorreram no passado pelo menos de duas maneiras: por um lado, o ritmo da mudança global acelerou-se dramaticamente e, por outro, as mudanças globais com as quais nos preocupamos hoje em dia são amplamente antropogénicas na sua origem. Isso significa que os seres humanos deixaram de ser vítimas inocentes, obrigadas a adaptar-se, em alguns casos rapidamente, a mudanças em grande escala nos sistemas ambientais resultantes de forças superiores ao seu controle. Pelo contrário, actualmente, o ser humano tem a consciência perfeita de que é o seu próprio comportamento que deve ser controlado para se conseguir ter sucesso no melhoramento ou no redireccionamento da mudança global (Stern et al, 1993). Neste contexto, todas as actividades desenvolvidas pelo ser humano têm alguma pertinência potencial à mudança global do ambiente. Demonstrou-se que o complexo de variáveis sociais, políticas, económicas, tecnológicas e culturais, era por vezes, designado como forças propulsoras, devido à influência que as actividades humanas podiam causar na mudança global (Stern et al, 1993).

Dinâmicas sócio-económicas no contexto das transformações ambientais

Podem-se classificar em cinco as forças propulsoras (causas) que apresentam um forte poder de influenciar e alterar o normal funcionamento do sistema ambiental (Stern et al, 1993): o Crescimento Populacional; o Crescimento Económico; a Mudança Tecnológica; as Instituições Político-Económicas; as Atitudes e Convicções. O crescimento populacional provocou uma maior exigência imposta ao meio ambiente. Se cada pessoa reclama do meio ambiente alguma coisa para as necessidades básicas da vida, como por exemplo alimento, vestuário, água, moradia, entre outros, quanto maior for a densidade populacional, isto é, quanto maior a população existente num determinado espaço, maior será a agressão ao ambiente. A necessidade de provisão de recursos para responder às exigências da população e à maior absorção de resíduos e poluentes gerados vai, obrigatoriamente, influir de forma mais lesiva no meio ambiente (Stern et al, 1993). A actividade económica é, actualmente, tão extensiva que gera mudanças ambientais (Stern et al, 1993). O crescimento económico ligado, principalmente, às indústrias de produção de bens em grande escala, acarretou uma maior pressão ao meio ambiente, o que por vezes provocou um desenvolvimento económico não sustentável. A exploração de matérias-primas, necessárias às indústrias, aliada às consequências do processo de transformação dessas matérias, em produtos semi-acabados ou produtos finais, foram responsáveis pelo aumento da degradação ambiental. As mudanças tecnológicas podem também influir na mudança ambiental. A invenção constante de novas formas de descobrir e explorar os recursos naturais, aliada à quantidade ou tipo de resíduos produzidos por unidade de produção, pode também incrementar o impacto das actividades humanas sobre o meio ambiente, se não existir uma escolha prudente e acertada das tecnologias a serem utilizadas (Stern et al, 1993). As instituições político-económicas são consideradas forças propulsoras com significativa importância, pois o meio ambiente reagiu às acções dos mercados, dos governos e da economia política internacional. Ao nível político, as políticas governamentais podem ter significativas consequências ambientais, intencionais ou não. O facto é que a economia política internacional, com sua separação global da mão-de-obra e riqueza, pode permitir abusos ambientais, particularmente no Terceiro mundo. Esses efeitos sobre o ambiente dependem sempre dos comportamentos das políticas nacionais e internacionais praticadas (Stern et al, 1993). As atitudes, convicções e valores das sociedades, e de cada um em particular, influenciaram significativamente a relação

Homem/Natureza (Stern et al, 1993). Pretendeu-se que, numa escala temporal, as gerações humanas futuras se preocupassem cada vez mais com as questões ambientais, de forma a assegurar uma consciencialização global que garantisse uma defesa intransigente dos valores ambientais. As causas humanas ou forças propulsoras podiam actuar sozinhas ou combinadas e provocar mudanças ambientais à escala global. No entanto, é difícil avaliar as consequências exactas para o ambiente pois estas forças da mudança global, que actuam geralmente em combinação, provocam interacções dependentes do lugar, tempo e nível de análise. É neste esforço que se pretende incluir estudos tanto a nível global como em níveis geográficos mais baixos, encaminhando também a análise para diferentes escalas de tempo, de forma a obter mais informações em relação à forma como as forças que provocam a mudança ambiental podem ser afectadas por ela (Stern et al, 1993).

No presente, o conceito de desenvolvimento sustentável consolida-se cada vez mais, considerando-se que o verdadeiro desenvolvimento “é o desenvolvimento que presta serviços ambientais, sociais, económicos de base a todos os moradores de uma comunidade sem ameaçar a viabilidade dos sistemas naturais, urbanos e sociais de que depende a prestação de serviços” (Gomes, 2000). A qualidade de vida do ser humano depende invariavelmente da qualidade do ambiente, isto é, o meio natural onde o Homem se integra. Aspectos relacionados com o seu comportamento, com a saúde e o seu próprio bem-estar dependem impreterivelmente da qualidade do ar, do ruído, do tráfego, da qualidade da habitação e do grau de acessibilidade e diversidade de acessos a zonas verdes e espaços públicos (Gomes, 2000).

Objectivos gerais

Os objectivos gerais desta dissertação procuram não só aprofundar e actualizar o conhecimento das dinâmicas territoriais, observando a existência dessas trajectórias de desenvolvimento com base numa análise à escala local entre dois lugares, um localizado no litoral e outro no interior, mas, também, analisar conjugadamente que impactes sócio-económicos e ambientais resultam das diferentes formas de ordenamento do território existentes. Neste contexto, a análise efectuada baseou-se em dados de evolução espacial e temporal ao nível de duas freguesias localizadas na Região Centro do país e ambas pertencentes ao Distrito de Coimbra. Assim, pretendeu-se, a nível espacial, traçar um

retrato minucioso das transformações ocorridas nos respectivos territórios, relativamente a quatro grandes domínios de análise – componentes físicas, sociais, económicas e ambientais. A nível temporal, recorreu-se a indicadores de evolução, captando e identificando a intensidade das mudanças ocorridas durante estas últimas décadas. O estudo destes dois casos em concreto incidiu sobre a temática da convergência/divergência regional, estando subjacente a influência das transformações operadas na sociedade portuguesa nos últimos anos. Neste encadeamento, foi perceptível verificar “in loco” se as mudanças provocadas pelas melhorias nas condições dos territórios, como a existência de novos equipamentos, novas acessibilidades e novas infra-estruturas, contribuíram para uma atenuação entre litoral e interior, nos locais de estudo, ou se as mesmas não alteraram significativamente as divergências regionais pré-existentes.

Objectivos específicos

De forma mais específica, foi efectuado todo um conjunto de levantamento e tratamento de dados e sua confrontação, tendo-se analisado especificamente os seguintes indicadores: **i)** Indicadores físicos (morfologia e plano urbano); **ii)** Indicadores sócio-económicos (evolução da população demográfica, da população demográfica por grupos etários, do crescimento urbano, da população activa e da população inactiva;) **iii)** Indicadores da evolução populacional por sectores de actividade: sector primário (agricultura, silvicultura, pesca e caça); sector secundário (indústrias antigas, recentes, extractivas e transformadoras); sector terciário (comércio, serviços, turismo e transportes); **iv)** Indicadores ambientais. Procedeu-se ainda à análise integrativa das assimetrias sócio-económicas com base nos referidos indicadores físicos e sócio-económicos.

MATERIAL E MÉTODOS

No âmbito deste estudo, a investigação teve subjacente a conjugação de metodologias diversas, que se traduziram nas seguintes abordagens: **i)** Recolha de dados bibliográficos, provenientes, na sua maioria, do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), bem como de diversas outras entidades, como Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias, Bibliotecas, Associações, Arquivos Fotográficos e várias outras Instituições **ii)** Pesquisa directa de dados no terreno que envolveu a utilização de procedimentos de teor quantitativo (entrevistas), de modo a complementar informações, principalmente relativas ao inventário de equipamentos e serviços; **iii)** Realização de 4 estudos de dinâmica do tráfego rodoviário; **iv)** Análises cartográficas, incidindo particularmente em mapas físicos corográficos e topográficos.

ÁREAS DE ESTUDO

CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ

A cidade da Figueira da Foz localiza-se em Portugal Continental, no Distrito de Coimbra, concelho da Figueira da Foz, freguesia de S. Julião da Figueira da Foz (Fig.1). O concelho da Figueira da Foz, situado a 40° 09' Norte e 08° 25' Oeste, apresenta uma área total de 379,4 Km², constituída por dezoito freguesias, das quais se destaca a Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz como objecto de reflexão da presente dissertação. Pretendendo fazer um estudo comparativo da ocupação do solo numa zona litoral e numa zona do interior do país, escolheu-se a cidade da Figueira da Foz em particular devido às características de um espaço intensamente concentrado na freguesia de S. Julião da Figueira da Foz, o qual suscita maior interesse no estudo da estrutura espacial, e a freguesia de Vila Nova, situada no concelho de Miranda do Corvo, distrito de Coimbra. Sendo esta a área de estudo, importa limitar o espaço, sabendo-se no entanto que o estabelecimento de limites precisos coloca problemas que fogem ao escopo deste trabalho. Essas dificuldades em estabelecer limites administrativos surgem quando nos deparamos com uma rede urbana que foge desses limites e quando constatamos que as delimitações do território por via legal não se compadecem com os limites censitários existentes. Em 1882, ano em que a Figueira da Foz foi elevada a cidade, os seus limites foram definidos, tendo sido redefinidos oitenta e dois anos depois, em 1964, quando se acrescentou ao território a

freguesia de S. Julião e algumas comarcas das freguesias de Buarcos, Lavos, Vila Verde e Tavadede. Esta redefinição do território, segundo o Dec.n.º 45638, D.R. de 4 de Abril do ano de 1964, ficou a dever-se à necessidade de ajustar esta área ao respectivo plano de urbanização. No entanto, segundo os dados censitários da Cidade da Figueira da Foz, os seus limites não coincidem com este território mas sim com a freguesia de S. Julião, com excepção do pequeno lugar da Várzea. Este dado, juntamente com a morfologia urbana encontrada, constitui um importante factor para a delimitação da área de estudo. A morfologia urbana existente vai desde a área de maior densidade populacional até ao pequeno lugar da Várzea, contactando com o meio rural em quase toda a sua extensão até à Ponte do Galante, onde continua pela Avenida do Brasil até outro núcleo urbano, Buarcos. A cidade da Figueira da Foz e Buarcos não se fundem, considerando-se dois núcleos urbanos distintos ao longo do tempo. De acordo com o descrito, a área de estudo referente à cidade da Figueira da Foz irá coincidir com a freguesia de S. Julião da Figueira da Foz e, ao referi-la, utiliza-se o termo cidade. Até 1985, S. Julião confinava-se a 5,5 Km² na parte terminal do rio Mondego, bordejando o mar, a Poente, limite continuado por uma linha que, saindo da Ponte do Galante, inflecte junto ao Palácio Sotto Mayor, a Norte, para continuar até próximo do Casal da Robala e Cemitério Oriental, a Nascente, em direcção ao Braço Norte, que percorre até à Foz. No entanto, em 1985, a freguesia passou dos seus cerca de 5,5 Km² para os actuais 3, 495 Km² por desafectação de toda a área da chamada ilha da Murraceira, que se situa a sul do Mondego, e foi integrada na recente Freguesia de São Pedro (Cova/Gala). Actualmente, a freguesia de S. Julião é delimitada por uma linha a partir do Oceano Atlântico pelo eixo da ponte do Galante (limite da freguesia de Buarcos), seguindo pelo eixo da ribeira do Galante, caleira de alvenaria da propriedade Sotto Mayor, que é continuação da ribeira, até ao final da mesma, inflectindo depois para nascente até encontrar o muro poente daquela propriedade, seguindo até ao extremo norte até à Rua Sotto Mayor. Daqui continua em linha recta até ao eixo do caminho público que limita a Universidade Católica (antigo Seminário e Colégio Mendes Pinheiro) pelo lado Norte, continuando sempre pelo eixo deste caminho, contornando a urbanização da Quinta da Esperança (antigas propriedades de José Rodrigues e Quinta da Boa Vista) até à estrada da Várzea, continuando pelo eixo desta estrada em direcção ao nascente, passando pela ponte do Lavadouro até encontrar a estrada nacional 109 (cruzamento do caminho que segue para o Casal da Robala). Deste cruzamento, segue em linha recta até ao cunhal noroeste do

Cemitério Oriental, seguindo o muro que veda pelo lado norte até ao cunhal norte deste mesmo Cemitério e daqui em linha recta até ao eixo do pontão do Caminho de Ferro da Beira Alta, próximo do Lavadouro da Salmanha. Daqui continua pelo eixo do ribeiro até ao pontão da estrada municipal da Figueira da Foz à estação da Fontela, e deste pontão em linha recta até ao eixo deste rio (limite da freguesia de São Pedro), seguindo pelo eixo do rio Mondego para poente até encontrar o Oceano Atlântico (Informação cedida pela Junta de Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz, 2004).

História e desenvolvimento

De acordo com os registos históricos, o desenvolvimento da cidade da Figueira da Foz deveu-se à localização privilegiada do sítio junto à foz do rio Mondego que, para norte, possuía uma larga laguna interna de águas profundas que permitia um acesso fácil à navegação que lá aportava. O estuário do Mondego foi em tempos considerado o centro mais importante do comércio marítimo de Portugal, sendo evidente a sua importância pelas palavras do Engenheiro Adolfo Loureiro: “O fácil acesso, que naturalmente devia oferecer à navegação um canal largo e profundo, pondo em comunicação o oceano com um vasto mar interior, cheio de enseadas e de bons abrigos, era de molde para a convidar a aproveitar-se do porto da Figueira, bem definido exteriormente pelo promontório do Cabo Mondego, interiormente amplo e bem abrigado, e comunicando por uma boa via fluvial com uma das mais ricas e abundantes províncias do país” (Pinto e Esteves, 1945). Desde o tempo dos fenícios, cartagineses, gregos e romanos até ao século XVI, o porto da Figueira sempre foi lugar de eleição, transformando-se num porto de barra de extrema importância com um fluxo marítimo bastante intenso, pois funcionava como porta de entrada e saída de barcos que vinham do alto mar à procura de atracar nos portos fluviais do interior, subindo os navios de pequeno calado (fustas e barcas) o Mondego até Coimbra, Montemor, Santa Olaia, entre outros portos fluviomarítimos.

Este porto, que no início da nossa nacionalidade, segundo Adolfo Loureiro, tanta riqueza forneceu, relacionando-nos com os mercados estrangeiros, principalmente com o Brasil, a Inglaterra e Terra Nova, começou a declinar. A partir do século XVI, a barra registou alterações na sua morfologia que começaram a impedir a utilização da foz do Mondego como canal de comunicação entre o mar e os portos marítimos do interior do país. Segundo Adolfo Loureiro, essa mudança é explicada pela grandíssima diminuição da capacidade

dos receptáculos interiores, pelos assoreamentos e depósitos, pela construção de diques vedando terrenos ao acesso de águas salgadas e pela rápida e progressiva obstrução do álveo do Mondego e dos seus afluentes, tanto pelos sedimentos e aluviões fluviais, quanto pelos marítimos, os quais começaram a ter como consequência o assoreamento do porto, a instabilidade e pequena profundidade do canal da barra, e a formação do banco exterior à foz do Mondego, muito próximo da costa. A partir de então, a subida dos navios de maior calado para montante do rio Mondego, através da foz do rio, tornou-se inviável, deixando de ser possível navegar para os portos fluviais de Coimbra, Montemor e outros, o que alterou significativamente o transporte e distribuição de mercadorias. Foi, sem dúvida, nesta época que, apesar de poder parecer contraditório, o sítio da Figueira se desenvolveu e se tornou num lugar de extrema importância, pois face à impossibilidade dos navios navegarem para montante do percurso do Mondego, as mercadorias passaram a ter transbordo no porto da Figueira da Foz do Mondego, sendo esta necessidade uma mais valia para o sítio da Figueira. As novas funções portuárias, resultado do fluxo comercial, arrastaram a construção de grandes armazéns e a instalação de casas comerciais que importavam os produtos essenciais à região e exportavam os seus produtos agrícolas. Todo este movimento originou um desenvolvimento económico a que se juntou um crescimento da população, provocado pela crescente necessidade de mão-de-obra e pela oferta de trabalho para gentes da terra. Com um crescimento pujante da economia e da população, que contava já em 1771 com 2.350 pessoas, o Marquês de Pombal, por interesses de jurisdição, elevou a Figueira à categoria de Vila, por Decreto de 12 de Março de 1771 (Pinto e Esteves, 1945). No final do século XVIII, início do século XIX, revelou-se um período de estagnação a nível comercial, devido aos problemas que o assoreamento da barra continuava a criar na entrada dos navios do alto mar. No entanto, este período foi aproveitado para o desenvolvimento interno da própria Figueira, sendo um período de fortes melhoramentos, sobretudo graças ao empenhamento da câmara. Esses melhoramentos traduziram-se no calçamento das ruas, permitindo a transitoriedade de muitas ruas que durante o Inverno habitualmente ficavam intransitáveis, na remodelação de locais públicos, no incentivo à construção de novas áreas de habitação, no alargamento do mercado, na praça do comércio, também conhecida por “praça velha”. Este foi também um período marcado pela prosperidade económica, graças à instalação de indústrias, principalmente da construção naval, que a Câmara incentivava dando autorização para o

seu funcionamento. Só no período entre 1801 a 1815, foram aí construídos 15 navios, um em cada ano, sendo 14 entre 1860 e 1875, o que demonstra a importância do mar no desenvolvimento do sítio da Figueira. Entretanto, no período decorrido de 1876 a 1886, um período conturbado, com lutas políticas na Figueira travadas entre progressistas e regeneradores, que agitaram a sociedade da época e culminaram com a vitória liberal em 1882, e devido a uma fase de rápido crescimento urbano, a Vila é elevada à categoria de Cidade pelo rei D. Luís, que concedeu em 20 de Setembro desse ano o foro à cidade, reconhecendo a respectiva Vila como sendo uma das mais importantes do país, não só pela sua população e riqueza mas também em testemunho de apreço pelo seu progressivo desenvolvimento. No final do século XIX, desenvolveu-se uma actividade que transformou ainda mais a Figueira, contribuindo para o aumento de serviços e actividades que levaram à expansão do seu tecido urbano – o Veraneio.

O clima do litoral marítimo da Figueira, pela sua pureza e características especiais, pela sua exposição solar, pelas suas areias finas e douradas, tornou a praia da Figueira numa das mais procuradas da costa portuguesa. O clima da Figueira foi estudado com todo o rigor entre 1908 e 1912 por conceituadas figuras da sociedade, como o meteorologista, Dr. Aires de Ornelas, e o médico climatologista, Sr. Dr. Celestino Maia, nos seus trabalhos intitulados “O Clima da Figueira da Foz” e “Os efeitos fisiológicos da cura hélio-marinha na Figueira da Foz”, entre outros, os quais reforçaram a importância da praia para a saúde pública. Aquando da apresentação dos resultados da investigação levada a cabo por estas duas prestigiadas figuras, são amplamente sublinhados os benefícios da acção conjunta do clima e dos banhos de sol e de mar, mais concretamente e segundo as suas próprias palavras, a “acção terapêutica do sol e do mar” para as pessoas, e principalmente para as crianças, que frequentassem a Figueira. Apesar desta actividade ser de cariz sazonal, a exigência de satisfação das necessidades de um cada vez maior número de pessoas que se deslocavam para a Figueira no Verão cedo contribuiu para o desenvolvimento económico-social da cidade. É de referir que esta actividade e a piscatória foram as mais desenvolvidas, sendo a actividade piscatória a predominante durante os meses de Inverno.



Fig. 4 - Aldeia de Vila Nova

História e desenvolvimento

“Em todos os tempos, sempre que um conjunto de famílias se reunia em agregados populacionais, impelidos pelo seu misticismo, erigiam a sua capela, em cujo adro reuniam para resolver os seus problemas comuns, os seus negócios e, com o decorrer dos anos, neles faziam os seus mercados e feiras” (Silva, 1965). A história narrável deste lugar iniciou-se assim, com um conjunto de famílias que se estabeleceram ao redor de uma capela, a capela de Santo André, edificada num tempo indeterminado na história mas que consta nos primeiros registos de memória do povoado, datada do ano de 1500. Quando nos debruçamos sobre o desenvolvimento deste lugar, destaca-se nos acontecimentos que ficaram gravados na história do mesmo o seu relacionamento com uma importante capela e a significativa influência que suas gentes tiveram na valorização e no desenvolvimento de Vila Nova. É indissociável a ligação a esta terra de figuras ilustres, que se destacaram pelo contributo local, sacrificando-se pelo bem da terra e suas gentes, mas também pela própria preponderância que tiveram a nível nacional e até internacional. Vila Nova foi ao longo da sua história sede da nobreza concelhia mas também de pessoas oriundas de famílias humildes que, pelo seu contributo pessoal, engrandeceram esta Freguesia. A capela de Santo André era, em pleno século XVI, local de grande culto e de maior importância da terra, em torno da qual o aglomerado populacional foi crescendo. Nesta capela realizaram-se casamentos e enterros de gente possivelmente de grande reputação. O próprio terreno da

capela era a jazida de várias pessoas que, no seu tempo, eram consideradas de prestígio (Silva, 1965).

Mais tarde, em 1638, Gaspar Coelho, jovem fidalgo de Miranda, comprava o local, onde se inseria a própria capela, transformando o terreno adjacente à capela, destinado outrora ao seu acesso, num lugar de negócios, principalmente ligado à criação e venda de ninhadas de pintos (Silva, 1965). Em 1822, a capela necessitou de ser reparada, sendo reconstruída à custa de todos os habitantes que participaram neste acto, considerado de extrema importância pela comunidade. Entretanto, mais tarde, o referido terreno já era pertença de uma família rica, do Capitão-Mor Sérvolo Maria de Paiva Manso e sua mulher D. Maria Ricardina Corte Real que, por sua morte, em 1826, doaram à capela todo o terreno que fora de sua pertença. Este local, contíguo à capela, passou a ser utilizado anualmente para a realização de uma feira, a feira anual de Santo André. No entanto, a venerada capela foi sendo consecutivamente alvo de intervenções que a valorizavam e que a tornavam o centro da pequena comunidade que se ia formando. Em 1829, foi construída a capela-mor e mais tarde, em 1842, o seu conteúdo religioso foi engrandecido devido à transferência de um recheio de valor incalculável para esta capela proveniente de uma capela particular, também muita antiga e luxuosa, mandada construir na década de 70 do século XVI por Baltazar Arnaut de Queirós, em honra de S. João Baptista. A referida capela não suportou, no entanto, o passar dos anos, tendo aluído a sua abóbada, e os estragos que se sucederam condenaram-na a ruína. No entanto, o seu espólio foi devidamente transferido para a capela de Santo André (Silva, 1965). Em 1849, foi erguida a tribuna, formando o altar-mor da capela de Santo André. No início do século XX, a capela-mor teve que ser demolida, pois apesar da extrema dedicação na conservação da mesma, a antiga capela-mor necessitava de ser não só recuperada como ampliada. Foi então transformada a modesta capelinha numa igreja matriz, capaz de albergar o crescente número de devotos que se fixavam nesta localidade (Fig.5). A capela foi demolida dando também lugar a um espaço público, que é utilizado para a comemoração das festividades do lugar (Silva, 1965). No entanto, referira-se que a devoção que o povo da terra tinha a essa capela secular, pelo seu valor estético, material e sentimental, levou a que na mesma altura, corria o ano de 1903, esta fosse reconstruída, localizando-se actualmente no lado oposto à sua anterior localização. Desde esse tempo até a data, os edifícios religiosos têm sido objecto de pequenas intervenções para garantir o bom estado de conservação. Mas se os testemunhos históricos de Vila Nova

remetem invariavelmente para a importância dessa capela como principal elemento aglutinador da fixação de pessoas e, conseqüentemente, para a sua importância no surgimento da comunidade hoje existente, é indiscutível que foram as suas gentes, particularmente alguns homens ilustres, que muito contribuíram para o desenvolvimento do lugar.



Fig.5 - Igreja de Vila Nova

Nos nomes de figuras notáveis que a terra lembra, deve-se referir pelo menos aqueles que, pela forma como se entregaram e dedicaram a este sítio, são frequentemente recordados com saudade pelos Vila Novenses. Desses nomes destacaram-se Adolfo Correia da Rocha (Miguel Torga); António dos Reis; Baltazar Arnaut de Queirós; César Ramos Pereira; Joaquim Simões Pereira; Jorge Ferreira e Silva; José Nicolau da Silva, entre outros.

Adolfo Correia da Rocha, mais conhecido pelo pseudónimo Miguel Torga, nasce em 12 de Agosto de 1907, em S. Martinho da Anta, concelho de Sabrosa, Trás-os-Montes, lugar onde em 1995 foi sepultado. Miguel Torga, médico, poeta e escritor, foi um exemplo de humanista, democrata, lutador e defensor da causa da liberdade, mas acima de tudo, uma pessoa muito humilde e prestativa, que dedicou muito do seu tempo a quem mais precisava (Folheto intitulado “Miguel Torga e Vila Nova... ou ...Por terras de Sedim”, fornecido pela Junta de Freguesia de Vila Nova aos populares no tempo das festividades em Vila Nova; 2004). Em 1934, Miguel Torga, aceitou o convite para substituir o médico municipal de Miranda do Corvo, que na altura tinha o seu consultório sediado em Vila Nova, ficando a exercer nesta Freguesia até 1937. Desde logo, a influência da sua pessoa se fez notar,

participando este jovem médico numa luta desigual contra uma epidemia de febre tifóide que flagelava o lugar. Sem poupar esforços nem levando qualquer dinheiro pelos seus serviços, este homem ajudou a salvar inúmeras vidas de pessoas pobres, que dependiam inteiramente da sua boa vontade para sobreviverem. Mas ao que consta, ele ganhou a batalha como ele próprio refere e passo a citar: “ Sem mãos a medir enquanto ela durou, solicitado a todas as horas do dia e da noite, não tinha tempo para pensar em mim ou estranhar a cama. Por sorte, ninguém morreu” (Torga, 1969). Sobre a importância de Miguel Torga nesta terra, ninguém tem dúvida, e são os próprios homens e mulheres desta freguesia que tiveram o prazer de conhecer pessoalmente este médico e grande figura da cultura portuguesa que ainda hoje recordam com alegria e saudosismo a sua passagem, existindo, no largo do Terreiro em Vila Nova, um busto de Miguel Torga em sua homenagem, pelos tributos prestados a esta comunidade (Fig.6).



Fig.6 - Busto de Miguel Torga

O próprio Miguel Torga demonstrou o gosto e apreço recíproco por esta terra e suas gentes e se, quanto a isso, dúvidas existissem, elas seriam desvanecidas pela passagem a seguir citada: “A aldeia, aninhada no sopé da serra do Singral, voltada a norte, regelada, não merecia um reparo, sequer. E as pessoas gradas que a habitavam, até onde se via ao primeiro relance, afinavam pelo mesmo diapasão” (Torga, 1969).

O Dr. Jorge Ferreira e Silva, nascido em 1914, natural de Águas Belas, concelho de Ferreira do Zêzere, era filho de Armando Alves Silva, natural de Vila Nova. Este médico e

cirurgião, distintíssima figura, considerado um dos melhores diagnosticadores da sua profissão, passou toda a sua infância em Vila Nova, tomando Vila Nova como sendo sempre a sua aldeia do coração e Miranda do Corvo a sua vila adorada. Esta ilustre figura, apesar de ter passado grande parte da sua vida em Lisboa, onde se destacou a nível nacional e internacional pelos seus “ímpares diagnósticos salvando por isso dezenas de vidas humanas ou melhorando o seu bem-estar”, instalou-se no início da sua vida, na década de 40 e princípios de 50 na sua aldeia, para exercer a sua profissão numa clínica com internamentos localizada primeiramente na Praça da Vila de Miranda (Praça José Falcão) e depois na Quinta do Viso. A sua competência e sabedoria no domínio da medicina era tal que, segundo consta, acorriam à sua clínica, doentes vindos de Arganil, Serpins, Góis, Condeixa, Pombal, Tomar, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Castanheira de Pêra, Alvaiázere, Pampilhosa e até de Coimbra. Na sua aldeia, Vila Nova, ainda hoje é lembrado com o cognome de “Bruxo” e de “Santo”, pois tantas foram as vezes que este médico socorreu as pessoas em suas casas, por vezes doentes desesperados e já sem esperança, salvando-as graças à forma certa com que as doenças eram por si identificadas e curadas. Morreu no ano de 2000 mas o seu nome ficou ligado a esta terra, que agradece a total dedicação aos seus conterrâneos e o número de vidas que ajudou a salvar.

António dos Reis, figura muito importante para as gentes de Vila Nova, é considerado o principal obreiro da terra, pois foi o que mais significativamente contribuiu para a melhoria das condições de vida da comunidade. O seu trabalho assentou essencialmente nas muitas obras que edificou ou em que colaborou e que foram marcos importantes para o desenvolvimento físico da localidade.

Esta importante individualidade fez uma “obra vultuosa”, estando envolvido em muitas transformações e alterações que foram sendo introduzidas por si. Desde a abertura de estradas que mandou fazer, destacando-se a avenida principal da aldeia de Vila Nova, que hoje tem o seu nome como homenagem (Avenida António Reis), às muitas ruas que mandou alinhar e calcetar, à construção de uma escola que ainda hoje sobressai pelas linhas arquitectónicas antigas, à transformação e ampliação da velha capelinha de Santo André que mais tarde deu lugar à primeira igreja matriz, obra que se ficou a dever à sua acção e à própria influência que teve no processo de elevação de Vila Nova a freguesia. Na elevação da Vila Nova a freguesia é imprescindível mencionar que, apesar da importância

de António Reis e seus pares, César Ramos Pereira e José Nicolau da Silva, ambos figuras importantes da terra, que nesse tempo lideravam um grupo de notáveis que lutavam para o crescimento do lugar, já gerações anteriores e muitos cidadãos anónimos da terra batalhavam para a realização desse sonho, concretizado finalmente em 1907 (Silva, 1965). Sem hesitações, os Vila Novenses apontam este cidadão, António dos Reis, residente muitos anos nesta terra, como tendo sido o grande promotor do desenvolvimento que decorreu no lugar.

Joaquim Simões Pereira, nascido em 1895, era natural de Vila Nova. Pessoa muito inteligente, cedo se destacou pelo enorme interesse pelos livros, revelando-se um aluno excelente, tendo sido sempre incentivado pelos professores a continuar os estudos apesar das dificuldades económicas que atravessava. Professor muitos anos na Escola Secundária Avelar Brotero, Joaquim Pereira nunca esqueceu as origens, recordando a sua terra, com tristeza devido à falta de progresso e inércia do lugar, segundo palavras do próprio. Foi então que mandou projectar a denominada estrada da serra a fim de proporcionar às populações serranas melhores condições de acessibilidade à sede de freguesia e concelho. O custo do projecto e execução das obras ficou a seu cargo. Actualmente, esta estrada continua a ser a espinha dorsal da rede viária local, tendo sido no entanto remodelada e chamada de estrada de Vale Arinto/ Vila Nova/Souravas, devido aos lugares por onde passa. A pessoa de Joaquim Simões Pereira, falecida em 1968, é recordada, principalmente pelos mais idosos, não só pela obra por si desenvolvida mas pela pessoa humilde e amiga da terra que era (Informação cedida pela Junta de freguesia de Vila Nova, em suporte papel).

Baltazar Arnaut de Queirós, homem da terra, filho de uma família nobre, veio a fixar-se em Vila Nova, depois de casar com a filha de André Sarinho Pimentel. Esta ilustre família mandou construir no início do século XVIII, uma capelinha particular erigida à entrada do povoado em devoção a S. João Baptista. Esta capelinha foi sendo herdada pelos seus descendentes e mais tarde iria ser pertença da família Paiva Manso. A nobre e brilhante descendência desta família Arnaut deu lustre e renome à sua terra (Silva, 1965). Ainda hoje, a Igreja Paroquial tem o nome do orago S. João Baptista, em lembrança desta capelinha, mandada erigir no tempo de Baltazar Arnaut de Queiroz.

1. RESULTADOS

1.1. ÁREA LITORAL (CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ)

1.1.1. Análise de Indicadores Físicos

1.1.1.1. Morfologia Urbana

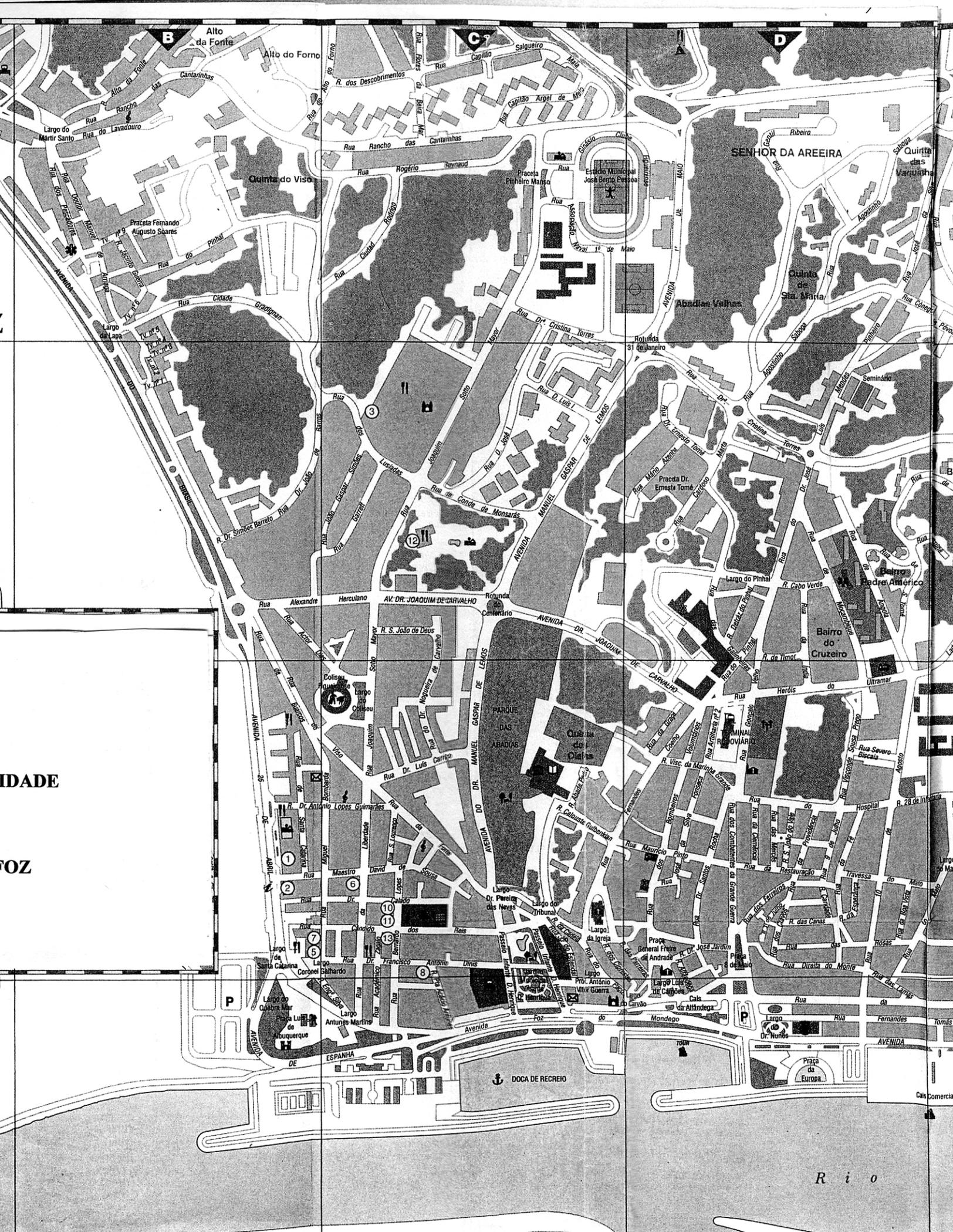
Analisando o espaço urbano da cidade, procurou-se definir a relação existente entre os elementos dessa organização específica (ruas, largos, praças, edifícios singulares), ou seja da estrutura urbana e o seu suporte físico natural, bem como a forma e a função desses acontecimentos, ou seja das partes, na formação do todo que é a estrutura urbana de hoje. “A génese e o desenvolvimento, quer da estrutura urbana em geral quer dos elementos que a compõem, obedecem a regras específicas de formação que estão directa ou indirectamente relacionadas com as características do seu suporte físico natural. Parece que cada singularidade do território proporciona uma série de condições de uso, de facilidade de percurso, de áreas de produtividade, de protecção aos ventos, de exposição solar, etc., que predeterminam a apropriação do espaço pelo homem” (Guerreiro, 2000).

A noção de território é a mais vasta e omnicomprensiva, uma vez que implica não só as estruturas propriamente edificadas, o ambiente construído do qual se vale o homem para habitar, para criar um espaço abrigado, um microclima; não só as estruturas de assentamento e urbanas, que compreendem já sistemas de relações, como sejam os trajectos entre edifícios para actividades secundárias e terciárias, como também associa estas estruturas à maioria das estruturas de enlace, que são extra urbanas, e a todas as de produção primária (pastoreio, agricultura, indústrias extractivas, etc.), geralmente também extra urbanas” (Caniggia, Gianfranco, et al, 1995). Os fenómenos urbanos, em sentido estrito, são uma parte do território e, sobretudo, uma parte derivada de outros factores que constituíram anteriormente a maior aportação que o homem realiza ao conformar o seu ambiente. A noção de território é abrangente, mas também a de área apropriada pela cidade, ou seja o sítio urbano. Temos que ter consciência de que a morfologia dos espaços é, sobretudo, o resultado do produto do desenho de uma colectividade e que o seu resultado enquanto estrutura urbana apresenta uma tal qualidade estrutural inigualável que difere de

cidade para cidade. Neste contexto torna-se necessária uma interpretação tipológica da génese e do crescimento da forma urbana baseada em técnicas de leitura do território para percebermos a lógica da sua formação e do seu desenvolvimento” (CATALDI, G. et al, 1997).

1.1.1.2. Plano Urbano

O plano urbano da cidade, através quer da observação directa do espaço quer através das plantas topográficas disponíveis, neste caso à escala de 1:5000, mostram uma configuração do espaço urbano correspondente ao plano ortogonal, também conhecido por plano em quadrícula. Da análise ao seu traçado sobressaem, desde logo, eixos fundamentais que definem a morfologia desta cidade e a partir dos quais se desenvolveu a ocupação do solo em ruas, paralelas entre si mas perpendiculares aos respectivos eixos viários principais (Fig.7). Este tipo de plano é de fácil traçado, acomodando-se bem ao emparcelamento, facilitando assim a construção conveniente de casas em blocos paralelepípedicos (Garnier et al, 1970). No entanto, ao traçado rectilíneo que se pode observar quer a Nascente quer a Poente, os quais se identificam a nível temporal como contemporâneos, opõe-se o núcleo antigo da cidade, que surge com uma configuração algo irregular e mesmo confusa, o que não deixará de ser explicado pela antiguidade do sítio. O núcleo velho da cidade é descrito por José Borges da seguinte forma: “A sua malha (cidade da Figueira da Foz) reticulada e regular contrasta com a distribuição não programada das ruas do núcleo inicial. Bairro dos veraneantes e do lazer, nele se encontram algumas das mais belas casas oitocentistas e dos inícios de Novecentos, com belas varandas, beirais à portuguesa delineados por belos azulejos florais Arte Nova, e outras soluções decorativas que não escondem a influência tanto daquela como da Art Déco. Aqui se encontram os mais importantes cafés, hotéis, o Grande Casino Peninsular (antigo Teatro Circo Saraiva de Carvalho) e o Casino Oceano. O Bairro Novo rivalizava com a Praça 8 de Maio como o centro cosmopolita da Figueira.” José Pedro Aboim, Borges - In Figueira da Foz. O traçado da Figueira é definido a sul pela Avenida Saraiva de Carvalho, Rua 5 de Outubro, Rua Engenheiro Silva e Avenida 25 de Abril, que seguem o rio até ao limite poente da cidade. Deste eixo principal a sul saem outras vias na direcção norte, pois este eixo viário tem a particularidade de permitir unicamente a circulação em frente e à direita visto que à esquerda surge o troço final do rio Mondego. No centro da cidade destacam-se as Ruas dos Combatentes da Grande Guerra,



B

C

D

Alto da Forta

Alto do Forno

SENHOR DA AREIRA

Quinta do Viso

Abadiaz Valhas

Praceta Fernando Augusto Soares

Estado Municipal José Bento Pessoa

Quinta de Sta. Maria

Rua Cidade Gradignan

Rotunda 31 de Janeiro

Seminário

Rua Alexandre Herculano

AV. DR. JOAQUIM DE CARVALHO

AVENIDA DE JOAQUIM DE CARVALHO

Bairro Padre Americo

IDADE

TOZ

R. S. João de Deus

PARQUE DAS ABADIAZ

Bairro do Cruzeiro

Rua Dr. António Lopes Guimarães

Rua da Igreja

Rua Severo Sampaio

Rua da Liberdade

Rua da Restauração

Rua da Infância

Rua do Coronel Salgado

Rua da República

Rua da Europa

Rua Antunes Martins

Rua de Espanha

Rua de Espanha

DOCA DE RECREIO

R i o

do Paço e Bombeiros Voluntários. A poente, as Ruas Bernardo Lopes, da Liberdade e Miguel Bombarda. A este, a Rua Afonso de Albuquerque, Rua Vasco da Gama e Rua 10 de Agosto. A quadrícula 2163/04 exhibe a entrada na cidade à nascente, sendo de salientar a importância das vias que fazem o acesso a entrada, como são o exemplo da IP3 e EN 111-1. Destaca-se também um conjunto de primeiras ruas, como a Rua de Coimbra e a Rua Dr. Duarte da Silva, e também se destaca a presença da estação de Caminho de Ferro que, em tempos, foi a principal “porta de entrada” para a Figueira. A planta topográfica 2162/04, que configura a área central da cidade, estende-se entre a Avenida Saraiva de Carvalho e o Largo do Carvão. Os eixos fundamentais são a Avenida Saraiva de Carvalho e a Rua da República e, como transversais mais importantes que fazem a ligação Sul/Norte, destacam-se a Rua 10 de Agosto, a Rua dos Combatentes da Grande Guerra e a Rua dos Bombeiros Voluntários. A quadrícula a Poente, planta topográfica 2161/04, estende-se desde o Largo Prof. António Vítor Guerra à Avenida 25 de Abril, tendo como eixos fundamentais os que a limitam a Sul, a Rua Engenheiro Silva, a Poente, a Avenida 25 de Abril e a nascente, o Largo do Carvão. Deste traçado, assinala-se a importância da Rua Miguel Bombarda, da Rua da Liberdade e da Avenida do Dr. Manuel Gaspar de Lemos, que desempenham uma importância vital na ligação no sentido Norte-Sul, assim com as ruas transversais, a Rua Dr. António Lopes Guimarães, a Rua Maestro David de Sousa, a Rua Cândido dos Reis e a Rua Dr. Francisco António Dinis, que fazem a ligação no sentido Este-Oeste. O traçado geral da cidade respeita ao plano ortogonal, no entanto verifica-se que vários planos estão presentes na morfologia urbana, destacando-se o plano semiradial que caracteriza o núcleo antigo da cidade.

1.1.2. Análise de Indicadores Sócio-Económicos

1.1.2.1. Evolução demográfica

O estudo da evolução urbana é de grande importância para a posterior análise do impacto desse crescimento nas alterações mais significativas da morfologia urbana que foram sendo introduzidas. Só num quadro de expansão urbana é que se pode compreender as transformações porque tem passado a cidade da Figueira da Foz, mais concretamente a Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz, ao longo da sua existência temporal. Entre os elementos conhecidos referimos que antes da elevação da Figueira à categoria de Vila, em

1771, no século de XVIII, este povoado registava em meados desse mesmo século uma população de 1061 habitantes correspondente a 223 fogos, valor que sublinhava a importância deste povoado no meio em que se inseria (Baptista, 1875).

A partir desta data e até inícios do século XIX, registou-se uma evolução demográfica significativa, embora de forma descontínua, verificando-se em 1801 uma população de 3 152 habitantes, o que representava quase um acréscimo de 3 vezes mais população em apenas meio século (Casção, 1985). Em 1864, ano em que teve início o primeiro recenseamento da população, a Figueira atingia os 4 318 (Arroteia, 1985). Em 1878, o número de habitantes rondava os 4 326, alcançando em 1890 os 5 676, o que representa um aumento demográfico na ordem de 1 434 indivíduos, confirmando-se assim o forte crescimento da população que acompanhou a elevação da Vila da Figueira da Foz do Mondego a cidade (Arroteia, 1985). A população local aumentou até 1911, registando 6 815 habitantes. Entre esta data e 1920, existiu uma perda de 28 habitantes, para a partir de então registar novos ganhos populacionais, acompanhando deste modo o desenvolvimento de algumas actividades e sobretudo o das indústrias (vidros, conservas de peixe, construções navais e salicultura) que se verificou desde então (Arroteia, 1985). Entre 1950 e 1960, registou-se uma nova perda, com menos 633 habitantes, desta vez motivada pela relativa atrofia da actividade portuária. No entanto, no período seguinte, entre 1960 e 1970, a população regista novo acréscimo de 202 habitantes e mais de dois milhares entre esta data e 1981, perfazendo nesse ano cerca de 12 665 habitantes (Arroteia, 1985). No período que decorre entre 1981-1991, é notória uma ligeira diminuição do número de habitantes, registando-se em 1991 uma população residente de 12 307 habitantes, correspondendo a um défice de 358 habitantes.

Destaca-se a diminuição significativa da população residente entre 1991 e 2001, com uma perda de 1 459 habitantes, o que se traduziu numa população de cerca de 10 848 habitantes no ano de 2001 (INE, 1991 e INE, 2001). A evolução demográfica no concelho da Figueira da Foz mostra um crescimento populacional notório, registando-se em 1864 uma população no concelho de 23 mil habitantes (Arroteia, 1985) e, em 2001, uma população de 62 601 habitantes (Recenseamento Geral da População, 2001), o que se transformou num aumento populacional de 39 601 habitantes. Esse crescimento populacional deu-se de forma descontínua, com as perdas mais significativas de população a registarem-se entre



CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DA FOZ
DEPARTAMENTO DE URBANISMO - DSPOT
PLANTA TOPOGRÁFICA

REQUERENTE: Paulo Jorge Bras Lopes Dias
LOCAL DA OBRA: S.julião
FREGUESIA: S.Julião
NATUREZA DA OBRA: Localização
PROPRIETÁRIO:
CONFRONTAÇÕES
NORTE:
SUL:
NASCENTE:
POENTE:

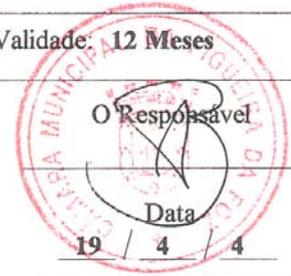
Planta Topog. Nº: 2163/04

Guia Número: 671

Carta Número: 211

Escala: 1/5000

Validade: 12 Meses



O FORNECIMENTO DESTA PLANTA NÃO IMPLICA QUALQUER COMPROMISSO QUANTO À APROVAÇÃO DA OBRA QUE VIER A SER REQUERIDA OU CONCESSÃO DA RESPECTIVA LICENÇA. DEVE O INTERESSADO DELIMITAR O TERRENO PERTENCENTE À CONSTRUÇÃO E INDICAR AS CONFRONTAÇÕES.





CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DA FOZ
DEPARTAMENTO DE URBANISMO - DSPOT
PLANTA TOPOGRÁFICA

Planta Topog. Nº: 2162/04

Guia Número: 671

Carta Número: 211

Escala: 1/5000

Validade: 12 Meses

O Responsável

Data

19 / 4 / 4

REQUERENTE: Paulo Jorge Bras Lopes Dias

LOCAL DA OBRA: S.Julião

FREGUESIA: S.Julião

NATUREZA DA OBRA: Localização

PROPRIETÁRIO:

CONFRONTAÇÕES

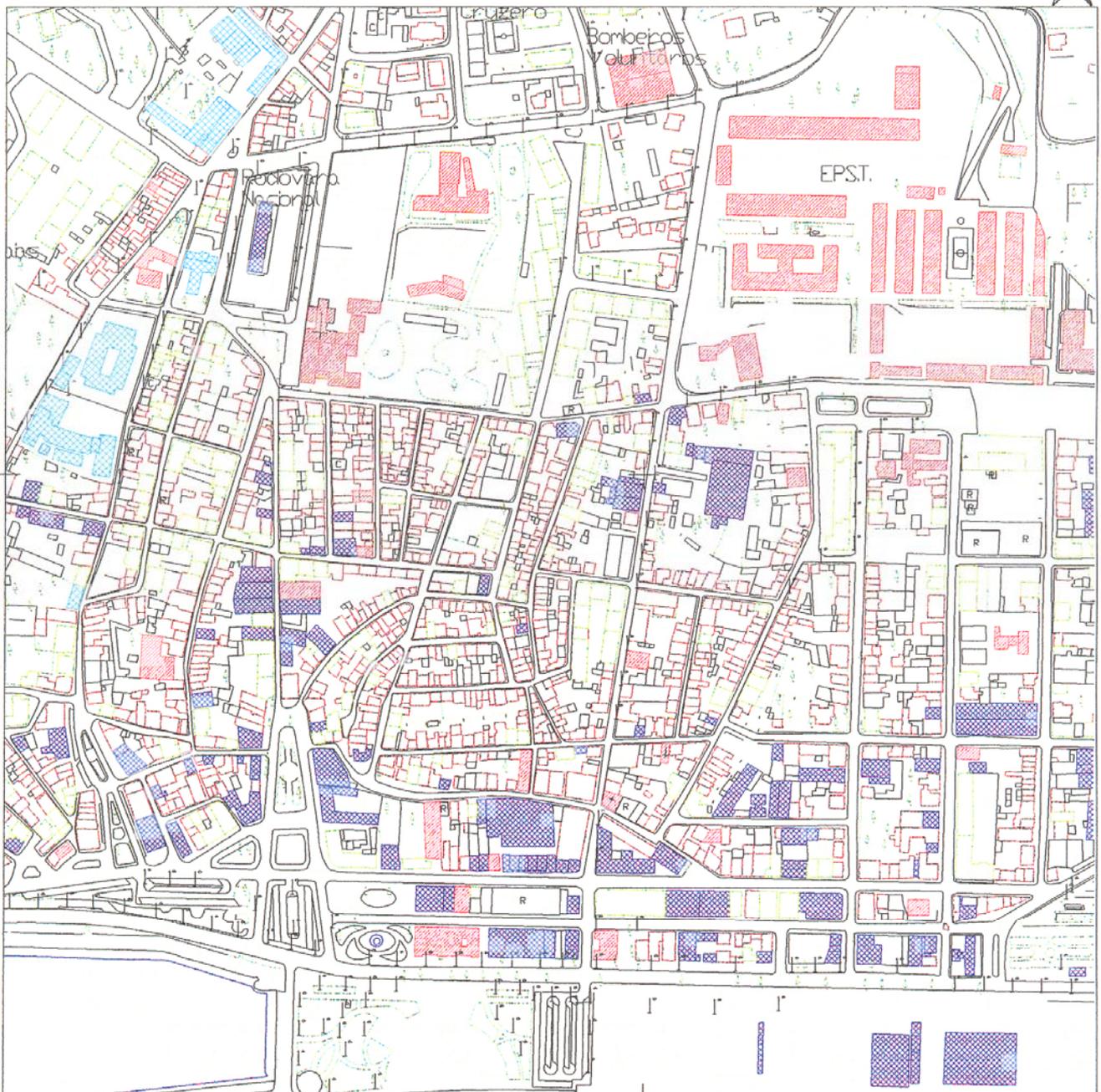
NORTE:

SUL:

NASCENTE:

POENTE:

O FORNECIMENTO DESTA PLANTA NÃO IMPLICA QUALQUER COMPROMISSO QUANTO À APROVAÇÃO DA OBRA QUE VIER A SER REQUERIDA OU CONCESSÃO DA RESPECTIVA LICENÇA. DEVE O INTERESSADO DELIMITAR O TERRENO PERTENCENTE À CONSTRUÇÃO E INDICAR AS CONFRONTAÇÕES.





CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DA FOZ
DEPARTAMENTO DE URBANISMO - DSPOT
PLANTA TOPOGRÁFICA

Planta Topog. Nº: 2161/04

Guia Número: 671

Carta Número: 211

Escala: 1/5000

Validade: 12 Meses

O Responsável

Data

19 / 4 / 4

REQUERENTE: Paulo Jorge Bras Lopes Dias

LOCAL DA OBRA: S.Julião

FREGUESIA: S.Julião

NATUREZA DA OBRA: Localização

PROPRIETÁRIO:

CONFRONTAÇÕES

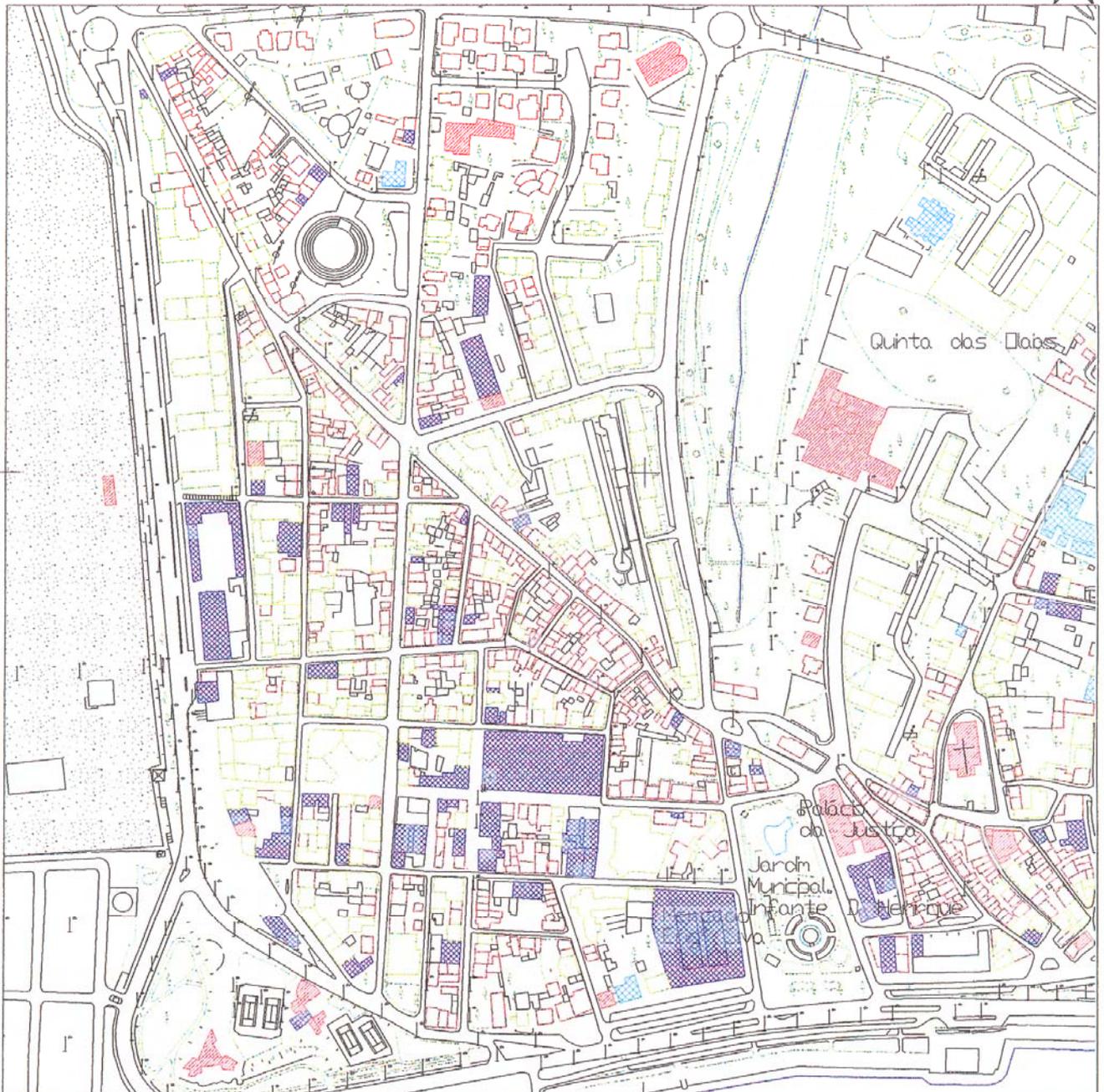
NORTE:

SUL:

NASCENTE:

POENTE:

O FORNECIMENTO DESTA PLANTA NÃO IMPLICA QUALQUER COMPROMISSO QUANTO À APROVAÇÃO DA OBRA QUE VIER A SER REQUERIDA OU CONCESSÃO DA RESPECTIVA LICENÇA. DEVE O INTERESSADO DELIMITAR O TERRENO PERTENCENTE À CONSTRUÇÃO E INDICAR AS CONFRONTAÇÕES.



1911 e 1920, com menos 1926 habitantes e no período compreendido entre 1960 e 1970 com uma perda de cerca de 4 106 habitantes (Arroteia, 1985). Convém referir que, entre o período de 1955 e 1975, o concelho da Figueira da Foz registou uma saída de mais de 5 400 emigrantes legais para o estrangeiro, o que influenciou e se repercutiu na variação da população não só no concelho mas também na população da cidade da Figueira (Arroteia, 1985). Os maiores acréscimos registaram-se entre 1878 e 1890 com mais 4 786 habitantes, entre 1970 e 1981, com cerca de mais 5 000 habitantes e entre o período de 1981 e 1991, com aproximadamente um acréscimo de 3000 habitantes, mais precisamente 2996 indivíduos. Da comparação da evolução da população local com a evolução da população no concelho, deduz-se que apesar de algumas diferenças, a evolução da população no concelho acompanhou a tendência registada na cidade da Figueira da Foz.

1.1.2.2. Evolução demográfica por grupos etários

No estudo da evolução demográfica por grupos etários e comparando os últimos dados disponíveis relativos aos anos de 1991 e 2001 (Recenseamento Geral da População, 1991/2001), verifica-se que o concelho da Figueira da Foz registou, neste período, uma variação negativa dos grupos etários mais jovens, registando-se uma variação de - 22,9% no grupo etário dos 0 aos 14 e uma variação negativa de 10,6% no grupo etário dos 15 aos 24. Ao contrário, demarcaram-se pela positiva os grupos etários dos 25 aos 64 e dos 65 ou mais, crescendo cerca de 5,9% e 28,3%, respectivamente. Esta evolução mostrou uma clara tendência de envelhecimento da população a nível concelhio, registando-se que as camadas mais jovens diminuíram significativamente e a população mais idosa aumentou. Ao nível da cidade da Figueira, o comportamento dos grupos etários, no mesmo período, revelou que o grupo etário dos 0 aos 14 sofreu um decréscimo de - 27,3%, o grupo etário dos 14 aos 25 registou uma variação negativa de - 27,5%, o grupo etário dos 25 aos 64 perdeu 11,8% dos seus efectivos e somente no último grupo etário se regista um aumento na casa dos 15,8% (INE, 1991/2001). No entanto, na Figueira da Foz, em 2001, o grupo etário dos adultos, entre os 20 e 64 anos, ainda predomina em relação aos outros grupos (Fig.8).

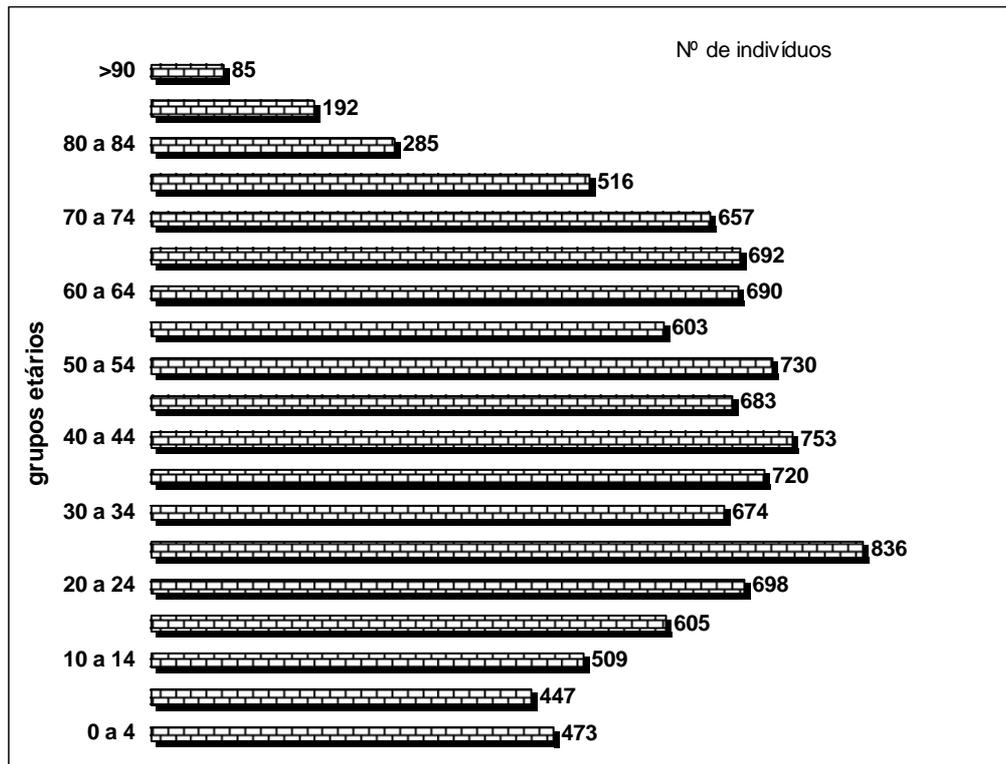


Fig.8 – População residente por grupos etários na cidade da Figueira da Foz (2001) (Fonte: INE)

Em termos de comparação entre concelho e cidade, pode concluir-se que ambos caminham para um envelhecimento da população, sendo no entanto na cidade que se verifica uma tendência mais acelerada para o envelhecimento visto que, segundo os dados, o único grupo etário que registou um aumento populacional na cidade foi o dos 65 ou mais anos, indicando uma tendência para uma maior concentração de população idosa. No caso do concelho, essa tendência é mais moderada visto que se verificou que o grupo etário dos 25 aos 64 já revela uma variação positiva, do qual se deduz que há aí maior rejuvenescimento da população do que propriamente na cidade da Figueira da Foz.

1.1.2.3. Crescimento urbano

Da análise à evolução demográfica e à distribuição por sectores de actividade da população compreende-se que a Figueira da Foz foi registando, ao longo do tempo, uma pressão cada vez maior sobre o seu espaço e que a expansão urbana era a única forma de responder a uma exigência oriunda não só do aumento de pressão demográfica mas também de acordo com a tendência e orientação de actividades que foram marcando a morfologia da cidade

até à actualidade. Do povoamento primitivo até à actualidade, existiu uma evolução do espaço urbano em que se verificou que, para além do crescimento urbano, há também alterações da morfologia da cidade. Pretende-se fazer uma análise da evolução do crescimento urbano recorrendo, sempre que possível, a plantas que caracterizam as épocas, possibilitando assim uma melhor ilustração dos aspectos mais importantes que marcaram a evolução deste povoado. Assim e recorrendo à interpretação de um plano da Figueira da Foz dos finais do século XVII e princípios do século XVIII, observou-se que a cidade se circunscruvia entre o actual Jardim Municipal (Praia da Fonte) e Praça Oito de Maio (Praia da Reboleira), ocupando a encosta meridional da colina dominada pela Igreja de S. Julião, até ao Mondego (Fig.9). A praia da Ribeira (actual Praça Velha) era uma terceira praia que separava as outras duas. Toda esta zona, que compreendia as três praias, era inundada pelas marés, incluindo ainda a povoação do Paço (Arroteia, 1985). Nesta época, as principais vias de comunicação partiam de S.Julião para Sul, na direcção do Rio e das suas praias, para Poente, tomando a direcção de Buarcos e para Norte e Nascente, para a Misericórdia e Tavarede (Arroteia, 1985). Entre as Praias da Ribeira e da Rebola, na parte oriental da povoação, encontravam-se outras artérias de comunicação. É o caso das Ruas do Dr. Joaquim Jardim e do Dr. José Jardim, que uniam estas duas praias, e a Rua da Alfândega, paralela a estas. Unindo esta povoação às povoações vizinhas salienta-se, para além dos já citados caminhos de buracos e de Tavarede, o caminho do Meio, que da Praia da Ribeira se dirigia para norte em direcção à Misericórdia e a Tavarede, o Caminho do Monte e o caminho Velho que se dirigia para o Casal das Lamas, paralelo ao Mondego.

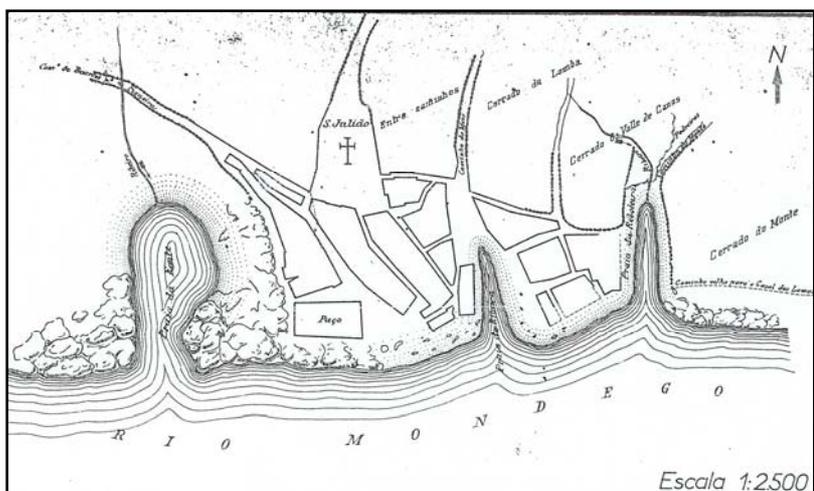


Fig.9 - A Figueira da Foz nos finais do séc. XVII princípios do séc. XVIII

Desde o início do século XVIII até ao início do século XIX, este povoado conheceu uma expansão motivada por dois factores distintos. A expansão inicial ficou associada ao desenvolvimento das actividades marítimas e comerciais que promoveram o alargamento do povoado através de um eixo rodoviário principal que se expandiu em torno da Igreja de S.Julião, alastrando-se o casario para sul, na direcção do rio e das suas praias. O segundo movimento de expansão ocorreu posteriormente, alargando-se para novos terrenos, sobretudo para os baldios das encostas, começando pelo Cerrado do Monte e depois pelo Vale de Canas e da Lomba, pertencentes à casa de Tavarede, motivado principalmente pela expansão demográfica (Arroteia, 1985). A área dos Cerrados, do espaço “Entre Caminhos e a Oriente da estrada de Tavarede”, foram espaços que sofreram uma significativa transformação, dando origem a espaços construídos tanto para função residencial como para prestação de serviços relacionados mais com o comércio do pescados. A Figueira da Foz desde esta época até ao final do terceiro quartel do século XIX, mesmo antes ser elevada à categoria de cidade, foi tendo um ritmo de crescimento urbano rápido, estendendo-se e urbanizando novas áreas, na direcção de Buarcos e de Tavarede, e cobrindo também grande parte de uma área actualmente urbanizada, que vai desde a Rua do Mato até ao Jardim Municipal. Na direcção de Tavarede, para Norte, os limites do povoado expandiram-se até a área da Misericórdia e, na direcção de Buarcos, Poente, desde um núcleo que do largo da Praia da Fonte abrangia o cruzamento das actuais ruas do Viso e Joaquim Sotto Mayor (Arroteia, 1985) (Fig.10).

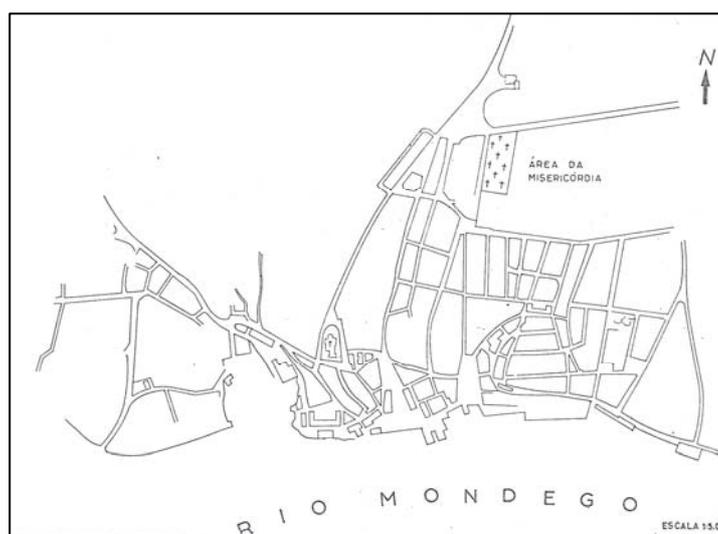


Fig.10 – Planta da Figueira da Foz (1875)

A nascente ficava delineado o traçado da Avenida Saraiva de Carvalho e das Ruas Fernandes Tomás e da República, facilitado pelos aterros e construção do cais da Avenida. A ocupação rápida desta área, que vai desde o largo fronteiriço da Câmara Municipal estendendo-se até à estação do Caminho de Ferro, ficou a dever-se, em grande parte, à abertura da linha férrea da Beira Alta, que em muito contribuiu para o adensamento urbano, tanto por ser um excelente centro de encontro mas, também, pelo papel importante no desenvolvimento da actividade portuária (Arroteia, 1985). Entretanto, convém referir que, nesta época, na zona ribeirinha, as praias da Ribeira e da Reboleira já tinham desaparecido, tendo ambas sido mandadas aterrar pela Câmara. A Praia da Ribeira deu lugar à primeira praça desta localidade, tomando a designação de Praça do Comércio, a partir de 1791, pois neste local “...se fez durante mais de um século o mercado de abastecimento” (Pinto e Esteves, 1945). A Praia da Reboleira, que se designou por Praça Nova, Praça Nova da Reboleira, Praça Nova da Alegria, é conhecida actualmente por Praça 8 de Maio, designação recebida desde 1880, em comemoração da entrada do exército libertador na Figueira (Pinto e Esteves, 1945). No início do século XX, a actividade balnear começa a ter um relevo cada vez mais marcante na própria feição da cidade, dando lugar a novas construções, motivadas por uma actividade nova, o Veraneio, que vai transformando a morfologia e aspecto tradicional desta cidade. Assim surgiram novos espaços, virados para a necessidade de responder a novas exigências que o Veraneio, apesar de actividade sazonal, colocou. Durante o século XX, os limites da cidade continuaram a aumentar, ocupando-se novos terrenos a Norte e a Nascente dos limites anteriores, alargando-se pelos terrenos da Quinta do Cruzeiro, das Abadias, do Alto do Viso e do Vale do Galante (Arroteia, 1985) (Fig.11).

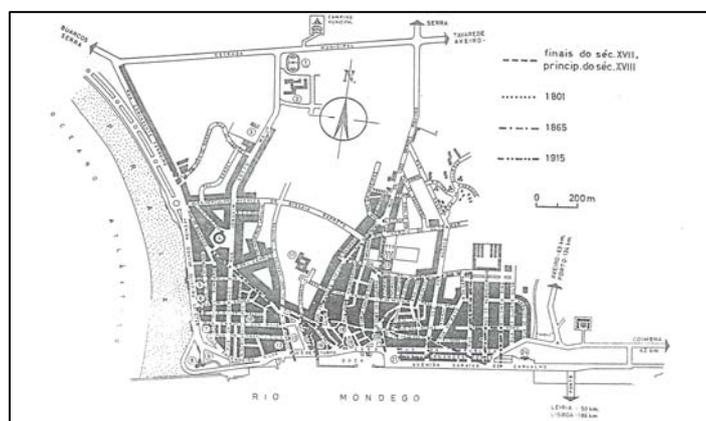


Fig.11 – Evolução dos limites da cidade (1970)

Recentemente a expansão continuou para Poente, ocupando terrenos entre a Rua do Pinhal e a estrada de Buarcos, e desde Tavadere à praia de Buarcos. Nos últimos anos, dos espaços mais recentemente urbanizados, contavam-se os Bairros do Cruzeiro e o da Celbi.

1.1.2.4. População Activa no Concelho

A População activa, entendida como “conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico, inclui empregados (emprego civil e militares de carreira) e desempregados (à procura de 1º ou novo emprego)” (www.uma.pt/ppereira).

No estudo da evolução da população activa da cidade da Figueira convém fazer uma análise prévia à evolução deste indicador no concelho. Em 1991, o concelho da Figueira da Foz registou um total de 24009 de população empregada, estando no entanto à procura de 1º emprego e à procura de novo emprego cerca de 2002 indivíduos, distribuídos por 1226 mulheres e 776 homens. A taxa de actividade nesse ano rondava os 42,3 % e a taxa de desemprego os 7,7% (Recenseamento Geral da População, 1991). Passados dez anos, em 2001, de acordo com último recenseamento, o total da população activa era de 28 582, estando a procura de 1º emprego e a procura de novo emprego cerca de 2127 indivíduos, distribuídos por 1340 mulheres e 787 homens. A taxa de actividade em 2001, rondava os 45,7 e a taxa de desemprego os 7,4% (Recenseamento Geral da População, 2001). Destes números, conclui-se que neste período, a taxa de actividade subiu 3,5% e a taxa de desemprego diminuiu 0,3 %, o que mostra uma descida muito ligeira da taxa de desemprego. Assim verificou-se que neste concelho, existiu uma certa tendência para a estagnação na taxa de desemprego mas uma ligeira orientação de oferta de emprego, o que contribuiu para o aumento da taxa de actividade.

1.1.2.5. População Activa na Cidade

Na cidade da Figueira, em igual período de tempo, deparamos com uma descida de 11,5% do total da população activa passando de 5693 em 1991 para 5037 em 2001. A população activa desempregada diminuiu de forma recíproca, passando de 510 no total em 1991 para 386 em 2001, o que reflecte uma diminuição de 24,3% (INE,1991/2001). Dos números

referentes à população activa desempregada, em 2001, cerca de 300 indivíduos procuraram novo emprego e 86 tentaram entrar pela primeira vez no mercado de trabalho, pertencendo este grupo à população activa desempregada à procura de 1º emprego.

Estes números na cidade da Figueira da Foz reflectem uma antítese clara em relação ao concelho, em que a população activa diminuiu de forma significativa na cidade, mas pelo contrário, no concelho esta variação é positiva, demonstrando que há diferenças nítidas nos comportamentos destes indicadores ao nível da cidade/concelho. A população inactiva na cidade da Figueira da Foz, em 2001, era por sua vez de 5811 indivíduos, distribuídos da seguinte forma. A população reformada é o principal grupo que engrossa o número de indivíduos que constituem a população inactiva, com 2553 indivíduos. O segundo maior grupo diz respeito à população com menos de 15 anos, registando 1429 indivíduos, seguida da população inactiva estudante com 824 indivíduos (INE, 1991/2001). Com menos representatividade, destacou-se a população relacionada com actividade doméstica, com 586 indivíduos e por incapacidade de poder exercer qualquer actividade profissional contava-se 168 indivíduos. Sem estar incluídos nestas situações anteriores, encontraram-se 251 indivíduos como fazendo parte da população inactiva referente a outros casos (INE, 1991/2001).

1.1.2.6. Evolução da população residente empregada por sectores de actividade

Apreciando um segmento da população activa, a população empregada, neste caso residente na cidade da Figueira da Foz, poderemos analisar qual a tendência que se regista por sectores de actividade. Tendo como referência o ano de 1991, a população residente empregada era composta por 5183 indivíduos, passando para 4651 indivíduos em 2001. Estes números revelaram um decréscimo de cerca de 11,4% da população empregada, nesses dez anos, o que representou menos 532 indivíduos a trabalhar.

Em 2001, dos 4651 indivíduos empregados, menos de 1% (0,9%) trabalhava em actividades relacionadas com o sector primário, cerca de 24,3% dedicava-se a actividades do sector secundário e a grande maioria, sensivelmente 75% (74,8%), exerceu a sua actividade no sector terciário (Fig.12).

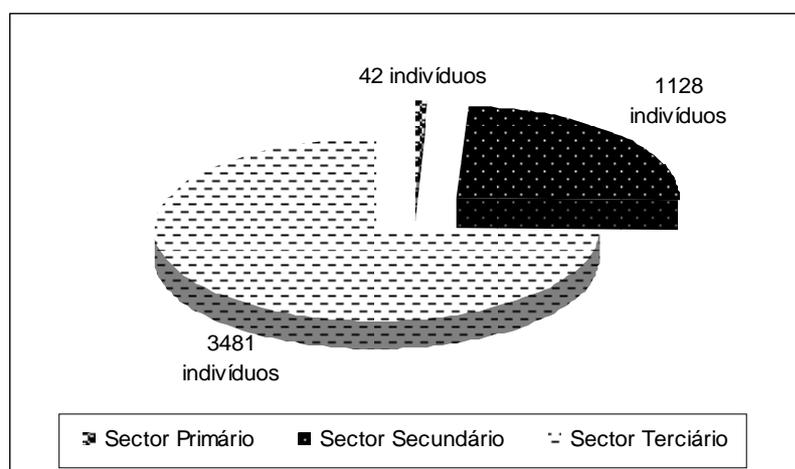


Fig.12 –População residente por sectores de actividade na Figueira da Foz(2001) (Fonte: INE)

Analisando o ano de 1991, verificou-se uma variação muito ligeira destes valores em relação a 2001, constatando-se uma certa tendência de estagnação dos mesmos. No entanto, o sector que registou um decréscimo maior foi o sector primário, que perdeu cerca de 0,5% da sua população nesses dez anos. Pode-se deduzir que esse valor foi nitidamente distribuído pelos outros sectores, aumentando o sector secundário cerca de 0,3%, passando de 24,0% para 24,3% em 2001, e o restante, cerca de 0,2%, foi distribuído pelo sector terciário, passando este em 1991 de 74,6% para 74,8%, em 2001 (INE, 1991/2001). Registou-se uma tendência para o desaparecimento de actividades ligadas ao sector primário, continuando os sectores secundário e terciário a manter a sua preponderância, sendo que o sector terciário é aquele que oferece emprego a quase $\frac{3}{4}$ da população empregada residente na cidade.

1.1.2.7. Local de trabalho

A cidade da Figueira da Foz, nos últimos anos, começou a evidenciar saturação no mercado de trabalho, não conseguindo responder ao aumento da procura. Tendo como referência o ano 1991, verificava-se a existência de 5372 indivíduos, que pertenciam à população residente empregada, a estudar ou a trabalhar na cidade, registando-se no entanto um acentuado decréscimo, na ordem dos 25,9%, desde 1991 até 2001. Estes números revelaram que, nesses últimos dez anos, cerca de 1389 indivíduos deixaram de trabalhar ou estudar na cidade perfazendo, no ano de 2001, cerca de 3983 indivíduos. É de referir que, apesar desta perda, 62,3% da população residente empregada continua a

trabalhar ou a estudar na cidade da Figueira da Foz. Verificou-se que a tendência era de sair da cidade dadas as dificuldades crescentes na obtenção de trabalho. No entanto, não é noutra freguesia do concelho da Figueira da Foz que a maioria consegue obter emprego.

Segundo dados de 1991 a 2001, o número de população residente na cidade da Figueira da Foz que obteve emprego noutra freguesia do concelho foi de apenas 7,7%, registando-se cerca 1271 indivíduos a trabalhar ou estudar no ano de 2001. Este número revelou que 19,9% da população da cidade trabalha ou estuda noutra freguesia. Sem dúvida que nos últimos anos a população residente na cidade da Figueira da Foz tem conseguido arranjar emprego noutra concelho, verificando-se um aumento de cerca de 71,8% no intervalo de tempo que medeia 1991 a 2001. Actualmente, cerca de 1091 indivíduos que fazem parte da população activa residente na cidade trabalham ou estudam fora do seu concelho, representando no entanto uma pequena parte da população, cerca de 17%. População residente empregada a trabalhar ou a estudar no estrangeiro, registava-se em 2001 apenas 53 indivíduos, o que representava apenas 0,8% do total (INE, 1991/2001) (Fig.13).

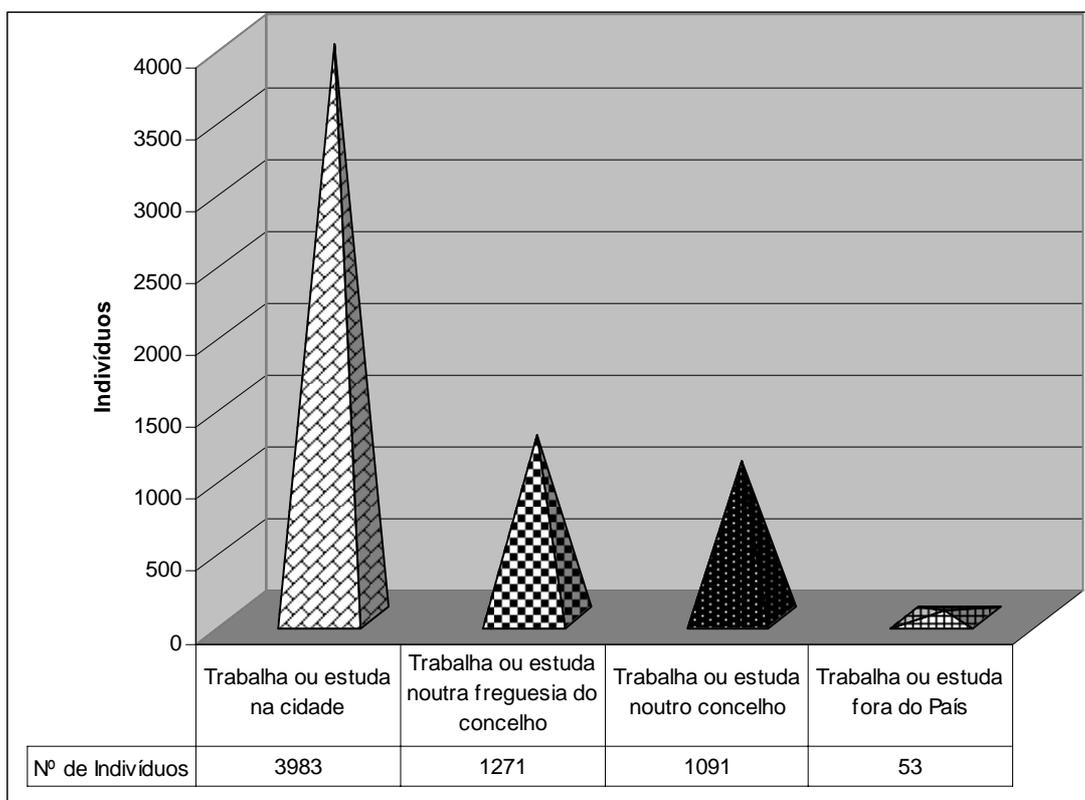


Fig.13 – População residente por local de trabalho ou estudo na Figueira da Foz (2001) (Fonte: INE)

1.1.2.8. Sectores de Actividade

O ritmo de crescimento e expansão urbana da cidade da Figueira, abordado no capítulo anterior, assentou num conjunto de factores, dos quais destacamos o aumento da população residente, o conseqüente alargamento da área construída e a diversificação das actividades, centradas estas em torno de dois pólos de desenvolvimento local – o porto, e mais recentemente, o veraneio. Compete abordarmos, em separado, a evolução da cada sector de actividade, estudando a sua evolução e influência no desenvolvimento económico-social do meio.

- **Sector Primário** - Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca

A actividade piscatória, dentro do sector primário, foi a que mais se destacou ao longo do tempo na Figueira da Foz. A presença do porto de pescas tem sido de extrema importância para o desenvolvimento da economia figueirense, não só pela sua importância em si como pela sua ligação a outras actividades, como por exemplo, a construção naval, salicultura, seca e conservas de peixe, e também pelos próprios capitais que gera e mão-de-obra que fornece (Arroteia, 1985).

Apesar de ser uma actividade das mais antigas praticadas na Figueira (Costa, 1938), a pesca local só no final do século XIX começou a ter preponderância, pois embora muito praticada desde longa data, esta actividade tinha no porto de Buarcos a sua maior importância. Naquela época, o porto de Buarcos envolvia uma mão-de-obra mais numerosa e uma quantidade de pescado explorada bem superior, reflectindo-se na diferença do valor financeiro que resultava das vendas do pescado em ambos os portos. Foi só com o declínio do porto de Buarcos que a pesca na Figueira começou a ganhar supremacia. O declínio do porto pesqueiro de Buarcos foi motivado pela “decadência da arte de arrasto costeiro e pela motorização da frota pesqueira, mais exigente em ancoradouros e instalações...” (Arroteia, 1985).

O porto da Figueira podia concentrar toda a actividade comercial da pesca. A partir de então, a importância da pesca no porto da Figueira da Foz aumentou, como se comprova

através da análise do quadro. No início do século XX, mais concretamente em 1903, no porto da Figueira constavam cerca de 346 embarcações e 2.320 de pessoas empregadas, números esses que contrastavam com as 52 embarcações e 234 pessoas que se registavam em 1886, representando assim um significativo incremento da actividade pesqueira (Loureiro, 1904). A pesca dominante era a pesca fluvial, praticada em toda a bacia inferior do rio Mondego, desde Coimbra à Figueira da Foz, sendo a pesca costeira e de alto mar pouco significativas nessa época. No entanto, no final da década de 20, início da década de 30, a pesca da navegação à vela, começou a cair em desuso, arrastando para uma certa recessão a pesca no porto, diminuindo o número de lugres matriculados no porto da Figueira da Foz de 11 em 1928 para 8 em 1930 e contando com apenas 2 unidades em 1935. O número de tripulantes passava então de 453 em 1928 para 350 em 1930 e apenas 77 em 1935.

Este facto deve-se à saída de algumas empresas armadoras do porto da Figueira para outros portos, como o de Aveiro e de Lisboa. Esta situação foi motivada por dois factores principais, o assoreamento progressivo da barra e as deficientes infra-estruturas do porto, limitado ao cais do Trapiche, onde não existiam bacias nem fundeadouros adequados para os barcos poderem manobrar (Arroteia, 1985). Assim, muitos dos arrastões que frequentemente entravam no porto não conseguiam desembarcar o peixe capturado, sendo por isso obrigados a sair, escolhendo então outros portos de desembarque. Com a conclusão das obras portuárias em 1934, criaram-se situações favoráveis ao aumento da faina piscatória, principalmente pesca costeira e do bacalhau. A produção global aumentou de cerca 11 000 toneladas no triénio de 1937/1940 para 17800 toneladas no triénio de 1961/1964, aumentando assim a importância desta actividade no meio (D.G.S.H., 1966). Desde esse último triénio até final da década de 80, registou-se um ligeiro acréscimo de produção pesqueira, com uma média anual, neste período, de cerca de 20.000 toneladas de pescado por ano (Arroteia, 1985). Pode dizer-se que a pesca se encontrava no seu período áureo, continuando a pesca costeira a principal responsável pela maior quantidade de peixe capturado por ano, em que os arrastões e traineiras continuavam a desempenhar um papel vital para a apanha do peixe perto da costa. A pesca longínqua era de menor significado, visto que a frota pesqueira presente na Figueira registava um número muito reduzido de embarcações capazes de praticar pesca longínqua. Assim, o número de pescado descarregado no porto por ano, neste período, não ultrapassava os 5% de todo o pescado

capturado. As principais espécies capturadas eram o bacalhau, despojos e peixes congelados. No entanto, a evolução desta actividade conheceu, a partir da década de 90, início do século XXI, uma alteração marcada pela diminuição não contínua do pescado capturado e pela perda gradual do número de trabalhadores directamente relacionados com esta profissão.

Numa análise mais ampla, pode verificar-se a crescente perda de importância que abala este sector, que regista, em 1992, 805 trabalhadores e cerca de 16 358 toneladas de pescado descarregado (INE, 1992). Os dados de 2001 são bem diferentes, sendo o número de trabalhadores de 523 e o número de toneladas de pescado descarregado de 10 656 toneladas (INE, 2001) (Figs.14 e 15). Nestes últimos dez anos, existiu uma perda de quase 300 trabalhadores e o número do pescado descarregado passou praticamente para metade do que se registava no final da década de 80.

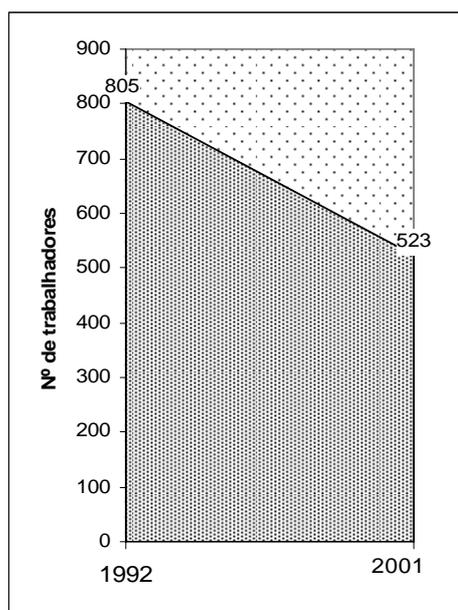


Fig.14 – Evolução do nº de trabalhadores no sector das pescas no porto da F. Foz (1992/2001)
(Fonte: INE)

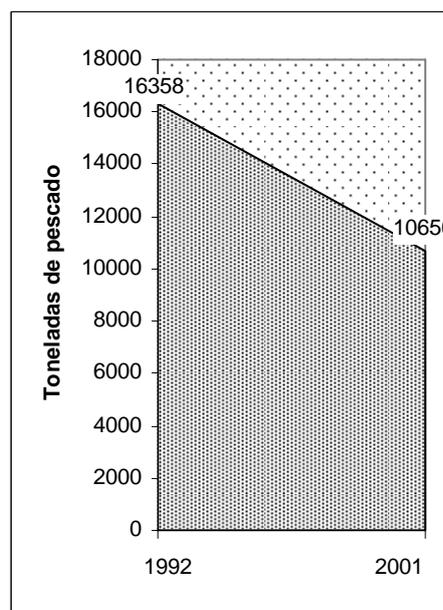


Fig.15 – Evolução do nº de toneladas de pescado descarregado no porto da F.Foz (1992/2001)
(Fonte: INE)

Em 1987, o Porto de Pescas saiu da cidade da Figueira da Foz, vindo a localizar-se na margem sul do Mondego, no Cabedelo, freguesia de S.Pedro (Informação cedida pela Associação Comercial da Figueira da Foz). Esta deslocalização territorial do Porto de Pescas para a margem sul do Mondego (continuando no entanto nesse espaço o Porto Comercial e Industrial da Figueira da Foz) acentuou as dificuldades de um sector já por si

em crise, face à perda de vitalidade económica que aquele espaço gerava dentro da própria cidade. Nesta mesma freguesia, foi inaugurado o designado “Portinho” da Gala, permitindo aumentar a capacidade de recepção de embarcações. No entanto, este pequeno porto destina-se apenas à pesca tradicional e desportiva de pequena monta. (Diário de Coimbra, edição de 3 de Setembro de 2004).

Agricultura

Dentro do sector primário, esta actividade teve sempre pouco significado. Desde os primórdios que a agricultura foi praticada na Figueira com o objectivo essencial de satisfazer as necessidades alimentares das pessoas, sendo em larga escala uma agricultura de subsistência que aproveitava as condições naturais favoráveis existentes. As terras férteis, a disponibilidade de água para irrigação dos campos provenientes do rio Mondego e um clima ameno durante quase todo o ano eram condições óptimas para a produção agrícola. No entanto, esta actividade nunca ganhou grande relevo e, ao longo do tempo, com o desenvolvimento de outras actividades, como a pesca, e principalmente de outros sectores, como a indústria, o comércio e actualmente o veraneio, a pratica agrícola na cidade da Figueira da Foz é bastante reduzida, confinada na maioria dos casos a pequenas hortas e quintais contíguos às habitações. Actualmente, as culturas agrícolas no concelho resumem-se a culturas hortícolas, de arroz, vinha e, de maior relevo, as culturas forrageiras. As culturas forrageiras representavam uma parcela bastante significativa na prática agrícola devido à importância que a pecuária, principalmente a bovinicultura de leite, tem neste concelho. Neste concelho a agricultura especificou-se na cultura de arroz, milho e na pecuária. Uma das características dominantes da agricultura no concelho é o peso da agricultura a tempo parcial, quase que exclusivamente constituída por pequenas explorações de superfície inferior a 3 hectares. Esta agricultura a tempo parcial é, no entanto, um factor de ordem sócio-económico importante, dado ser um complemento do rendimento do agregado familiar, podendo tornar-se uma fonte de elevada produtividade da terra destinada ao auto-consumo e ao mercado local (PDM, 1992). A cidade da Figueira não foge às características gerais do concelho e, comparando a evolução da agricultura em dez anos, desde 1989 e 1999, pode confirmar-se toda esta tendência de declínio da actividade, que é mais acentuada na própria cidade do que no resto do concelho. Salientam-se de seguida alguns dados mais importantes relativos ao período supracitado,

demonstrando a transformação no domínio agrícola na cidade da Figueira da Foz. O número de explorações em 1989 era o seguinte: com um mínimo de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) existiam 2; Superfície Agrícola Utilizada (SAU) existiam 2; o Total de Terra Arável Limpa existia 2; Total de cereais para grão em cultura principal existiam 2; Total de prados temporários e culturas forrageiras em cultura principal existia 1; Total de prados temporários e culturas forrageiras em cultura secundária sucessiva existia 1; Total de batata em cultura principal existia 1; Número de blocos com vinha para vinho existia 1; Explorações com rega existiam 2 (INE, 1989). Em 1999, as explorações agrícolas para o mesmo fim eram menos, existindo um notório decréscimo de explorações e de prática agrícola na cidade. O número de explorações em 1999 era o seguinte: com um mínimo de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) existia 1; Superfície Agrícola Utilizada (SAU) existia 1; o Total de Terra Arável Limpa existia 1; Total de cereais para grão em cultura principal existia 1; Total de prados temporários e culturas forrageiras em cultura principal desapareceram; Total de prados temporários e culturas forrageiras em cultura secundária sucessiva desapareceram; Total de batata em cultura principal existia 1; Número de blocos com vinha para vinho desapareceram; Explorações com rega existia 1; Só a rizicultura em “Área total regada de arroz” se desenvolveu, aparecendo uma exploração, contabilizada em 1999, que se dedica à produção deste cereal. É de salientar que, acompanhando a tendência de abandono da agricultura e portanto dos campos agrícolas, as próprias ferramentas e máquinas utilizadas na agricultura têm igual fim, ou seja o desaparecimento. Fazendo uma breve análise, em igual período de tempo, constata-se que de 1989 a 1999, o número total de explorações que utilizavam tractores passou para metade e motocultivadores, semeadores, pulverizadores deixaram mesmo de serem utilizados nas explorações na cidade da Figueira da Foz. Também o número de explorações utilizadas para a cultura de árvores de fruto sofreu uma forte variação, registando-se o fim de explorações unicamente cultivadas para esse fim ou culturas associadas de pomar/pomar. Nem mesmo uma única exploração de figueiras, fruto típico do meio, é contabilizada em 1999, nesta cidade (INE, 1989 /1999).

- Sector Secundário - Indústrias

Ao analisar a rede de indústrias figueirense, ressaltava de imediato a presença de indústrias bastante antigas que contrastavam com indústrias de construção recente. O grupo de

indústrias mais antigas da povoação, intimamente relacionadas com o mar, têm uma localização mais concentrada, enquanto as mais recentes, caso das indústrias de celulose, encontram-se mais dispersas no território e, apesar de terem aproveitado as facilidades portuárias, a sua localização foi condicionada por outros factores (Arroteia, 1985).

Indústrias antigas

Em relação às indústrias antigas, ocorre abordar de forma sucinta as primeiras e principais indústrias que se instalaram nos primórdios na Figueira da Foz e que contribuíram para a fixação humana e desenvolvimento económico local, recorrendo aos dados fornecidos pelo autor José Carvalho Arroteia. Com o passar do tempo, algumas destas indústrias simplesmente desapareceram, como são o caso das unidades fabris de Cordoaria e Tanoaria que, durante os séculos XVII a XIX, tiveram um grande desenvolvimento, fruto da grande exportação de vinhos portugueses para os portos americanos de Bóston, Baltimore e Filadélfia e para o Brasil. A indústria do sal, que desde os séculos XI e XII constava já nos registos documentais existentes, vai sobrevivendo, sendo uma das mais antigas e emblemáticas da Figueira. No entanto, a actividade salineira está em declínio, fruto de uma redução significativa nos últimos anos, devido ao abandono contínuo das marinhas em exploração. Em 1936, o número de marinhas em exploração era de 400 com uma mão-de-obra de 1300 indivíduos. Em 1954, contavam-se 229 e uma mão-de-obra de 1078 e, em 1980, existiam apenas 240 e uma mão-de-obra bastante reduzida, quedando-se por um valor de apenas 178 martoneiros (Arroteia, 1985). Esta actividade encontra-se em declínio, persistindo no entanto algumas áreas de salinas localizadas na Ilha da Murraceira, no leito do Mondego. Atendendo a que o declínio da actividade tem levado a um progressivo abandono ou transformação de salinas, foi adquirida uma salina pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, em 2000, que funciona, actualmente, como um museu demonstrativo desta arte. Os marnoteiros que trabalham na recuperação da salina são os anfitriões deste museu, prestando esclarecimentos aos seus visitantes relativamente ao processo produtivo do sal (www.figueiradigital.com/ecomuseu.asp). A indústria da construção naval é também uma indústria muito antiga, que remonta ao século XVI (Livro da Confraria do SS. Corpo Santo da Villa de Buarcos). Uma indústria de grande importância para a Figueira, pois actuou como uma “âncora” para o desenvolvimento económico da cidade, contribuindo com construção de embarcações para actividade

piscatória fornecendo muita mão-de-obra. As embarcações construídas não tinham como destino unicamente os armadores locais, destinando-se também a outros destinos, como Sesimbra, Lisboa, Porto e mesmo a Ilha da Madeira. Só no período de 1783 a 1800 atingiu-se um número razoável de navios, 27 navios. Entre os anos de 1910 a 1925, cerca de 24 com uma média de 320 toneladas de carga (Pinto e Esteves, 1945). A partir de então e acompanhando a evolução de outras indústrias antigas edificadas, também a indústria naval foi decaindo, fruto de uma quebra de pedidos de novas embarcações e do próprio decréscimo da apanha de pescado no porto da Figueira. Em 1985, verificava-se a presença dos Estaleiros Navais do Mondego, a Carreira Naval Figueirense e a Foznave que constituíam as indústrias navais na Figueira da Foz. A “Sociedade de Pesca Oceano” e a “Lusitânia Companhia Portuguesa de Pesca” destacam-se ainda dentro deste tipo de indústrias antigas directamente ligadas à vida portuária, sendo que, mesmo estas, sofreram alterações no domínio da modernização de máquinas e processos. No caso do processo de seca, a introdução de estufas para a secagem do bacalhau, por exemplo, acarretou uma significativa redução de mão-de-obra local e um desaparecimento daquela velha e tradicional imagem da seca do bacalhau. Em 2004, verificou-se uma total ausência das indústrias mais antigas dentro da cidade. Algumas desapareceram enquanto outras se localizam fora do perímetro citadino, observando-se mesmo a localização de algumas em áreas que outrora pertenciam à freguesia S. Julião, mas que, a partir de 1985, foram desanexadas, como já foi referido, e portanto deixaram de pertencer à localidade urbana em estudo. Neste caso, destacam-se os Estaleiros Navais do Mondego, a Naval Centro e a Navalfoz, todas localizadas na nova freguesia de S. Pedro.

Indústrias recentes

As indústrias mais recentes desenvolveram-se desligadas totalmente ou parcialmente da vida portuária. A implementação destas indústrias revelou a importância e o crescimento do centro urbano da Figueira, surgindo novas indústrias ligadas principalmente a actividades terciárias, devido ao crescimento desta cidade estar presentemente centrado numa das principais fontes de receita – a actividade de Veraneio. Assim surgiram indústrias ligadas ao vidro (Os vidros de Fontela), aos têxteis (como são exemplo as malhas de Sidney), aos plásticos (como, por exemplo, a Plasfil e a Microplásticos), às embalagens e às madeiras e produtos resinosos, sector no qual se destacaram as indústrias

de celulose (Arroteia, 1985). Estas últimas aproveitaram um conjunto de factores favoráveis para se afirmarem e serem actualmente uma das principais indústrias da Figueira a laborar. Na Figueira, a abundância e facilidade em obter matérias-primas, em especial o eucalipto proveniente da Serra da Boa Viagem e serras circundantes, a facilidade de obtenção de água e evacuação dos esgotos, o fornecimento de energia e a existência das infra-estruturas portuárias que permitiam receber e escoar os produtos, influenciaram a localização deste tipo de indústrias nesta área. A CELBI, indústria de produção de pasta de papel, sobressai como sendo uma das indústrias modernas que mais contribuíram para o movimento comercial que animou o porto da Figueira. Esta empresa e outras ligadas ao ramo da madeira e seus derivados, como por exemplo as indústrias localizadas na zona industrial da Gala, a do Carboneto, localizada em Lares, e a Soporcel, construída na Leirosa, em Lavos, eram responsáveis por cerca de 40% do total de exportações que o porto da Figueira movimentava anualmente.

As empresas CELBI e Soporcel, visto que a do Carboneto desapareceu, são a força motora do sector secundário na Figueira da Foz. Em 2004, deparamo-nos com um concelho da Figueira da Foz com uma significativa e importante implantação de indústrias, localizadas em áreas adjacentes à cidade, destacando-se mesmo um parque industrial na zona da Gala, freguesia de S. Pedro, que disponibilizou todo um conjunto de infra-estruturas capazes de receber novas indústrias. No entanto, dentro dos limites da própria cidade, a indústria é praticamente inexistente, confinando-se, em 2004, à existência pontual de indústrias ligadas, principalmente, a actividades terciárias, como já foi referido. Assim, indústrias ligadas à indústria têxtil, como por exemplo as malhas Benetton e a Cimaco - comércio e indústria de malhas e confecções, Lda, a indústria de malas de viagem, como por exemplo a fabricante de malas, e a indústria de móveis, como por exemplo a Mober, constituem o reduzido conjunto de pequenas oficinas/indústria desta cidade. Pode concluir-se que ao nível do sector industrial, as indústrias localizadas dentro da cidade são uma “miragem”, registando-se uma decadência destas dentro do perímetro urbano. As indústrias foram-se deslocalizando, encontrando-se, presentemente, uma reduzida representação do sector secundário, prevalecendo, particularmente, as indústrias supracitadas que se vão afirmando devido à conjugação de dois importantes factores: a sua relação directa com o sector terciário e a utilização racional do espaço que ocupam.

- Indústrias extractivas

Este tipo de indústria tem registado no final do século XIX início do século XX, um decréscimo bastante acentuado ao nível do concelho. Fazendo uma comparação entre 1995 e 2001, verificou-se que, em 1995, existiam no concelho da Figueira 16 indústrias, passando para apenas 7 no final de 2001 (INE, Anuário Estatístico de 31/12/95; INE, Anuário Estatístico de 31/12/01). De acordo com a área em estudo, a cidade da Figueira da Foz tem actualmente uma única indústria extractiva que labora na extracção de areia da praia próximo ao molhe Norte, na Foz do Mondego. Na década de 60, a construção deste molhe levou à progressiva deposição de areias na praia, aumentando a sua extensão de tal maneira que o mar dista já cerca de 500 metros em relação à Avenida 25 de Abril. Estas grandes quantidades de areia, provocadas pelo assoreamento, estão a ser exploradas para a construção civil (Curado, Hermínio de Carvalho, 1987).

- Indústrias transformadoras

As indústrias transformadoras no concelho da Figueira da Foz têm-se pautado por uma variação pouco significativa, registando-se uma perda pouco considerável no número de indústrias deste género na rede industrial do concelho. Em 1995, existiam cerca de 700, verificando-se uma perda de apenas 20 indústrias para 2001, altura em que se registavam 680 indústrias transformadoras neste concelho (INE, Anuário Estatístico de 31/12/95; INE, Anuário Estatístico de 31/12/01). Na cidade da Figueira da Foz, mais concretamente na área de estudo, S. Julião da Figueira da Foz, localizavam-se em 1985, 36 unidades industriais, que compreendiam a panificação, confeitaria, fabrico de gelo, descasque de arroz, serração, carpintaria, fotogravura, impressão e plásticos (Curado, Hermínio de Carvalho, 1987). As serralharias, as latoarias, as carpintarias e as serrações dentro da própria cidade têm diminuído significativamente, mantendo-se, no entanto, algumas poucas serrações, que se dedicavam a pequenas obras que o cidadão gostava de encontrar com facilidade em lugar acessível. As serrações de madeira, indústrias tradicionais da Figueira, deslocaram-se para as áreas periféricas, passando esta indústria, na freguesia de S. Julião, de 6 unidades em 1918 para 2 em 1985, não se registando actualmente, em 2005, nenhuma unidade em funcionamento, à excepção de uma serralharia (Curado, Hermínio de Carvalho, 1987). Algumas indústrias dentro desta área também não resistiram ao tempo,

perdendo a sua importância e dando lugar a novos espaços de comércio e serviços economicamente mais rentáveis. Assim, a tanoaria, famosa pelas suas vasilhas que permitiam o comércio e exportação dos vinhos através do porto da Figueira, não resistiu, acabando por desaparecer. A destilação de vinhos seguiu o mesmo destino, fechando portas. As indústrias de poleame, que se desenvolveram para o apoio do equipamento de embarcações, desapareceram do tecido urbano devido à diminuição brusca da construção de navios. Concluindo-se, pode afirmar-se que a tendência registada no próprio concelho acaba por ser um reflexo do que acontece na cidade da Figueira da Foz.

- **Sector Terciário** – Comércio, Serviços, Turismo e Transportes

Comércio

Analisando a actividade comercial do concelho da Figueira da Foz, verificou-se que o comércio desenvolvido é maioritariamente efectuado dentro do próprio concelho, registando-se, no ano de 2000, um valor de comércio intracomunitário de 630.550 euros para apenas 78.979 euros de comércio extracomunitário, isto é, de comércio realizado fora do próprio concelho (INE, 2000). Registe-se que, do comércio intracomunitário, dos 630.550 euros decorrentes das transacções comerciais, 525.319 euros advêm de expedições e somente 105.231 de chegadas, o que revela um comércio dentro do próprio concelho que vive mais de exportações do que de importações. Estes números mostram que existiu riqueza própria e peculiar neste concelho capaz de justificar estes dados. Essa riqueza natural era sem dúvida, e como já foi referido, a presença do mar e a exploração dos recursos marinhos que este oferece. As transacções de peixe, que alimentam largamente o comércio grossista na cidade da Figueira da Foz, principalmente efectuado no cais do Trapiche, representam uma fatia considerável no valor do comércio intracomunitário.

Comércio por grosso

Este tipo de comércio entrou em declínio na cidade da Figueira da Foz nos últimos anos, existindo em 2004 apenas 11 estabelecimentos (verificação “in loco”) relacionados com o comércio por grosso, em confronto com os 26 existentes em 1985 (Curado, 1987). Se excluirmos os grossistas ligados à transacção de peixe, deparamos com uma redução de 15 estabelecimentos de comércio por grosso desde 1985 até 2004. Estes números confirmam

uma redução de quase 58% do comércio por grosso dentro da cidade, evidenciando uma considerável perda de importância deste segmento. Os 11 estabelecimentos existentes reportam-se ao comércio por grosso de produtos alimentares e bebidas, têxteis, cosméticos e construção civil (Tabela 1).

Tabela n.º 1 – Comércio por grosso

Cidade da Figueira da Foz – 2004	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Armazéns de produtos alimentares e bebidas	2
Armazém de frutas secas	1
Armazém de peixe	1
Armazém de malhas	3
Armazém de cosméticos e perfumes	1
Armazém de materiais de construção	3
Total	11

Do comércio por grosso de produtos alimentares e bebidas contavam-se, em 2004, 2 armazéns de comércio de produtos alimentares e bebidas (mercearias), um de comércio de frutas secas e um de comércio por grosso de peixe, registando-se um total de 4 estabelecimentos. Convém referir que a importância do comércio por grosso de peixe diminuiu, drasticamente, dentro dos limites da cidade da Figueira, devido essencialmente ao facto da maioria destes estabelecimentos estarem concentrados na área correspondente à freguesia de S. Pedro da Cova e Gala, área que depois de 1985 deixou de pertencer ao território da freguesia de S. Julião da Figueira da Foz. Relativamente ao comércio por grosso não alimentar, destacavam-se os têxteis, existindo 3 armazéns de comércio de malhas e um armazém de cosméticos e perfumes e, relativamente à construção civil, 3 armazéns de distribuição de tintas e esmaltes. Estes dados são provenientes da nossa investigação de campo. A localização destes equipamentos depende de um conjunto de factores que permitem a sua viabilidade face aos altos preços do espaço que ocupam. Os

estabelecimentos de produtos alimentares e bebidas localizam-se em ruas próximas à estação de caminhos-de-ferro, como por exemplo a Rua da República. herdando infraestruturas antigas, construídas anteriormente para tal, estes estabelecimentos são possuidores de espaços amplos com dimensões consideráveis. Recebem bens de primeira necessidade que, posteriormente, são comercializados e distribuídos, essencialmente, para alimentar o comércio a retalho existente. Os estabelecimentos ligados ao material de construção, de têxteis e cosmética encontravam-se em áreas mais próximas às áreas residenciais, confundindo-se, por vezes, com o comércio retalhista predominante nestas zonas. Não é portanto de estranhar a localização destes estabelecimentos no núcleo antigo da cidade, justificada pela extrema necessidade destes se situarem em áreas de forte afluência de pessoas, com um rápido e fácil acesso aos seus produtos, visto que a sua actividade é dirigida também aos retalhistas.

Comércio a retalho

Comércio Alimentar a Retalho de géneros alimentícios e bebidas

Os equipamentos de comércio a retalho de produtos alimentares e bebidas encontravam-se dispersos por toda a cidade, situando-se, no entanto, um maior número destes equipamentos nas áreas de habitação, dando respostas às necessidades de consumo diário dos seus residentes. Assim, verificou-se que as áreas envolventes ao Núcleo Antigo da cidade e ao Bairro Novo são as que reuniam um maior número destes equipamentos, constatando-se, no entanto, que apesar desta concentração nestas áreas, existem equipamentos mais descentralizados, localizando-se alguns principalmente nas imediações do mercado, no Bairro da Estação e no Bairro do Cruzeiro, procurando usufruir da elevada afluência de transeuntes para subsistirem. Em 1985, existiam cerca de 100 estabelecimentos ligados a este ramo, nos quais se enquadravam as actividades de mercado (1), talho (16), peixaria (2), supermercados e similares (67), padaria (12) e lojas de bebidas (1) (Curado, 1987).

Em 2004, verificou-se que o número destes mesmos equipamentos é menor, existindo 44. Da comparação dos números, observou-se uma clara tendência de decréscimo, superior a 50%. Assim, registava-se à data a continuação do mercado municipal, 14 talhos, 1 peixaria,

20 supermercados e similares (8 supermercados, 3 minimercados e 9 mercearias), 6 padarias e 2 estabelecimentos de bebidas (verificação “in loco”) (Tabela 2).

Cidade da Figueira da Foz - 2004
Comércio alimentar a retalho

Tabela n.º 2 – Géneros alimentícios e bebidas

Mercado (Municipal)	1
Talho	14
Supermercado	8
Minimercado/mercearia	12
Peixaria	1
Padaria	6
Estabelecimento de bebidas	2
Total	44

Esta diminuição deveu-se essencialmente ao encerramento de muitos minimercados e mercearias e, até, de alguns supermercados, cerca de 70% que, devido essencialmente ao aumento da concorrência, acabaram por desaparecer. Essa concorrência foi “dirigida” pelas grandes superfícies comerciais que influenciaram, através dos preços praticados, a escolha dos consumidores, perdendo terreno o pequeno comércio.

Neste caso, a concorrência externa, isto é, a localização de hipermercados fora desta freguesia, como por exemplo o hipermercado Jumbo e Pingo Doce, ambos localizados na freguesia de Buarcos, funcionavam como um pólo de atracção que arrastava os consumidores para fora da sua área habitual de compras, comprometendo desta maneira a sobrevivência das pequenas lojas comerciais. Convém não esquecer a existência do mercado local, que constitui uma importante referência para os consumidores, que se deslocam diariamente a esta infra-estrutura comercial.

Restaurantes, cafés e actividades similares de comidas e bebidas.

O número de estabelecimentos ligados a este tipo de actividades contava em 1985 com cerca de 114 estabelecimentos, número já considerado elevado para a data (Curado, 1987). Este número repartia-se por 56 restaurantes e similares (Restaurante, Snack-Bar), 40 cafés e similares (café, bar e pastelaria) e 18 tabernas/geladarias.

Já em 2004, a cidade da Figueira da Foz conta com 55 restaurantes e similares (47 restaurantes e 8 snack-bares), 52 cafés e similares (27 cafés, 10 bares e 15 pastelarias), 7

Cidade da Figueira da Foz – 2004	
Comércio alimentar a retalho	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Tabela n.º 3 – <u>Restaurantes, cafés e actividades de comidas e bebidas</u>	
Restaurantes	47
Snack-bares	8
Cafés	27
Pastelarias	15
Bares	10

tabernas/geladarias (2 tabernas e 5 geladarias) (verificação “in loco”). Em quase vinte anos, de 1985 a 2004, verifica-se a existência dos mesmos 114 estabelecimentos mas, paradoxalmente, um diferente equilíbrio de forças (Tabela 3).

Geladarias	5
Tabernas	2
Total	114

Assim, de acordo com os números, observou-se uma oscilação positiva do número de cafés e similares e uma diminuição, principalmente, do número de tabernas. Tal facto deveu-se à evolução do tempo e à alteração de hábitos e comportamentos da sociedade portuguesa, tendo os portugueses, ao longo desse tempo, perdendo gradualmente o velho hábito de frequentar as

Cidade da Figueira da Foz – 2004	
Comércio não alimentar a retalho	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Loja de vestuário	50

tabernas/tascas e substituindo-as pelos cafés. Na Figueira da Foz, verificou-se uma troca, hipoteticamente directa, entre estes equipamentos.

Equipamentos de Comércio Não Alimentar a Retalho

retalho de Comércio a
vestuário, calçado e
têxteis

Tabela n.º 4 – Vestuário, calçado e têxteis

Em 1985, esta subdivisão do comércio de vestuário, calçado e têxteis compreendia 83 estabelecimentos (Curado, 1987). Em 2004, eram cerca de 67 o número de equipamentos que prestavam estes serviços, distribuídos por 50 lojas de vestuário, 14 lojas de calçado e 3 ligadas ao comércio têxtil (verificação “in loco”) (Tabela 4).

Loja de calçado	14
Loja ligada ao comércio têxtil	3
Total	67

Numa análise geral dos números, registou-se uma diminuição na ordem dos quase 20% destas actividades comerciais na cidade nestas duas últimas décadas. O número de lojas ligadas ao ramo do vestuário é ainda bastante significativo, embora demonstrando uma actividade têxtil que registou um declínio, culminando numa menor representatividade neste sector.

Cidade da Figueira da Foz – 2004
Comércio não alimentar a retalho

Comércio a retalho de materiais de construção, metais, ferragens e utilidades

O número deste tipo de equipamentos presentes, em 1985, na cidade da Figueira da Foz era de 36 (Curado, 1987), verificando-se uma evolução negativa até 2004 (“in loco”). Esse decréscimo, de aproximadamente 53%, representava 17 estabelecimentos que se dedicavam a estas actividades (verificação “in loco”) (Tabela 5). Desses 17 estabelecimentos, 9 relacionavam-se com lojas de comércio de materiais de construção, 1 loja de ferragens e 1 de ferramentas e cerca de 6 lojas de utilidades relacionadas com esta actividade, representadas por 5 lojas de comércio de materiais eléctricos e 1 de materiais contra incêndio. Especulando-se sobre esta evolução negativa, de acordo com o que se observou no local de estudo, esta situação resulta, supostamente, na existência de uma concentração elevada de infraestruturas já criadas e, conseqüentemente, numa menor capacidade do solo para construção, existindo um espaço cada vez mais reduzido para a edificação de novos equipamentos.

	presentes
Loja de material de construção	9
Loja de ferragens	1
Loja de ferramentas	1
Loja de utilidades	6
Total	17

Comércio a retalho de móveis e artigos mobiliários

O comércio a retalho de móveis e artigos de mobiliário estabelecido em 1985 na cidade era composto por 56 estabelecimentos. Destes 56 estabelecimentos que constituíam as actividades relacionadas com este tipo de comércio, registavam-se 25 lojas de móveis/colchoaria, 5 lojas de electrodomésticos, 5 lojas de instrumentos musicais e 21 lojas ligadas a artigos de estofador (Curado, 1987).

Algumas destas actividades tiveram um forte declínio, principalmente a actividade de estofador, que simplesmente desapareceu, não existindo, em 2004, qualquer casa comercial deste tipo. As lojas de comércio de instrumentos musicais seguem a mesma tendência, significando, que, à data, existia só uma. As lojas de móveis/colchoaria contribuíram também para a redução deste sector no meio, verificando-se uma perda de 14 lojas entre 1985 e 2004, o que representa um decréscimo de sensivelmente 56%. Em 2004, o número de lojas é de 11, existindo 10 lojas de móveis e 1 de colchoaria (verificação “in loco”). A contrariar esta evolução desfavorável, surgiu um significativo aumento do número de lojas de electrodomésticos que, no mesmo intervalo de tempo, cresceram de 5 para 16 lojas, em 2004.

No cômputo geral, o comércio a retalho de móveis e artigos mobiliários decresceu, assinalando-se uma diminuição de 50%, existindo 56 estabelecimentos em 2004 (Tabela 6).

Tabela n.º 6 – Móveis e artigos mobiliários

Cidade da Figueira da Foz – 2004	
Comércio não alimentar a retalho	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Loja de móveis/colchoaria	25
Loja de electrodomésticos	5
Loja de instrumentos musicais	5
Loja ligada a artigos de estofador	21
Total	56

Desta análise, houve uma aumento do

conclui-se que tendência para o comércio de

pequenos artigos e, contrariamente, uma perda significativa do comércio de artigos mais caros e, presumivelmente, de utilização mais secundária para a maioria das pessoas, como as lojas de instrumentos. Paralelamente, também se registou uma enorme perda de importância económica da actividade de estofar, visto que numa economia actual de elevado consumo compensará mais a compra de artigos novos do que supostamente a recuperação dos usados.

Comércio a retalho de automóveis, motociclos e bicicletas com ou sem motor

O comércio a retalho de automóveis, motociclos e bicicletas com ou sem motor e todas as lojas de acessórios para os referidos veículos contava em 1985 com 25 estabelecimentos (Curado, 1987). Em 2004, a realidade é diferente, existindo 14 estabelecimentos, repartidos por 8 stands de automóveis (novos 7, usados 1) e 3 stands de motorizadas/motociclos, não se registando nenhuma loja de venda de bicicletas (verificação “in loco”) (Tabela 7).

Tabela n.º 7 – Automóveis, motociclos e bicicletas com ou sem motor

Cidade da Figueira da Foz – 2004	
Comércio não alimentar a retalho	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Stand de automóveis – veículos novos	7
Stand de automóveis – veículos usados	1
Stand de motorizadas/motociclos	3
Loja de peças e acessórios para veículos motorizados/motociclos	2
Loja de peças e acessórios para bicicletas	1
Total	14

Registou-se, também, a presença de 2 casas de acessórios e peças para veículos motorizadas/motociclos e 1 de acessórios e peças para bicicletas (“in loco”). Este decréscimo global de 44% face a 1985 esta provavelmente relacionado com a forte diminuição do número de estabelecimentos de venda e assistência dos veículos, principalmente de duas rodas sem motor, as bicicletas, que ao longo do tempo, foram perdendo a sua importância, sendo substituídas pelos veículos motorizados, de duas ou de quatro rodas.

A tendência é para a predominância da implantação de stands automóveis, que registam um maior volume de vendas no pico de verão, aquando da visita de milhares de turistas às praias da Figueira da Foz.

Comércio a retalho de combustíveis

Em 1985, o comércio a retalho de combustíveis perfazia um total de 4 estabelecimentos, constituídos por 3 ligados a depósitos de gás para distribuição e 1 de carvoaria (Curado, 1987). Em 2004, existiam também 4 estabelecimentos de combustíveis, mas este número

difere no tipo de actividades relacionadas com este sector (verificação “in loco”) (Tabela 8).

Tabela n.º 8 – Combustíveis

Cidade da Figueira da Foz – 2004	
Comércio não alimentar a retalho	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Estações de serviços	2
Lojas de Comercialização e Distribuição de Gás	2
Total	4

A substituição do carvão por outras formas de energia levou ao desaparecimento de qualquer estabelecimento ligado a esta actividade. O comércio de combustíveis está, hoje, representado por duas estações de serviço de venda de combustível líquido (gasolineiras) e 2 casas de comercialização e distribuição de gás.

Comércio a retalho de produtos químicos e farmacêuticos

O comércio a retalho de produtos químicos e farmacêuticos incluía várias actividades, como drogarias, farmácias e perfumarias. Em 1985, este comércio era representado por 2 drogarias, 9 farmácias e 4 perfumarias, existindo um total 15 estabelecimentos (Curado, 1987). Este tipo de comércio registou uma evolução positiva de 26,7%, verificando-se 19 estabelecimentos em 2004.

Recentemente, constavam 9 farmácias, 8 perfumarias e 2 drogarias (verificação “in loco”). Estes números revelavam a crescente importância deste comércio específico, principalmente no caso das farmácias que, estando ligadas a um bem essencial, a saúde, são sempre imprescindíveis à população, particularmente na época de verão face a uma maior procura motivada pelo forte aumento da população presente (Tabela 9).

Tabela n.º 9 – Produtos químicos e farmacêuticos

Cidade da Figueira da Foz – 2004	
Comércio não alimentar a retalho	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Farmácias	9
Perfumarias	8
Drogarias	2
Total	19

Comércio a retalho não especificado

Este tipo de comércio era constituído, fundamentalmente, por lojas de malas, tabacarias, papelarias, livrarias, ourivesarias/relojoarias. O número total destes estabelecimentos, em 1985, era de 39, registando-se um aumento para 42 estabelecimentos em 2004 (Curado, 1987) (verificação “in loco”). Este sector de actividade, num passado mais recente, contava com 2 lojas de malas, 11 tabacarias, 7 papelarias, 4 livrarias e 18 ourivesarias, não se registando nenhuma loja especificamente ligada a relojoaria.

Na comparação entre 1985 e 2004, destaca-se o aumento do número de ourivesarias/relojoarias, mais 4 do que o registado em 1985, de tabacarias, com um acréscimo de mais 3 estabelecimentos e, ainda, mais uma loja em 2004 dedicada ao comércio de malas. As livrarias/papelarias foram as únicas actividades a sofrerem uma ligeira quebra, passando de 16 estabelecimentos para 11 nos últimos dezanove anos.

Analisando estes dados, verificou-se uma ligeira tendência do consumidor para a compra de pequenos artigos de luxo (jóias, malas), em detrimento das habituais despesas direccionadas para o consumo de informação (sob a forma de livros, jornais, revistas, etc), o que supostamente influenciou no decréscimo da presença do número de livrarias e papelarias nesta cidade (Tabela 10).

Tabela n.º 10 – Não Especificado

Cidade da Figueira da Foz - 2004	
Comércio alimentar a retalho	
Actividades	Nº de estabelecimentos
Tabacaria	11
Papelaria	7
Livraria	4
Ourivesaria/Relojoaria	18
Loja de Malas	2
Total	42

Serviços

Aliada à existência de elevado número de equipamentos de carácter comercial, a cidade da Figueira da Foz apresentava um importante e significativo número de equipamentos de serviço de apoio à população. Para tal, existia toda uma vasta e diversa gama de equipamentos que procuravam satisfazer todas as áreas essenciais ao normal funcionamento da vida dos cidadãos. Assim, encontravam-se equipamentos de prestação de serviços em muitas áreas, como na área da administração, na economia, nos transportes e comunicações, na educação, na saúde e segurança social, na religiosa, no ambiente e energia, na da cultura e lazer, na do desporto, na do alojamento turístico e nas atracções turísticas. Era notória a importância do sector privado neste meio urbano, destacando-se inúmeros equipamentos em várias áreas que complementavam o sector público, prestando serviços que contribuíam para o desenvolvimento económico e social da Figueira. Destacavam-se as áreas da saúde e da educação, onde esta realidade é bem manifesta. Na saúde, a maioria dos estabelecimentos que servem a cidade são do sector privado, existindo postos de enfermagem, clínicas de análises e de radiologia, policlínicas, laboratórios, farmácias e consultórios médicos que funcionavam como complementos aos serviços de saúde pública existentes na cidade. Na educação, o conjunto de equipamentos relacionados com a educação pré-escolar são, na sua maioria, de carácter privado, assim como no ensino superior, em que se destacam as duas universidades privadas, a Universidade Internacional

e a Universidade Católica Portuguesa, universidades que trazem todos os anos milhares de alunos à cidade da Figueira da Foz.

Turismo

O interesse crescente pela Figueira da Foz e pela sua praia como centro de veraneio e de diversão provoca uma deslocação de população flutuante que, durante os meses de Verão, aflui à Figueira. O desenvolvimento do Veraneio constitui uma importante fonte de receita para a economia local, pela dinâmica que confere a outros sectores como ao comércio, à hotelaria, aos transportes e à construção civil (Arroteia, 1985). A Figueira da Foz é o concelho que oferece maior capacidade hoteleira na Região Centro (PDM, 1992). Ao analisar os últimos anos, desde o final do século XX, início do século XXI, registou-se uma alteração na evolução da capacidade de alojamento oferecida no concelho, que contrasta com a grande procura turística, principalmente sazonal.

A capacidade de alojamento do concelho tem registado uma ligeira diminuição, o que pode ser entendido como um paradoxo mas, numa análise posterior, tentaremos perceber as razões de tal comportamento. Em 1995, no concelho da Figueira, existiam um total de 28 estabelecimentos de alojamento, com um total de 921 quartos, o que disponibilizava uma capacidade de alojamento num total de 2 374. Esta capacidade distribuía-se, na mesma data, por 7 hotéis com 524 quartos e uma capacidade de alojamento de 1065, e 18 pensões com 298 quartos e 660 de capacidade de alojamento, dizendo os restantes respeito a outros estabelecimentos de menor capacidade de alojamento, totalizando 3 (INE, Estatísticas do Turismo, 1995). Em 2001, o total de estabelecimentos era de 22, com 966 quartos e com uma capacidade de alojamento de 2203. Perdia-se neste período, cerca de 6 estabelecimentos e a capacidade de alojamento indicava uma perda de 171 (INE, 2001). No entanto, o número de hotéis aumentou, registando-se a construção de um novo hotel, o que amplificou o número de quartos disponíveis na hotelaria, que passou para 617, e a capacidade de alojamento, que passou para cerca de 1173. Ao contrário, o número de pensões foi decrescendo, representando, nesta data, 12 pensões, o que constituiu uma diminuição considerável do número destes estabelecimentos, registando menos 6 pensões em apenas 6 anos, o que dá uma média de menos 1 pensão por ano. Os referidos como outros alojamentos registavam também um decréscimo, diminuindo a sua presença para

apenas 2. Da leitura e interpretação dos dados, pode-se deduzir que o concelho da Figueira sofreu uma grande transformação, não tanto ao nível da capacidade de receber os turistas mas sim na qualidade oferecida. A aposta visível é num turismo de qualidade, de luxo, dando-se primazia aos hotéis em relação às pensões que, na sua maioria praticavam preços mais baixos mas também, de forma geral, não dispunham de serviços e equipamentos capazes de oferecer a qualidade e bem-estar que os hotéis garantiam, principalmente os de quatro e cinco estrelas, que representavam a maioria dos hotéis edificadas no concelho. Entrando no domínio da cidade da Figueira, pode verificar-se que o comportamento do sector terciário da cidade, mais precisamente em relação ao turismo, difere das características que o concelho apresenta. Senão vejamos. Fazendo uma comparação centrada no período que decorreu entre 1991 a 2001, os 35 alojamentos colectivos totais que existiam em 1991 eram de apenas 24 em 2001, o que representa um decréscimo de 31,4 % na cidade da Figueira (INE, 2001). Os hotéis e similares diminuíram nesses dez anos cerca de 52, 2 %, o que em números absolutos representa uma diminuição de 23 destes alojamentos para apenas 11 em 2001. Os outros 13 alojamentos, que perfazem no total os 24 alojamentos colectivos, dizem respeito a pensões, residenciais e hospedarias, que se encontram distribuídas pela cidade.

Edifícios

Em variação oposta, o total de edifícios aumentou de 2651 em 1991 para 2756 em 2001, registando-se um acréscimo de 4,0 % (Fig.16).

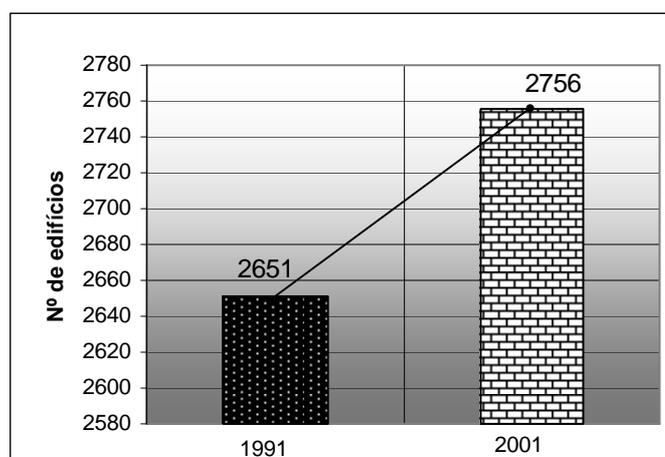


Fig.16 - Evolução do nº total de edifícios na F. Foz (1991/2001) (Fonte: INE)

Comparando este crescimento com a evolução do total de edifícios segundo o tipo de utilização (principalmente residenciais), verificou-se que em 1991 se registavam 2609, sendo em 2001 já 2733, o que indica uma evolução positiva de 4,8% (INE, 1991/2001). Desta análise, sobressai que na cidade da Figueira o crescimento urbano está a direccionar-se mais para a construção de edifícios de carácter particular, diminuindo o número de hotéis e seus similares, como equipamentos colectivos, o que revelou uma tendência menos ligada ao sector turístico e mais residencial. Nos alojamentos familiares segundo a forma de ocupação, verificou-se um crescimento, diminuindo assim a tendência dos alojamentos permanecerem vagos para aluguer.

Em 1991, o total de alojamentos familiares ocupados era de 6560 e em 2001 era de 7720, o que representava uma variação positiva de 18,7%. No entanto, o total de alojamentos familiares vagos para aluguer diminuiu de 150 em 1991 para 69 em 2001, registando uma diminuição de 54%. Desta análise, conclui-se que os alojamentos na cidade da Figueira são adquiridos com o intuito de serem a principal residência, visto que a tendência de ocupação aumentou em contraste com a diminuição dos alojamentos que ficam vagos para aluguer.

Ao nível de ocupação deste tipo de alojamentos, de 1991 a 2001, regista-se que as famílias clássicas com uma pessoa e com duas pessoas são as únicas que registam uma variação positiva, enquanto que as famílias clássicas com mais de duas pessoas registaram todas, em igual período de tempo, variações negativas. Das 839 famílias clássicas com uma pessoa em 1991, passou-se para 1025 em 2001, registando-se um acréscimo de 22,5%, enquanto que as famílias clássicas com duas pessoas registavam igualmente um aumento, neste caso de 12,0%, passando de 1278 em 1991 para 1431 em 2001 (INE, 1991/2001). Estes valores indicam que a ocupação destes alojamentos estava a ser maioritariamente preenchida por uma pessoa ou casal, podendo deduzir-se por estes dados que serão eventualmente pessoas novas, solteiras ou recém casadas sem filhos, que procuram a cidade da Figueira para aí residir.

Pontos de Atracção (Turismo)

Além do principal factor de atracção turística, a praia, a cidade da Figueira da Foz conta com pontos de interesse a visitar que fazem parte do seu património cultural. Assim, enumeram-se alguns monumentos a conhecer que marcam pela sua beleza arquitectónica e

antiguidade a história desta linda cidade (Informação cedida pela Junta de Freguesia de Vila Nova (suporte em CD, 2004).

A Igreja de S. Julião é o monumento mais antigo da cidade, sendo referenciado pela primeira vez na data de 1096. Este edifício, reedificado em 1716 e remodelado no decorrer do século XIX, é de grande beleza, com as paredes exteriores construídas em pedra de Ançã e a fachada principal delimitada por duas torres. O interior do edifício reflecte uma arquitectura setecentista (Fig17).

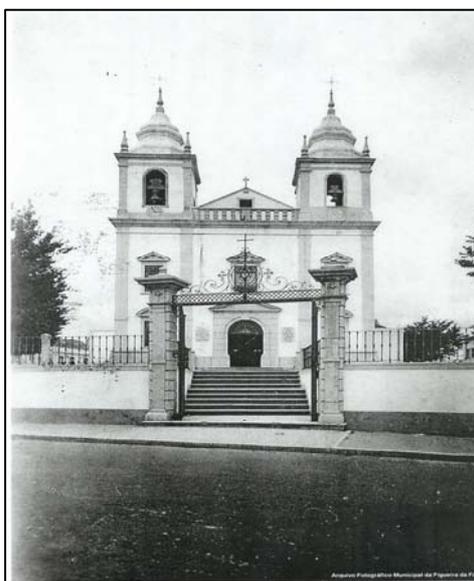


Fig.17 - Igreja de S. Julião da Figueira da Foz

A Igreja do Convento de Santo António encontra-se anexa ao referido convento e tem a designação de Igreja de Santo António ou Capela da Misericórdia. Foi construída por volta do ano de 1536, tendo sofrido, ao longo do tempo, sucessivas alterações, ampliações e restauros, as mais significativas datadas de 1725, 1886 e 1894. Com a extinção das ordens religiosas em 1834, todo o convento sofreu um processo de abandono e consequente degradação, tendo sido remodelado e posteriormente convertido em hospital pela Misericórdia local.

Essas obras de que o convento foi alvo, incluindo a igreja a si anexa, decorreram até 1886, alterando muito significativamente a traça arquitectónica primitiva. A partir de então, já desempenhou várias funções, adaptando-se à função de lar da terceira idade, em 1982, servindo presentemente de sede à Santa Casa da Misericórdia.

O Pelourinho Municipal, construído em 1782, apresenta uma coluna coroada, com armas nacionais e assente num pedestal, constituindo um exemplo de arquitectura barroca. Este monumento, considerado Monumento Nacional, foi colocado, primeiramente, a Norte da Praça do Comércio, tendo sido, em 1932, colocado 25 metros a sul da sua localização inicial (Fig.18).



Fig.18 - Pelourinho Municipal

O conhecido e majestoso Palácio Sotto Mayor, mandado edificar, no início do século XX, pelo próprio Joaquim Sotto Mayor, apresenta uma fachada luxuosa, tendo sido inclusivamente o seu interior decorado por alguns dos mais prestigiados artistas da época. Actualmente, este edifício é pertença da Sociedade Figueira Praia (Fig.19).

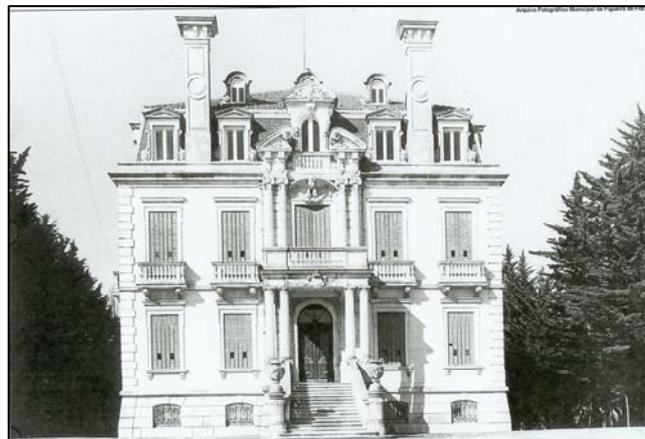


Fig.19 - Palácio Sotto Mayor

A Casa do Paço é mais um edifício de grande beleza arquitectónica construído no século XVII, pela ordem de João de Melo, bispo das dioceses de Coimbra, Elvas e Viseu. A sua fachada, do estilo barroco, e a torre encontram-se viradas para o rio. No seu interior, destacam-se pela sua excelência quatro salas revestidas a azulejos holandeses Delft, que representam motivos religiosos, paisagens e cenas de cavalaria. A existência destes azulejos neste monumento constitui, segundo alguns autores, o mais vasto e variado repositório de azulejos estrangeiros existentes em Portugal (Fig.20).



Fig.20 – Casa do Paço

O Casino da Figueira da Foz, construído em 1898, é um dos maiores da Península Ibérica. É um edifício de planta em forma de L, constituído por dois pisos e telhado de duas águas. Possui sala de jogos, sala de bingo, roleta, bacará e salão de festas (Fig.21).

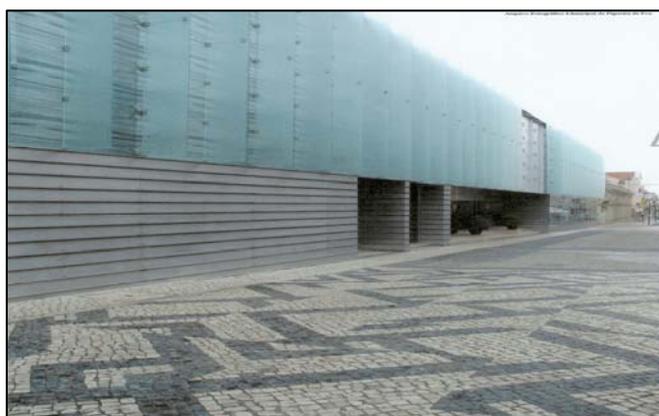


Fig.21 - Casino

O Forte de Santa Catarina, um dos *ex libris* desta cidade, apresenta uma configuração triangular, sendo composto por duas partes bem distintas, a capela e as fortificações.

Edificado no século XVI, junto à foz do rio Mondego, foi concluído no reinado de D. João IV, julgando-se no entanto que a sua construção se iniciou com D. João I. O objectivo da sua construção repartiu-se pela necessidade de defender a entrada do Mondego contra a pirataria que desembarcava com facilidade e atacava a costa e pelo facto de fazer parte de uma linha defensiva da enseada juntamente com o Fortim de Palheiros e o Forte de S. Pedro de Buarcos (Fig.22).

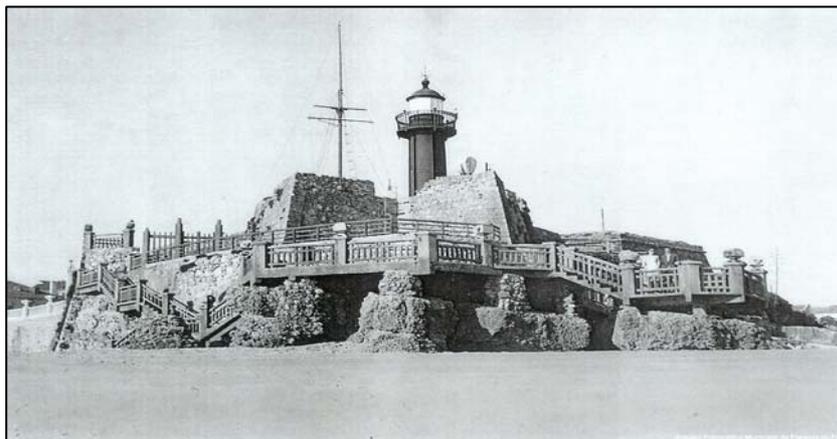


Fig.22 - Forte Santa Catarina

O Museu Municipal Dr. Santos Rocha foi distinguido, em 1993, com o prémio de melhor Museu de Ano pela Associação Portuguesa de Museologia. Foi fundado em 1894 pelo arqueólogo figueirense Dr. Santos Rocha, encontrando-se neste museu um precioso recheio, composto por uma notável colecção arqueológica, esculturas contemporâneas e religiosas, numismática, pintura, escultura, cerâmica e mobiliário, etnografia africana e oriental. O museu encontra-se, actualmente, nas proximidades do Parque das Abadias (Fig.23).



Fig.23 - Museu Municipal Dr. Santos Rocha

O Cruzeiro da Pedra foi erguido em memória dos que pereceram devido a fome e epidemias provocadas pela última invasão francesa. Este imóvel, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-Lei nº 44075 de 5 de Dezembro de 1961, localiza-se na Rua Heróis do Ultramar e foi construído em pedra e cercado por um gradeamento de ferro.

A Esplanada Silva Guimarães é mais um ponto de referência local a visitar. Esta esplanada encontra-se num local privilegiado, sobranceira ao mar, sendo ladeada pela Casa das Conchas, pelo Castelo Engenheiro Silva e pelo Edifício do Antigo Turismo.

Colectividades e Associações

A existência de associações, quer sejam de âmbito cultural, social, desportivo ou recreativo, contribui em larga escala para o desenvolvimento e dinamização da freguesia. Das principais colectividades sedeadas na cidade, destacam-se as seguintes: a Assembleia Figueirense, fundada em 1839, uma das mais antigas no panorama nacional, que conta como principais actividades o teatro, a música, a prática do voleibol e jogos de lazer; a Sociedade Filarmónica Figueirense, formada no dia 5 de Julho de 1842, sendo as principais áreas de acção desta associação ao teatro e a música; a Sociedade Filarmónica 10 de Agosto que, como o próprio nome indica, foi fundada a 10 de Agosto de 1880, sendo constituída por um total de 200 membros que se dedicam essencialmente ao teatro e à música (Informação cedida pela Junta de Freguesia de Vila Nova, formato CD, 2004, www.figueiraonline.com/freguesias/SJuliao/default.htm).

Na área do desporto, destacam-se a Associação Naval 1º de Maio, fundada em 1893, dedicando-se a várias modalidades, ao futebol em variados escalões, ao basquetebol, remo e tiro. O Ténis Clube da Figueira da Foz, criado em 1917 por um grupo de figueirenses, dedicando-se à modalidade do ténis. O Sporting Figueirense, fundado em 1918, sendo a sua principal actividade desportiva a prática do basquetebol feminino. O Clube Náutico da Figueira, fundado em 1983, ligado às actividades do desporto náutico, tendo a Vela como modalidade de eleição.

Transportes

Transportes particulares

Neste campo, a falta de estudos e de dados relativamente ao tratamento deste tema leva à necessidade de realização de uma investigação de campo que teve como principal destino a maioria das ruas, visto ser bastante difícil, senão impossível, registar a frequência de tráfego em todas as ruas da Figueira.

Este estudo decorreu na primeira semana de Junho, de forma evitar já uma certa alteração dos dados devido à aproximação da estação de veraneio, e teve como amostra temporal um período de cerca de 30 minutos efectuado duas vezes por dia, a meio da manhã e a meio da tarde. Da apreciação dos números e sua análise, concluiu-se que o fluxo rodoviário e o tipo de meios de transportes têm uma variação significativa de acordo com as ruas, registando-se uma afluência automóvel díspar de umas para outras.

- Fluxo de veículos ligeiros de passageiros

A Rua da Republica, a Rua da Alfândega e a circular externa que liga a Figueira a nascente e a poente, constituída pela Avenida de Saraiva de Carvalho, a Avenida Foz do Mondego, a Rua Engenheiro Silva e a Avenida 25 de Abril, representavam as principais artérias de escoamento dos automóveis. Nas ruas e avenidas que constituíam o eixo rodoviário principal fluíam, em média, 350 veículos ligeiros por cada meia hora. Assim será em princípio porque este eixo principal, conjuntamente com as outras ruas supracitadas, desempenha uma importante função na vida quotidiana da população, permitindo uma rápida fluidez e desembaraço do trânsito, um acesso mais directo a locais que se situam nas ruas transversais a este eixo e também devido ao facto de ser sem dúvida uma importante porta de entrada e saída da Figueira, tanto a poente como a nascente.

- Fluxo de veículos ligeiros de mercadorias

A maior intensidade de tráfego destes veículos reparte-se pela Rua da República, Rua da Alfândega, Rua do Paço, Rua Passeio Infante D. Henrique. Este troço é, em média, atravessado por 30 veículos por cada meia hora. Não será alheio a este elevado número de veículos que circulava nestas ruas o facto desta área antiga ser constituída por ruas que

apresentam um elevado número de equipamentos e serviços, culminando com o mercado municipal. A necessidade de satisfazer as exigências de muitas lojas que se concentram nesta área permite entender o fluxo deste tipo de veículos.

- Fluxo de veículos pesados de mercadorias

O fluxo destes veículos é de menor expressão quando comparado com os fluxos anteriores. No entanto, apesar do número de contagem ser irrisório e com pouco significado, salienta-se que é na E.N. 109, na Rua da República e Rua da Alfândega que se assistiu a uma maior circulação deste tipo de veículos. Refira-se também que, devido ao traçado sinuoso e apertado de muitas das ruas do núcleo antigo da Figueira da Foz e atendendo às dimensões destes veículos, a sua circulação era proibida em algumas ruas.

- Fluxo de veículos motorizados de duas rodas

Estes veículos circulavam principalmente nas ruas que apresentam uma elevada actividade comercial, onde se verificava habitualmente, nas horas de ponta, um congestionamento de tráfego. Estamos a falar de ruas como o Passeio Infante D. Henrique, Rua 5 de Outubro e Rua da República, que são os locais de maior passagem. Esta situação justificava-se pela própria versatilidade do veículo, permitindo às pessoas paragens rápidas e estacionamento quase sempre garantido devido à dimensão reduzida do veículo.

- Transportes públicos

Relativamente aos transportes regulares de passageiros de serviço público, vulgo “carreiras”, eram de 7 as concessões que serviam a cidade. Estas concessões são exploradas pela Empresa Alfredo Farreca Rodrigues, Lda. As circulações que se efectuavam, semanalmente, pelas diferentes concessões são as seguintes: Teimoso (Cabo Mondego) – Figueira da Foz, 47 circulações; Figueira da Foz – Teimoso, 45 circulações; Quiaios – Figueira da Foz (Mercado), 12 circulações; Figueira da Foz – Quiaios, 12 circulações; Teimoso (Cabo Mondego) – Viso, 10 circulações; Viso – Teimoso, 15 circulações; Casal da Areia - Figueira da Foz, 12 circulações; Figueira da Foz - Casal da Areia, 12 circulações; Figueira da Foz - Figueira da Foz, 7 circulações (só se efectua na época de veraneio, entre 1/7 a 10/9); Cabo Mondego (Teimoso) – Cova (passa pelo

Mercado e Estação), 42 circulações; Cova – Cabo Mondego, 35 circulações; Partida de Buarcos, 301 circulações; Partida do Mercado – Cova, 161 carreiras; Partida da Estação – Buarcos, 273 circulações; Partida da Cova – Mercado, 140 circulações; (Tabela 11).

Tabela n.º 11 – Circulações de transportes públicos (por semana) (Fonte: DGTC)

Cidade da Figueira da Foz 2004		
Local de Partida	Local de Chegada	Total de Circulações
Teimoso (Cabo Mondego)	Figueira da Foz	47
Figueira da Foz	Teimoso (Cabo Mondego)	45
Quiaios	Figueira da Foz (Mercado)	12
Figueira da Foz	Quiaios	12
Teimoso (Cabo Mondego)	Viso	10
Viso	Teimoso (Cabo Mondego)	15
Casal da Areia	Figueira da Foz	12
Figueira da Foz	Casal da Areia	12
Figueira da Foz	Figueira da Foz	7
Cabo Mondego (Teimoso)	Cova	42
Cova	Cabo Mondego (Teimoso)	35
Buarcos	Estação (Figueira da Foz)	301
Estação (Figueira da Foz)	Buarcos	273
Mercado	Cova	161
Cova	Mercado	140
Total		1124*
* Apesar do elevado número de carreiras autorizadas, actualmente, a maioria não se efectua.		

Embora o número de circulações apontasse para um número elevado, aproximadamente 1124 circulações, a realidade era bem diferente. Destas circulações, a maior parte não se efectuava. Esta situação referente às empresas rodoviárias de passageiros prende-se com a pouca rentabilidade económica das mesmas, dada a escassez de passageiros, que preferem na sua maioria utilizar os transportes particulares em detrimento dos públicos. No entanto, a Figueira da Foz é também servida pelo caminho-de-ferro que estabelece ligações a todo o país através de Coimbra, estabelecendo-se também por via marítima ligações mais vocacionadas para o transporte de mercadorias.

Redes viárias

Pode afirmar-se que a riqueza de um país tinha e continua a ter que ver com as vias de comunicação, um factor considerado essencial para a implementação e desenvolvimento industrial. Neste contexto, Portugal considerava-se pobre, na medida em que em épocas recuadas as infra-estruturas eram muito incipientes e em algumas zonas do país nem existiam. Desperta para estas realidades, a Burguesia do século XIX encetou uma obra de vulto, deixando para a posteridade aquilo que alguns historiadores apelidaram de Fontismo, tal a importância do seu grande obreiro, o Engenheiro Fontes Pereira de Melo (Serrão, 1971). A construção de estradas e caminhos-de-ferro iniciada pelo Ministro Costa Cabral na década de 40 e foi considerada por alguns historiadores, em virtude dos gastos dispendiosos, como uma das causas da Revolução da Maria da Fonte e consequente destituição deste Ministro de D. Maria II. Foi com a entrada de Fontes Pereira de Melo para o governo em 1851, após a criação do Ministério das Obras Públicas, do qual foi 1º Ministro, que a gestão dos transportes e comunicações foi assumida com mais cuidado, existindo uma preocupação de lançar os fundamentos para um maior desenvolvimento económico do país. Neste contexto, o concelho da Figueira da Foz e a sua cidade foram, com o evoluir dos tempos, acompanhando as inovações que os meios de transportes operavam. Com o surgir dos comboios e dos automóveis, foi necessário criar infra-estruturas que permitissem a utilização destes meios da forma mais eficaz possível, fazendo com que a relação tempo-distância fosse cada vez menor. Assim, no início do século XX, surgiram as primeiras vias de comunicação, como as linhas-férreas e estradas. No início, estas vias apresentavam-se, na maioria dos casos, como autênticos carreiros, com piso de terra, vulgarmente coberto de buracos e que tornava as viagens dos primeiros automóveis penosas e muito demoradas. A própria rede rodoviária existente foi resultado, na maioria dos casos, da progressiva pavimentação de caminhos rurais já existentes (PDM, 1989). No entanto e devido à própria evolução tecnológica dos veículos motorizados, também as vias de circulação foram sendo melhoradas através das inovações tecnológicas. A macadamização das vias de circulação permitiu reduzir o tempo e o custo das deslocações, proporcionando maior conforto e segurança às pessoas e consequentemente uma maior mobilidade de pessoas e bens. A melhoria das vias de circulação passou pela pavimentação do piso com alcatrão e por um aumento no comprimento e na largura das estradas, de acordo com as necessidades de origem-destino das mesmas e do tamanho dos

veículos que nelas circulavam. A rede rodoviária principal é constituída por itinerários principais, complementares e estradas municipais, cuja estrutura é bastante densa e pouco hierarquizada.

A rede principal do concelho da Figueira é constituída por dois eixos, um a norte-sul, a EN 109 – IC1, e outro a nascente - poente formado pela EN111 (Fig.24). Desta rede fazem parte as seguintes estradas nacionais: a IC1, que liga Lisboa a Valença e que utiliza parcialmente o traçado da EN109; a EN 111, que liga Figueira da Foz a Coimbra; a IC8, que liga Marinha das Ondas a Pombal, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Castelo Branco e Espanha; a EN 109-8, que liga Figueira da foz ao Cabo Mondego; a EN 111-2, que liga Caceira de Cima a Vila Verde; a EN 341, que liga Paião a Coimbra e a EN 347, que liga Alhadas a Casal dos Santos (PDM, 1989). Convém referir que as últimas três estradas mencionadas foram integradas na rede municipal por via do PRN de 1985. Em 1989, o concelho da Figueira era já percorrido por cerca de 90,1 km de estradas nacionais, 71,4 km de estradas municipais, 79,3 km de caminhos municipais e 57,0 km de estradas florestais (PDM, 1989).

Em 2002 foi inaugurado o troço da A14, entre o nó de Montemor e a portagem de Coimbra Norte. A cidade da Figueira foi, sem dúvida, a principal geradora do tráfego concelhio, razão que está na origem desta abordagem.

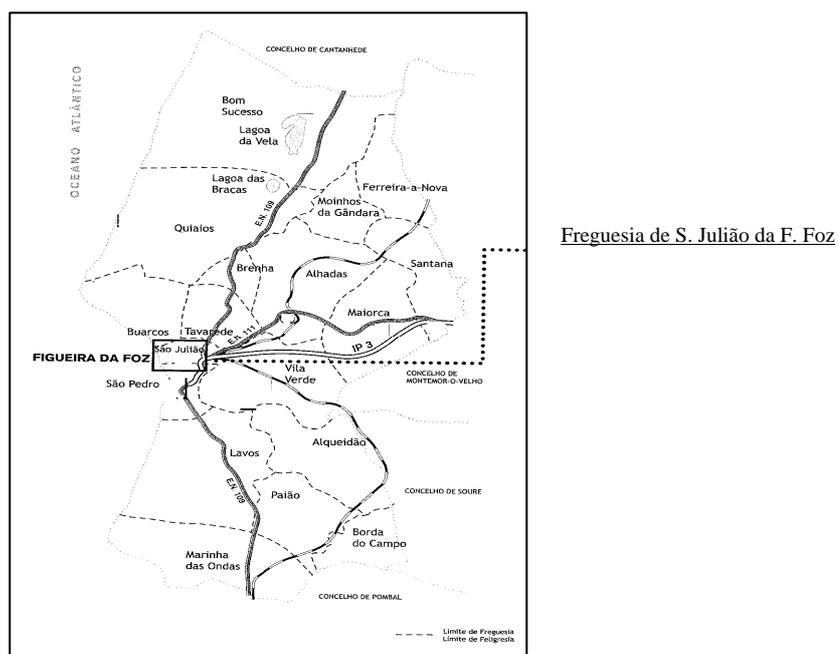


Fig.24 – Rede rodoviária principal do concelho da F.Foz

A Cidade encerra em si uma panóplia de serviços e equipamentos, responsável pela intensidade do tráfego circulante. A concentração de postos de trabalho, ocupados por residentes de outras freguesias do Norte e Sul do concelho, a presença de indústrias, principalmente a de duas fábricas de celulose, o porto comercial e de pesca e a própria Universidade encontram-se localizados na sede do Concelho, fazendo com que, na maior parte dos casos, o tráfego de atravessamento (Norte-Sul; Nascente-Poente) do concelho confluísse para o centro da cidade. Convém referir que a rede de transportes públicos rodoviários foi também responsável pela sobrecarga das vias de comunicação rodoviárias, uma vez que o sistema de transportes públicos rodoviários que opera no concelho tem como ponto central a cidade da Figueira, não existindo mesmo nas linhas das carreiras normais nenhuma que ligue directamente os sectores norte e sul do concelho sem passar invariavelmente por dentro da cidade (PDM, 1989).

Rede ferroviária

Os caminhos-de-ferro foram, sem dúvida, o principal motor de desenvolvimento da cidade e do concelho. Diminuindo a relação tempo-distância, acabou por tornar este meio geográfico num pólo atractivo, possibilitando um fácil acesso à Figueira. Hoje em dia, no concelho da Figueira da Foz convergem três linhas da rede de caminhos-de-ferro: a linha Oeste, responsável pela ligação entre a Figueira da Foz e Lisboa, mais propriamente ao Cacém; o ramal da Pampilhosa, que liga a linha do Norte (Lisboa -Porto) à Figueira da Foz (esta linha é única que não acede à estação de caminhos-de-ferro da cidade da Figueira - este ramal serve a estação de Santana – Ferreira-a-Nova e os apeadeiros de Costeira, Alhadas e Maiorca); e o ramal de Alfarelos, que utiliza as estações da Figueira da Foz e de Fontela para efectuar as principais circulações entre Figueira da Foz e Coimbra. Entre todas estas linhas, o ramal de Alfarelos é, sem dúvida, aquele que é mais procurado, tanto para o transporte de passageiros como de mercadorias. As mercadorias mais transportadas são compostas essencialmente por madeira e pasta de papel (PDM, 1989).

Transporte ferroviário de passageiros

O serviço de transportes de passageiros na Figueira da Foz é composto por três tipos de comboio, o Suburbano, o Regional e o Inter-Regional. O serviço Suburbano estabelece ligações com Coimbra, Alfarelos e Amieira. A ligação suburbana a Coimbra regista um

tempo de percurso mais reduzido, visto que as ligações a Alfarelos e Amieira se destinam essencialmente a possibilitar ligações com outros comboios regionais ou inter-regionais.

O Serviço Regional destina-se principalmente às ligações a Coimbra por Pampilhosa e às ligações directas ao Sul através da linha do Oeste. Os comboios regionais servem o corredor Figueira – Maiorca – Arazede na ligação a Coimbra por Pampilhosa. O serviço Inter-Regional é o de menor frequência, sendo o seu percurso mais longo de 218 Km efectuado em aproximadamente 4 horas. Este serviço circula até Caldas da Rainha, Cacém e Lisboa, mais precisamente até à Estação do Rossio. Este mesmo percurso é efectuado, na sua maioria, pelo serviço regional. No entanto, o serviço inter-regional é o mais vantajoso, pois percorre as mesmas distâncias em menor tempo devido à diminuição de paragens durante o percurso (PDM, 1989).

Meios de transporte

De acordo com os dados de 2001, verificou-se que o meio de transporte mais utilizado pelos figueirenses, na freguesia de S. Julião da Figueira da Foz, era o automóvel ligeiro particular, com mais de metade da população residente, cerca de 54%, a optar por este meio para as suas deslocações (INE, 2001).

No entanto, a não utilização de qualquer meio de transporte pelas pessoas, nas suas deslocações para o seu local de trabalho ou estudo era uma realidade neste meio. Cerca de 41% das pessoas preferiam deslocar-se a pé, deduzindo-se que grande parte da população residente encontrava trabalho perto da sua área de residência (INE, 2001). Assim sendo, a necessidade das pessoas recorrerem aos transportes públicos e privados era, nesta cidade, menos sentida do que na maioria das cidades portuguesas.

Tanto a utilização do comboio como do motociclo ou bicicleta não são opção para a grande maioria da população, recolhendo todos estes meios de transporte apenas a preferência de sensivelmente 4%. Apenas perto de 1% da população residente opta por outros meios para se deslocarem para o seu trabalho ou local de estudo (INE, 2001) (Fig.25).

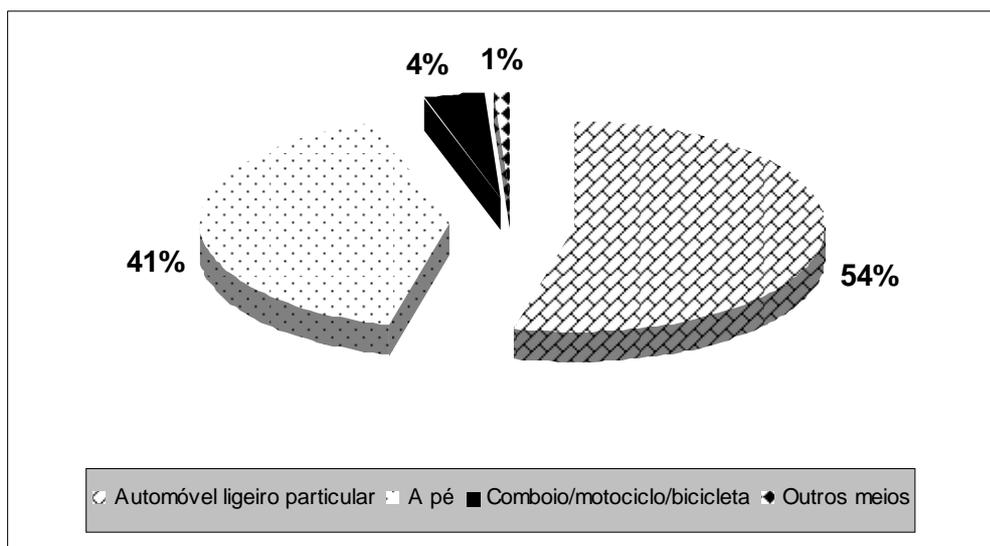


Fig.25 – Formas da população residente se deslocar para o local de trabalho ou estudo - Figueira da foz (2001)
(Fonte: INE)

Comparando os dados relativos a 1991 com os de 2001, observam-se tendências divergentes nas preferências da população relativamente à utilização dos meios de transporte.

Nestes dez anos que medeiam entre 1991 e 2001, verificou-se uma perda de importância de certos meios de transporte, como o comboio, o motociclo ou a bicicleta, e também uma diminuição no hábito de andar a pé por parte da população residente, quer nas deslocações para o trabalho quer para as escolas. Assim, a variação da utilização do comboio para este fim diminuiu cerca de 50,5%, o motociclo e bicicleta registaram um decréscimo de utilização na casa dos 56,2% e a frequência com que as pessoas se deslocam a pé inseriu-se numa variação de – 42,4%.

O automóvel ligeiro particular era, sem dúvida e cada vez mais, a opção preferida, registando um aumento de cerca de 50,6% na sua utilização desde 1991 até 2001. Relativamente a outros meios de transporte, a utilização do automóvel no espaço de uma década teve um aumento de 150%. Conclui-se, portanto, que os transportes públicos vão perdendo cada vez mais importância na escolha dos habitantes (INE, 1991/2001).

1.2. ÁREA DO INTERIOR (VILA NOVA - MIRANDA DO CORVO)

1.2.1. Análise de Indicadores Físicos

1.2.1.1. Morfologia/Plano Territorial

O espaço mais a sul da freguesia de Vila Nova, concelho de Miranda do Corvo, caracteriza-se por um declive acentuado do seu terreno, resultado da sua localização na vertente Norte do prolongamento da serra da Lousã. Partindo do sítio da Sr.^a Piedade de Tábuas, lugar que apresenta menor altitude até à parte mais elevada desta freguesia serrana, no lugar de Souravas, surge uma morfologia territorial caracterizada por pequenas aldeias que salpicam a serra, ora se empoleirando nas encostas ora se escondendo nos recônditos das rugas da montanha contrastando com espesso manto verdejante. O território parece não se ter subordinado a nenhuma organização espacial no seu crescimento e muito menos, ter obedecido a algum plano estrutural que explique a sua génese. Deduz-se que as 24 aldeias existentes nasceram fruto de uma conjugação de factores que foram contribuindo para a alteração da paisagem. Se a aldeia de Vila Nova, sede da freguesia, teve na sua origem factores de ordem religiosa (antiga capela de Santo André) e comercial, como já foi referido anteriormente, o surgimento de outras povoações agrupadas de forma mais “desordenada” leva a uma análise mais minuciosa. Nesta freguesia foram supostamente factores de ordem física do espaço que explicam o aparecimento desses pequenos aglomerados, como por exemplo: a existência de áreas de superfície mais aplanada, que são óptimas para a edificação de casas e práticas agrícolas; uma rede de caminhos mais fáceis de desbravar pelo Homem; uma mais fácil captação e retenção de água em algumas zonas, entre outros. No plano territorial, e cingindo-nos mais concretamente à aldeia e sede da freguesia, constata-se que as ruas, praças e estradas foram surgindo mais de acordo com as necessidades do momento, do que propriamente numa perspectiva de planeamento ou organização específica do território. Nesta perspectiva, encontravam-se ruas paralelas e perpendiculares, que apresentavam uma única semelhança na sua disposição e que era a ligação ao centro desta mesma aldeia. Recentemente, contava-se ainda um elevado número de ruas sem designação, sendo de referir, que ao nível da freguesia há ainda bastante a fazer quanto a toponímia destas localidades.

1.2.2. Análise de Indicadores Sócio-económicos

1.2.2.1. População

No comportamento demográfico na freguesia de Vila Nova verificou-se uma flutuação geral, mas com tendência, nas últimas décadas, para um declínio acentuado da população (Fig.26).

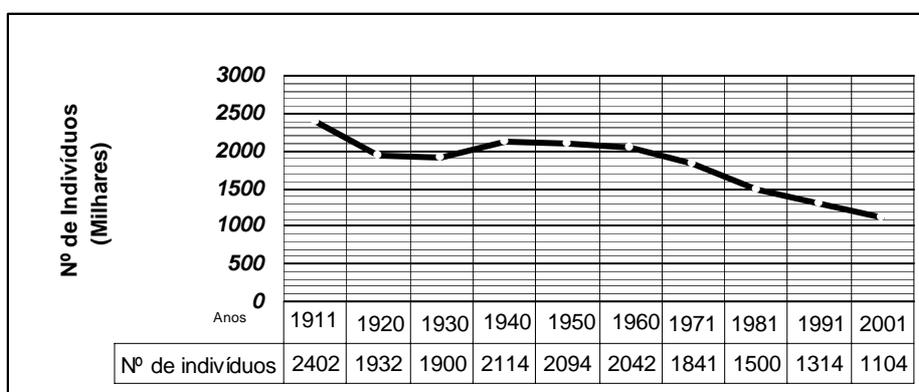


Fig.26 – Evolução da população demográfica em Vila Nova (Fonte:INE)

Em 1911, quatro anos depois da criação da freguesia de Vila Nova, a população residente existente nesta freguesia rondava os 2.402 indivíduos. Nas duas décadas seguintes, esse número iria baixar de forma significativa, registando em 1920, uma população residente de 1932 indivíduos e em 1930 uma população de 1900. Esta evolução negativa foi, no entanto, precedida de uma inflexão na evolução da população, voltando a população residente a ultrapassar a casa dos dois milhares, em 1940, com o registo de 2.114 indivíduos. Mais tarde, em 1950, a população residente em Vila Nova rondava os 2.094 indivíduos, existindo uma pequena diminuição até 1960, momento em que se registava uma população de 2.042 residentes. No entanto, este decréscimo não mais iria cessar, assistindo-se a uma perda progressiva de população residente até aos dias de hoje. Assim, a partir do ano de 1960, o decréscimo de população nesta freguesia iria ser mais significativo e, já em 1971, observou-se uma população residente de 1.841 habitantes. Essa diminuição progressiva continuou com o passar do tempo e, em 1981, existiam 1.500 indivíduos, o que significa uma perda de 341 habitantes em 10 anos. Esta tendência não se iria inverter e, nos

dez anos seguintes, o número de habitantes residentes continuava insistentemente a decrescer, registando-se 1.314 habitantes na freguesia em 1991, menos 186 do que em 1981. Já no início do século XXI, mais precisamente em 2001, a população residente era de 1.104 habitantes, confirmando a tendência de decréscimo populacional iniciada em 1950 (INE, 1911/2001). Em apenas 50 anos, a freguesia de Vila Nova assistiu a uma diminuição da população para valores de sensivelmente metade da população que estava fixada na década de 50.

1.2.2.2. População por grupos etários

Analisando mais detalhadamente a evolução da população, tendo como referência um tempo mais recente entre 1991 a 2001, pode constatar-se, através do estudo da população residente por grupos etários, quais os que mais contribuíram para diminuição de cerca de 19% que se registou neste intervalo de tempo.

O grupo etário dos 15 aos 64 foi o principal influente no decréscimo da população, verificando-se uma diminuição de aproximadamente – 9,4% neste grupo etário, o que representou uma diminuição de 135 habitantes dentro desta faixa etária (INE, 2001). A par desta situação, é lógico que o registo de uma alteração negativa na presença do grupo etário de adultos vai influenciar um declínio no grupo etário dos 0-15, uma vez que haverá um reflexo na taxa de fecundidade e natalidade.

Mais uma vez os números reproduzem esta realidade, assistindo-se a uma variação negativa deste grupo na casa dos 8,7%, o que representa uma diminuição em números absolutos na ordem de menos 96 habitantes (INE, 2001).

O grupo etário dos idosos, dos 65 anos em diante, foi o que menos contribuiu para este decréscimo, não perfazendo sequer 1% no total (INE, 2001). No entanto, os dados de 2001, revelam que no universo da população de Vila Nova, formada por uma população masculina de 548 indivíduos e uma população feminina de 557, a faixa etária de maior relevo continua a estender-se pelos habitantes dos 25 aos 64 anos, com 48%, seguida dos indivíduos com mais de 65 anos, com 26,2%. Com 14,3%, encontrava-se a população dos 15 aos 24 anos e, com 11,5%, os habitantes dos 0 aos 14 anos (Junta de Freguesia de Vila Nova, suporte em CD, 2004).

1.2.2.3. População Activa

Dos 1.104 indivíduos que compõem o número de população residente existente na freguesia de Vila Nova em 2001, 434 indivíduos integram a população activa e 670 a população inactiva (INE, 2001). Nesta freguesia, 39% da população residente é activa, sendo a maioria da população inactiva (61%). Dos 434 indivíduos que perfazem o total da população activa, 409 são indivíduos remunerados, 18 pertencem ao grupo da população activa desempregada à procura de novo emprego e 5 procuram o seu primeiro emprego. Ainda em relação à população activa, em 2001 existia 1 indivíduo a cumprir o serviço militar obrigatório e um outro referenciado na estatística como familiar activo não remunerado.

1.2.2.4. População Inactiva

Em relação aos 61% de população residente não activa na freguesia de Vila Nova, cerca de 670 indivíduos, verificou-se que o grosso da população inactiva ficou a dever-se ao grupo dos reformados, registando-se 352 indivíduos, o que significava quase 53% da população inactiva a residir na freguesia era reformada.

O segundo grande grupo que compunha a população inactiva refere-se à população jovem com idades compreendidas entre os 0 e 15 anos de idade, o que não permitia que tivessem qualquer emprego. Este grupo representava cerca de 19% da população inactiva total, com cerca de 128 indivíduos.

A População Inactiva que, em termos de condição perante o trabalho, é doméstica constitui o terceiro maior grupo, com 89 indivíduos, correspondendo a cerca de 13% da população residente inactiva desta freguesia. Os cerca de 66 indivíduos estudantes que residiam nesta freguesia contribuíam com uma fatia de 10% para a explicação dos números da população não activa residente nesta localidade.

Por fim, há que contar com a população residente inactiva por incapacidade e também com a população inactiva referenciada em Outros Casos que, no seu todo, perfaz cerca de 5%, ou seja, 35 indivíduos que acrescem aos números da População Residente Inactiva Total.

1.2.2.5. Local de trabalho

Da população empregada ou estudante residente em Vila Nova em 2001, apenas 23% trabalhava ou estudava nesta freguesia, o que significava que mais de $\frac{3}{4}$ da população residente, cerca de 77%, procurava noutras localidades formas de poder trabalhar ou estudar (INE, 2001). No entanto, desses aproximadamente 77% da população residente empregada ou estudante que se deslocava para fora da freguesia para trabalhar ou estudar, sensivelmente 43,6% encontrava o local de trabalho ou estudo no próprio concelho, embora em outra freguesia. Saliente-se que, mesmo ao nível do concelho, a falta de equipamentos sociais e de oferta de emprego era elevada, a julgar pelos 32,9% da população residente em Vila Nova que trabalhava noutro concelho que não aquele onde reside. Pouco relevantes em termos estatísticos, os 0,5% correspondem a cerca de 3 indivíduos residentes em Vila Nova que trabalhavam ou estudam no estrangeiro (Fig.27).

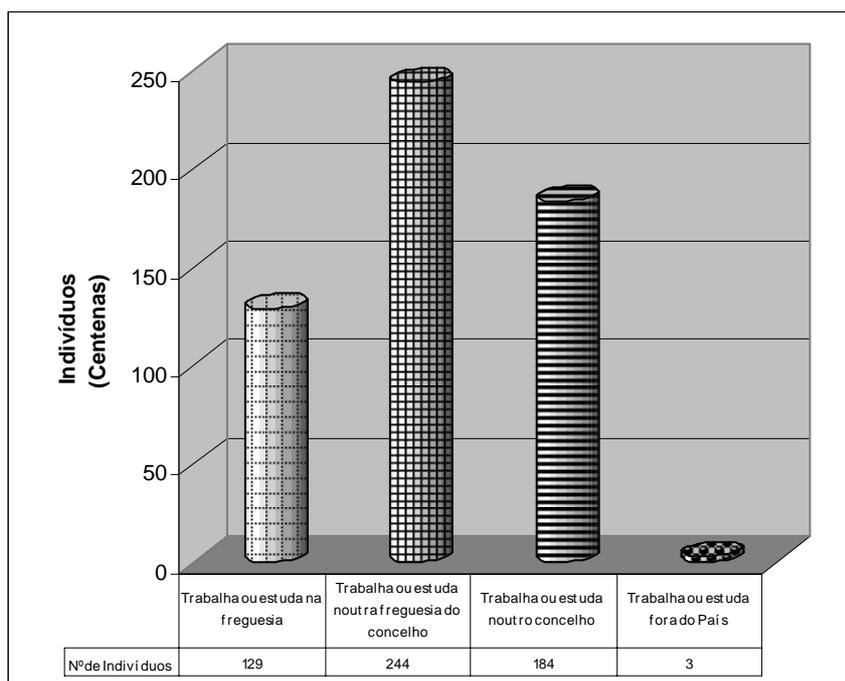


Fig.27 – População residente por local de trabalho ou estudo em Vila Nova – 2001 (Fonte:INE)

1.2.2.6. Habitação e Edifícios

O número de fogos desde a fundação de Vila Nova como freguesia tem tido uma fraca evolução ao longo do tempo e, se o comparamos com a evolução da população, mais se destaca essa diferença de comportamento desta variável. Os primeiros registos sobre esta

freguesia referiam 559 como número de fogos existentes em 1911 e, em 1991, oitenta anos passados, o número total de alojamentos familiares clássicos era de 594, o que significa que, apesar de existir uma variação não linear durante todos estes anos, no cômputo geral o aumento do número de habitações foi de apenas 35 alojamentos (INE, 1911/1991), situando-se na ordem dos 6%. Refira-se que o número total de alojamentos em Vila Nova corresponde ao número total de alojamentos familiares clássicos, não existindo nenhum outro tipo de alojamento nesta freguesia. No entanto, consideramos imprescindível fazer uma análise mais exaustiva à tendência da evolução da habitação nesta freguesia, principalmente na última década. Assim, desde 1991 a 2001, assistiu-se a um aumento acentuado do número de alojamentos, sendo este crescimento contrário à evolução pouco expressiva que decorreu nos anos anteriores. Em 1991, o número total de alojamentos era de 594 e, em 2001, esse número subia para 673 (INE, 1991/2001). Nesta última década, registou-se um aumento de 79 alojamentos, o que representava um acréscimo de quase 12%. Destes números, conclui-se que o aumento efectivo de habitação que se desenrolou de 1911 até 2001 foi na casa dos 114 alojamentos, contribuindo de forma decisiva esta última década com uma elevada construção. Do total de habitações construídas desde 1911 até aos dias de hoje, mais de dois terços foram edificadas nos últimos dez anos, o que representou uma viragem no comportamento da variável habitação nesta freguesia. Para se compreender os números e perceber melhor esta realidade, foi realizado um trabalho de campo, durante o mês de Julho de 2004, em que se viveu a realidade das 24 aldeias que compõem a freguesia de Vila Nova. Desta apreciação, verificou-se que todos os alojamentos são casas particulares de construção horizontal. Na maioria dos casos, essas casas são antigas, não tendo algumas as condições necessárias de habitabilidade, principalmente ao nível do isolamento, visto que são ainda construídas com rochas e pedras, recursos naturais em abundância na Serra da Lousã. Isso é bem notório no caso particular da aldeia de Gondramaz, onde se verificou a edificação em xisto na maioria das casas existentes. Algumas destas casas, que são habitadas na sua grande maioria por uma só família, foram no entanto melhoradas, tendo sido introduzidas alterações a nível de infra-estruturas básicas, como a implementação de água da rede pública, electricidade e saneamento. No entanto, o que mais chamou a atenção dos visitantes foi a contínua ruína dos edifícios que alojam, em tempos, numerosas famílias. A maioria das casas mais antigas continuam de pé, só que a sua deterioração em alguns casos é bem visível,

observando-se em muita delas um estado de ruínas, com telhados esburacados, portas e janelas que não ofereciam qualquer resistência, soalhos de madeira podres e entradas de água, de ar e até de insectos e de pequenos animais através das inúmeras fendas visíveis nas paredes. Era este o retrato das casas, na sua maioria antigas, que se encontravam simplesmente abandonadas. O despovoamento de que a freguesia foi alvo fez com que as gerações mais novas abandonassem estas aldeias serranas, desencantadas com a falta de oportunidades no local. Com a morte dos habitantes mais velhos, algumas aldeias assemelhavam-se a aldeias fantasmas, onde a vida parou.

No entanto, como foi já mencionado, existiu um incremento no número de alojamentos na última década. Tal ficou a dever-se a um conjunto de factores, dos quais se destacaram por ordem decrescente de importância: a construção de habitações por pessoas que exerciam a sua profissão em áreas próximas e, portanto, se fixaram na freguesia; a construção de habitações para uso de fim-de-semana, principalmente de pessoas que têm as suas raízes nesta freguesia; a construção de habitações por muitos emigrantes que procuravam em tempo de férias poder descansar na sua terra e/ou visitar os seus parentes; a construção de casas por pessoas que, mesmo vivendo afastadas desta freguesia, como na Lousã, Coimbra, Poiães, Ceira, etc., procuravam a calma, o sossego e a beleza natural da Serra da Lousã para possuir uma segunda residência que funciona como uma casa de campo.

Edifícios

No estudo do comportamento da habitação é preciso analisar não só a evolução dos alojamentos como também a própria evolução dos edifícios. Em Vila Nova, na última década, entre 1991 e 2001, a evolução do número de edifícios acompanhou o ritmo de crescimento dos alojamentos.

Em 1991, registavam-se 589 edifícios e, em 2001, o número aumentava para os 661, traduzindo-se num crescimento de 11% de edifícios (INE, 1991/2001) (Fig.28). Ao comparar-se este número de 11% com a evolução dos números de alojamentos, nesta última década, observa-se que a diferença se situava em apenas 1%, o que significava basicamente, que ao aumento dos alojamentos estava associado um crescimento do número de habitações independentes.

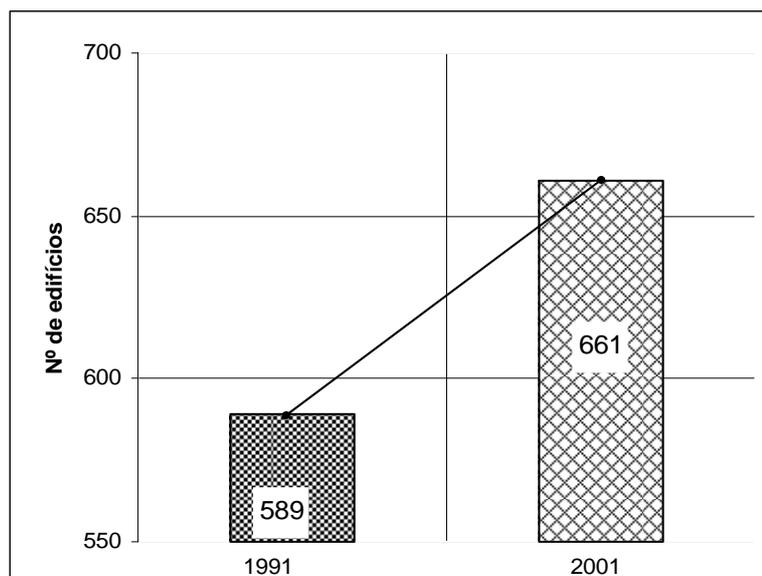


Fig.28 - Evolução do número total de edifícios em Vila Nova(1991/2001) (Fonte:INE)

Estes números indicavam que o aumento dos alojamentos se ficou a dever, em grande parte, à construção de habitações desenhadas com o objectivo de servir uma única família – casas unifamiliares. Em Vila Nova, de forma geral, as casas correspondiam a edifícios de construção horizontal – vivendas. No entanto, numa análise mais exaustiva, pode verificar-se que, o número de alojamentos familiares em 2001 era de cerca de 673 e o número de edifícios era de apenas 661. Estes números remetiam para a realidade desta freguesia, em que, apesar da larga maioria das habitações servir de alojamento para uma só família, ainda existiam alguns edifícios que compreendiam mais do que um alojamento no seu espaço. Saliente-se que não constava em toda a freguesia uma única construção vertical (prédio) com o objectivo de aumentar o número de alojamentos disponíveis.

1.2.2.7 - Evolução da população residente empregada por sectores de actividade

Dentro da população activa destaca-se agora a população empregada residente em Vila Nova, tentando analisar a sua evolução por sectores de actividade. Referindo 1991 a 2001 como intervalo de tempo, verificamos que o total de população residente empregada em 2001 era de 411 indivíduos, mais 8 do que em 1991.

Esta ligeira variação positiva de apenas 1,9% revelava uma certa estabilização da variação da população residente empregada. O sector primário era representado por 9,7% da população, cerca de 39 empregados, passando no entanto para cerca de 2,4% em 2001, o

que representava uma diminuição de 7,3% da população residente que se dedicava a actividades relacionadas com este sector. O sector secundário e o sector terciário são os que registavam aumento do número de empregados. Em 1991, o sector secundário contava com 191 empregados para em 2001 registar 206 empregados, o que equivalia a um crescimento de cerca de 2,6%, aproximadamente. Este sector passou a representar 50,1% da população residente activa empregada. O sector terciário, com 47,5% da população residente empregada, foi o que registou um crescimento mais significativo, de cerca de 4,6%, de 1991 a 2001, o que se traduziu num aumento de cerca de 22 empregados, perfazendo 195 empregados ligados a este ramo de actividade (Fig.29).

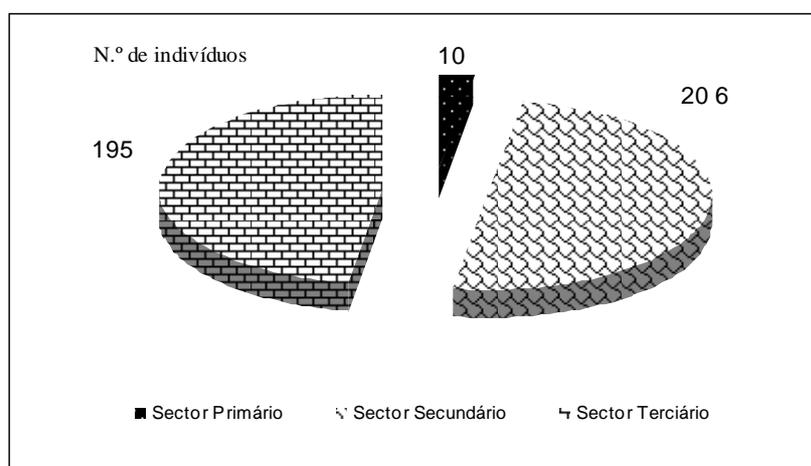


Fig.29 - População residente por sectores de actividade em Vila Nova (2001) (Fonte:INE)

- Sector Primário - Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca

Agricultura

De acordo com os dados disponíveis do INE, referentes a 1999, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) na freguesia de Vila Nova era de 87,7 hectares distribuídos por 108 explorações no total. Desde logo, comparando estes dados com os de 1989, verifica-se que se registou uma diminuição da prática agrícola. Em 1989, a Superfície Agrícola Utilizada era de 265 hectares e 94 ares, distribuídos por 190 explorações, o que representou, nestes últimos dez anos, uma clara propensão para o abandono das terras para fins de cultivo (Fig.30).

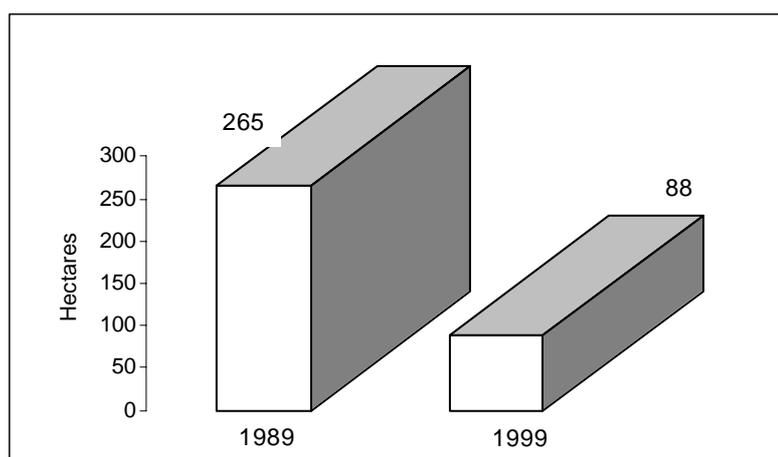


Fig.30 - Evolução da Superfície Agrícola Utilizada em Vila Nova (1989/1999) (Fonte: INE)

O total de Superfície Agrícola Não Utilizada aumentou mais de 20% de 1989 para 1999, registrando-se uma variação de 10 explorações (39 explorações em 1989 para 49 em 1999) que deixaram de ser utilizadas para fins agrícolas. Saliente-se que, em 1999, o total da Superfície Agrícola Utilizada era terra arável limpa, isto é, todas as explorações agrícolas estavam aptas a poderem ser utilizadas para cultivo. Do total da SAU, sob a forma de terra arável limpa, verificou-se que aproximadamente 80% era utilizado como horta familiar, desenvolvendo-se uma agricultura predominante de subsistência. A nível da exploração da SAU continuam a manter-se a significativa participação do dono das terras no cultivo e no amanho das mesmas. Em consonância com anos anteriores, em 1999, das 108 explorações que constituem a SAU, 106 eram exploradas por conta própria, o que representava 98% do total.

Dimensão dos blocos com SAU

Em relação à dimensão dos blocos com SAU, os blocos de SAU de 1 a menos de 20 ares, eram de 50 explorações, perto de 46,3% do total dos blocos agrícolas. O número de blocos com SAU de 20 a menos de 50 ares eram de 53, correspondentes a 49% do total, e representavam o principal grupo de terras que caracterizam a agricultura em Vila Nova. O número de blocos com SAU de 50 ares ou mais eram de apenas 5 explorações, o que representava aproximadamente 4,7% de blocos com esta dimensão.

Em relação às Culturas Agrícolas, contabilizou-se, em 1999, 65 explorações com culturas permanentes, sendo que associada a este tipo de culturas apareciam, em regra, culturas

temporárias que foram introduzidas na terra. Destes números temos que deduzir cerca de 49 explorações, onde predominam culturas permanentes com culturas temporárias. O agricultor, habitualmente, aproveitava as suas terras para a prática de policulturas. Em relação às culturas, destacavam-se várias principais que também eram produzidas como culturas secundárias. Os agricultores de Vila Nova dedicavam-se essencialmente à cultura de milho híbrido, milho regional, milharada, batata, centeio, leguminosas secas para grão, grão-de-bico, feijão, azevém, aveia forrageira, girassol. A par destas terras de cultivo, existiam várias explorações de prados temporários e culturas forrageiras em cultura principal e secundária sucessiva, orientadas com o propósito de garantir forragens para o gado. Saliente-se que, do total de superfície agrícola utilizada, distribuída por 108 explorações, apenas 1 exploração não era irrigável. Todas as restantes são irrigadas, permitindo a utilização normal dos solos.

Pecuária

A criação de gado era uma actividade que se foi desenvolvendo juntamente com a agricultura propriamente dita, completando-se uma a outra, sendo mais correcto falar-se em agro-pecuária. Por isso, não é de estranhar que o declínio da actividade agrícola arrastasse consigo a actividade pecuária, acompanhando esta na perda de importância no meio. Em 1999, existiam 14 explorações com criação de ovinos, 27 explorações com criação de bovinos, 44 explorações referentes à criação de caprinos, 73 explorações ligadas à suinicultura, 93 explorações onde se criavam aves, como galos, galinhas poedeiras e reprodutoras, perus, patos, gansos, etc. Todos os números comparativos de 1989 a 1999 demonstravam uma descida do número de explorações ligadas à pecuária, salientando-se em todos uma quebra superior a 50%, à excepção da criação suína que, apesar da diminuição registada, continuava a ser uma actividade com muito peso para o sector primário.

Instrumentos agrícolas

A agricultura existente em Vila Nova era de carácter rudimentar, utilizando os agricultores as habituais ferramentas tradicionais, tão sobejamente conhecidas. No entanto, verificou-se que os agricultores recorrem cada vez mais às máquinas modernas, capazes de diminuir o esforço e aumentar o rendimento. Assim, em 1999, contavam-se uma diversidade de

máquinas agrícolas, como tractores, motocultivadores, motoenxadas, motoceifeiras e electrobombas. De 1989 a 1999, só o número de explorações servidas por motocultivadores aumentou de 12 para 31, registando-se também um aumento no número de tractores que serviam as explorações, passando de cerca de 28 em 1989 para 35 em 1999.

Pomares

Nos campos agrícolas, era frequente assistir-se nesta área à plantação de árvores de fruto, tanto como cultura principal, os pomares, como cultura secundária. De entre as árvores de fruto, predominavam as macieiras, pereiras, pessegueiros, laranjeiras, tangerineiras, limoeiros, castanheiros, noqueiras e oliveiras. Em resumo, está-se na presença de uma agricultura basicamente de subsistência, em geral praticada em pequenas áreas agrícolas, com o predomínio de culturas permanentes associadas a culturas temporárias. As terras utilizadas eram, em geral, irrigadas, existindo a preocupação de cultivo de forraginosas como forma de garantir pastagens aos animais, durante o ano e principalmente no Inverno. A agricultura de carácter tradicional tinha no entanto vindo a modernizar-se, assistindo-se a um aumento de material e instrumentos agrícolas que facilitavam as tarefas dos agricultores. Ligada à agricultura temos a pecuária, actividade que se revê de grande importância económica para estas gentes, denotando-se no entanto uma quebra que acompanhou a actividade agrícola.

- Sector Secundário

Indústrias

No que concerne a este sector económico não se destacaram indústrias nesta freguesia, não existindo qualquer presença evidente de actividades relacionadas com este sector (Junta de Freguesia de Vila Nova, suporte em CD).

- Sector Terciário - Serviços, Turismo e Transportes

Comércio e serviços

Relativamente ao comércio, o pequeno comércio destacava-se de forma particular. De acordo com dados de 2002 relativos ao comércio, a freguesia de Vila Nova contava com 7 mercearias/minimercados, 3 stands de automóveis, 1 stand de bicicletas e 1 stand de motociclos e ciclomotores e um comércio de sucatas (INE, CESAP, 2002). No entanto, em 2005, o número de mercearias/minimercados já tinha sido reduzido para apenas 5. Uma mercearia na aldeia de Vila Nova, duas localizadas na aldeia de Souravas, uma na aldeia de Meroucinhos e uma outra localizada entre a aldeia do Torno e a aldeia de Casalinho (verificação “in loco”). Na venda de produtos alimentares, saliente-se um aspecto importante para estas populações serranas pertencentes à freguesia de Vila Nova que consiste no facto de, todos os dias, uma vendedora ambulante residente em Tábuas e proprietária de um mini-mercado em Miranda do Corvo se deslocar, numa viatura de mercadorias fechada, àqueles locais, satisfazendo as necessidades daquelas populações mais idosas, cujas condições físicas já não permitiam que se deslocassem para fora das aldeias.

Serviços

Relativamente aos reduzidos serviços encontrados, é de salientar que a maioria destes serviços estão associados aos transportes e à restauração. Assim, ligadas aos transportes, encontravam-se 5 oficinas de reparação de veículos automóveis, duas de reparação de máquinas agrícolas, uma oficina de reparação de motociclos e ciclomotores e um serviço de reparação e venda de pneus. Convém referir que algumas destas designadas oficinas não são mais do que garagens transformadas em pequenos “ateliers” de mecânica, utilizadas pelos moradores como local de trabalho. Os seus clientes eram geralmente pessoas ligadas à terra, normalmente vizinhos. Nos serviços relacionados com a restauração, registavam-se apenas 5 cafés, dois situados na sede da freguesia, um nas Souravas, um outro em Meroucinhos e mais um na aldeia do Casalinho. Ao nível da educação contabilizaram-se, em 2002, 1 infantário, 1 pré-escola pública e 3 escolas básicas públicas do 1º ciclo. A nível da saúde, constatou-se a existência de 2 postos médicos, um nas Souravas e um outro na aldeia de Vila Nova, que se encontravam abertos somente às quintas-feiras de manhã. Registavam-se ainda duas agências de seguros, bem como um pronto-a-vestir situado na aldeia de Souravas, e um Multibanco localizado no frontispício do prédio onde se encontra instalada a sede da Junta de Freguesia de Vila Nova (CESAP, 2002) (verificação “in

loco”). Vila Nova era ainda a casa de importantes associações locais, tais como: Associação dos Caçadores do Vale do Arinto; Associação Cultural e Desportiva de Sandoeira, Favais, Zorro, Pisão e Porto Judeu; Associação de Jovens de Vila Flor e Meroucinhos; Centro de Associação Cultural e Desportiva de Vila Nova e Centro Recreativo e Cultural de Vila Nova (Junta de Freguesia de Vila Nova, suporte em CD).

Artesanato

Associado ao comércio, o artesanato ia subsistindo na freguesia de Vila Nova ligado sobretudo à área da cestaria em vime e escultura em pedra. A cestaria acompanhava um acentuado decréscimo da actividade agrícola, entrando esta forma de artesanato em franco declínio. Esta arte, que resulta do entrelaçamento de matérias-primas de origem vegetal (castanho, acácia, vime, etc.) ainda era encontrada em algumas aldeias desta freguesia, principalmente no Torno e na aldeia do Cardeal. Esta actividade continuou a desenvolver-se junto dos mais velhos que, com grande destreza manual, espírito de observação e sentido de tacto, vão impedindo que esta arte desapareça com o tempo. As típicas esculturas de pedra, originárias da aldeia serrana do Gondramaz, são um exemplo da arte de bem trabalhar a pedra, que não é segredo para as mãos do Sr. Carlos Rodrigues. Deste lugar, eram vendidas esculturas em xisto, matéria-prima característica dos recursos naturais existentes neste local da Serra da Lousã (www.mirandadorcorvo.com).

Turismo

Por se situar na vertente sudoeste da Lousã, Vila Nova é reconhecida como uma freguesia serrana. Por tal, os Vila Novenses, auto-dominam-se como “O Miradouro do Concelho”, graças à serra da Lousã, donde se podem vislumbrar lindíssimas paisagens e constatar as grandes diferenças no relevo do nosso país. Pode mesmo comparar-se a baixa altitude do litoral do Baixo Mondego até a Figueira da Foz, observando-se o mar, em contraste com o interior montanhoso que se estende até ao distrito de Castelo Branco (Junta de Freguesia de Vila Nova, formato papel “Folheto Turístico, 2004). Assim, o pequeno turismo rural que se fazia sentir nesta freguesia, principalmente na época de verão, circunscreve o interesse pela deslumbrante beleza natural que a serra oferece, com infra-estruturas de observação já construídas na freguesia, a oportunidade de apreciar a mais genuína arquitectura serrana e de conhecer um ambiente próprio de gente de montanha. Assim, referem-se alguns locais

de interesse turístico, começando obviamente pelo conhecimento das características da serra de Vila Nova ou, se preferir, pela vertente norte da serra da Lousã.

Serra da Lousã

A serra da Lousã surge como um prolongamento das serras da Estrela e de Açor, constituindo a extremidade sudoeste do conjunto montanhoso mais importante do país, a Cordilheira Central, unidade que constitui a espinha dorsal da Península Ibérica (Lourenço,1988). Esta serra estende-se pelos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Góis, Pampilhosa da Serra e Arganil, segundo uma disposição geral rigidamente alinhada no sentido NE-SW (Lourenço, 1988). A serra da Lousã constitui um enrugamento de natureza xistograuváquica, existindo no entanto afloramentos graníticos, que se formaram a partir de intrusões magmáticas, essencialmente granitóides que, por contacto, metamorfizaram rochas encaixantes, dando origem aos xistos mosqueados até às corneanas, que se podem observar nesta serra (Cravidão et al, 1990). Esta serra, constituída essencialmente por xisto, apresenta vertentes bastante abruptas, que se erguem dos 200 até aos 900-1000 metros de altitude, atingindo a altitude máxima de 1205 metros no Alto do Trevim – Lousã (Lourenço, 1988). O relevo, apesar das suas formas aparentemente monótonas, apresenta-se movimentado, dando grande vigor à paisagem, devido aos contrastes altitudinais vigorosos, representados por fortes declives, muitas das vezes difíceis de palmilhar (Cravidão et al, 1990) (Fig.31). A flora, principalmente a existente na vertente norte da serra da Lousã, local de estudo, é composta por frondosos bosques de folhosas, donde sobressaem os soutos de castanheiros, o carvalho alvarinho e o medronheiro. Nas áreas mais elevadas das vertentes, estas associações vegetais dão lugar aos incultos, ocupados por mato, onde predominam as urzes, muitas vezes acompanhadas pela carqueja e pelo tojo (Lourenço, 1988). Na “serra de Vila Nova” destacam-se ainda espécies resinosas e de folha caduca, principalmente o pinheiro bravo, que ainda representa a base económica de muitas famílias, devido à prática da extracção de resina. No entanto, nos últimos verões, assistiu-se ao flagelo do fogo, que queimou grandes áreas desta floresta, observando-se, hoje em dia, a monocultura de eucaliptos em detrimento da multiplicidade de espécies vegetais existentes.

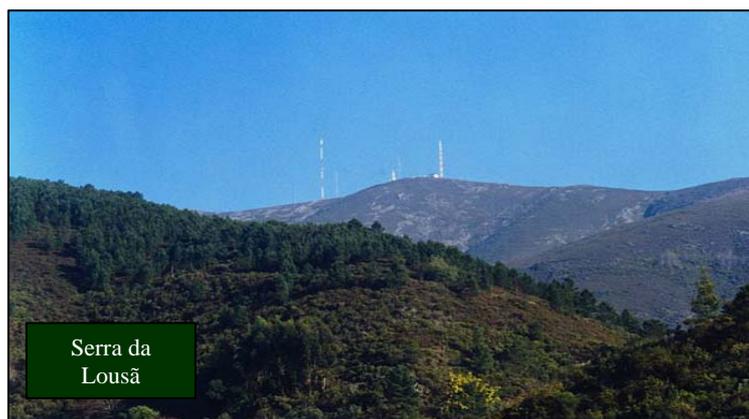


Fig.31 – Serra da Lousã

A fauna

Coabitando com as espécies vegetais na serra da Lousã, particularmente na “serra de Vila Nova”, encontram-se variadas espécies animais que dão vida à floresta. É usual ver-se aves de rapina, corsas, veados e, sobretudo, javalis, que vagueiam, escondidos, pela vegetação densa da serra.

Aldeia do Gondramaz

Das vinte e quatro aldeias que constituem a freguesia de Vila Nova, esta era a mais procurada pelos turistas. Situada em plena Serra da Lousã, os habitantes desta aldeia desde sempre buscaram no xisto da serra a matéria-prima para construírem as suas casas (Fig.32).



Fig.32 – Aldeia do Gondramaz

Em 2004, a aldeia contava com cerca 40 casas e com uma população residente diminuta, não superior a 10 indivíduos. Este lugar, que cativa pela sua rusticidade, apresentando uma arquitectónica muito peculiar, com as casas feitas de xisto, o que confere à aldeia uma

beleza natural atraente (verificação “in loco”) (Fig.33).



Fig.33 – Gondramaz (aldeia de xisto)

As casas que foram reconstruídas mantiveram a traça original. No entanto, já existem alguns atentados arquitectónicos, como é evidente logo à entrada da aldeia, com o cimento a desvirtuar. Mesmo assim, o seu encanto mantém-se, embora seja algo preocupante a existência de um certo número de casas em ruínas, à espera que alguém as recupere (Nunes, 1995). A beleza da aldeia associada à beleza da serra da Lousã constitui um cenário agradável que foi aproveitado para turismo rural, existindo já condições de estadia (se bem que até à data exista só uma casa para alugar). Constava, também, que mais 3 casas iriam ser supostamente recuperadas. Por outro lado, os caminhos pedestres traçados convidam os turistas a conhecer melhor a paisagem serrana. Gondramaz é conhecida nos quatro cantos do mundo, não só pela beleza das suas casas de xisto num panorama deslumbrante mas, em muito, devido à existência de um homem, de seu nome Carlos Rodrigues, que há já 25 anos continua a dedicar a sua vida a esculpir esta pedra xistosa que a serra lhe oferece. O Sr. Carlos Rodrigues começou a esculpir quando foi obrigado a abandonar a sua anterior profissão devido a uma doença, começando a esculpir a primeira figura na pedra da sua própria casa. A partir de então nunca mais parou. Nas suas mãos a pedra ganha contornos magníficos, esculpindo quer figuras religiosas quer outras, não só a pedido de clientes apreciadores desta arte, mas também fruto da sua imaginação. Começou a participar em algumas exposições de artesanato e foi despertando a atenção de muitos turistas estrangeiros. Muitos dos seus trabalhos encontram-se “espalhados por toda a Europa, Moçambique, Brasil, Argentina, Venezuela, Estados Unidos”, entre outros destinos (Aldeias do Xisto, 2003).

Santuário de Nossa Senhora da Piedade de Tábuas

Esta capela, situada numa garganta da serra de Miranda, localizada próxima do lugar de Tábuas, foi fundada por Domingos Pires, um lavrador rico a quem, em tempos recuados e segundo reza a lenda, terá aparecido a figura de uma Senhora por várias vezes sobre um penhasco, numa gruta que ainda hoje existe na encosta fronteira ao referido sítio. Este homem, resoluto e devoto, tratou logo de edificar uma casa à Senhora, sob o título de Senhora da Piedade (LEAL, 1990). Nesse sítio, que teve o nome de Malhadinha, foi edificada a capela datada da segunda metade do século XVI, com algumas reformas realizadas no século XVIII e posteriores. Esta capela cedo foi objecto de culto, transformando este local numa autêntica romaria, desenvolvendo-se o santuário ao longo do caminho que lhe dá acesso e que forma o seu todo. Assim, nesse caminho, desde a subida da encosta da Serra até a elevação onde existe a capela principal, não se pode esquecer a capela de S. José, o cruzeiro e a capela de Santo Amaro e a fonte de água, localizada já dentro do souto da encosta. A capela de Nossa Senhora da Piedade de Tábuas é um local de interesse público, local turístico importante não só pela frondosa vegetação que a rodeia e pelas águas puras e cristalinas que brotam das suas fontes e transmitem uma sensação de frescura muito apreciada no Verão, mas também pela beleza arquitectónica da sua capela. No entanto, na madrugada do dia 15 de Novembro de 1998, Miranda ficou mais pobre (Fig.34).

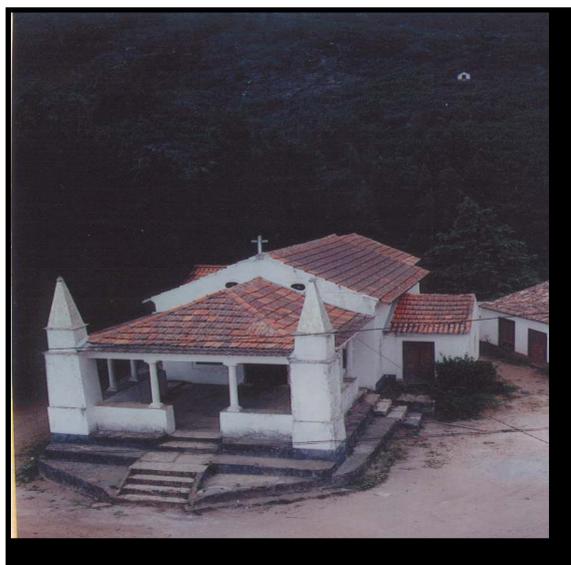


Fig.34 - Capela da Nossa Senhora da Piedade de Tábuas

A capela centenária foi consumida por um violento incêndio que destruiu em grande parte o seu recheio interior e arruinou uma obra de valor incalculável (Rodrigues, 2003).

Da descrição feita a esta capela, antes de arder, fica o registo sumário feito pelo padre Nogueira Gonçalves nos anos 40 e que a descreve assim: “Na capela-mor, o tecto é de madeira em caixotes pequenos, pintados de rótulos concheados (...) O retábulo, dourado, de duas colunas e camarim, pertencem à segunda metade do século XVIII. A escultura da Piedade é de pedra, do século XVI renascentista (...). Revestem as paredes azulejos dos séculos XVIII-XIX, de Coimbra (...). Fecha a capela-mor uma teia de madeira exótica, de balaústres tirantes de madeira (...) uma pintura policroma cobre tudo (...)” (Rodrigues, 2003).

A referida capela encontra-se a ser alvo de recuperação, como cita o jornal *Mirante*: “A capela da Senhora da Piedade de Tábuas vai, finalmente, receber arranjos interiores, quase seis anos volvidos sobre o violento incêndio que a destruiu” (Jornal *Mirante* nº 317 do dia 1 de Agosto de 2004).

Como atracção turística há que referir, também, a existência de uma praia fluvial, localizada por detrás desta capela, encontrando-se a praia fluvial bem encaixada no vale onde corre o rio Alheda (Fig.35). No entanto, já há algum tempo que esta infra-estrutura não se encontra a funcionar devido ao seu abandono e à falta de manutenção.

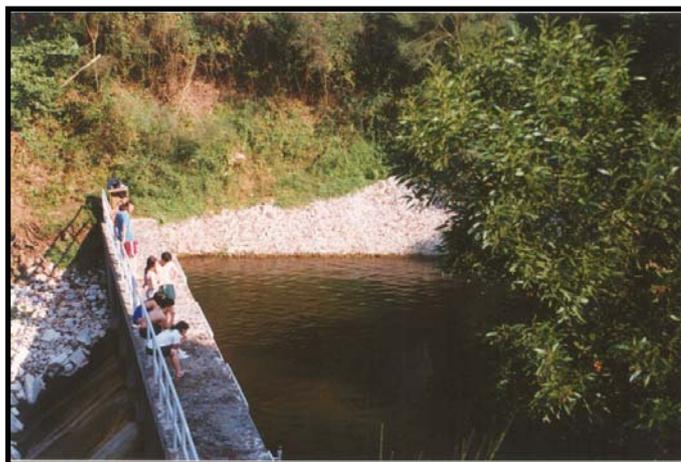


Fig.35 - Praia Fluvial de Tábuas

Para além dos pontos turísticos, já referenciados, não se podem esquecer as festividades que, anualmente, ocorrem nesta terra e que representam uma atracção para os forasteiros que se deslocam para assistir a estes eventos. Destacam-se as festas de S. João, as festas da

Nossa Senhora da Nazaré, as festas da Senhora do Desterro, as festas de Nossa Senhora do Carmo e as festas de S. Gens.

Transportes

No estudo desta variável, verificou-se que, em 2001, a população empregada ou estudante residente em Vila Nova utilizava o transporte particular como principal meio de transporte para se deslocar para o local de trabalho ou estudo. Mais de metade da população residente, cerca de 63,9%, utilizava os transportes particulares, 16,4% da população deslocava-se para o local de trabalho em transportes colectivos, 18,6% vai a pé e apenas 1,1% da população residente utilizava outros meios de transporte. Dos 63,9% que se serviam do transporte particular para se dirigir ao local de trabalho ou estudo, 58,6% usavam o automóvel ligeiro particular e apenas 5,3% se serviam do motociclo ou de bicicleta para o fazer (INE, 2001).

Transportes Particulares

Relativamente ao trânsito local que serve Vila Nova, foi realizado um estudo de campo com o objectivo de conhecer as principais vias de comunicação que servem esta localidade e a intensidade do tráfego que nela circula. O estudo realizado teve como base a mesma análise efectuada na cidade da Figueira da Foz, registando-se os dados em dois períodos do dia distintos, um período de manhã e outro ao fim da tarde, mantendo-se o mesmo tempo de investigação, cerca de 30 minutos por período. Este estudo decorreu durante a última semana do mês de Julho de 2004. Verificou-se que, da rede viária existente, se destacaram como principais ligações viárias que a população utilizava diariamente um eixo viário principal e uma ligação secundária, mais importante, que se confina a uma estrada camarária. Estes eixos viários são a EN-17-1 e a EM 556, para além de outras estradas municipais dos lugares vizinhos que confluem para esta aldeia de Vila Nova. Assim, partindo da sede do concelho Miranda do Corvo, a EN-17-1 atravessa esta Vila (PDM, 1991) e dá ligação a Tomar, entroncando na EM. 556 que vai até Vila Nova ao chegar ao Lombo de Vale de Arinto. Desta localidade, partem outras estradas municipais, como as EM. 1215, 1216, que estabelecem ligações aos lugares vizinhos, como Tábuas, Vila Flor, etc. Dentro da aldeia de Vila Nova a artéria mais importante é a Avenida António dos Reis. A rede viária que serve esta localidade permite, quer através das Estradas Municipais n.º

1215, 1216 e 556, quer através das Estradas Nacionais EN-17 e EN-17-1, estabelecer ligações às cidades de Tomar, Coimbra e aos concelhos limítrofes, Lousã, V.N. Poiares, Góis, Arganil, etc (Fig.36). Sendo estes os dois eixos viários (EM-1215 e a ligação à EN-17) as principais portas de entrada e saída dos Vila Novenses, registou-se que o fluxo rodoviário se confina quase exclusivamente à utilização de veículos ligeiros de passageiros, constituindo estes aproximadamente 99% do fluxo total.

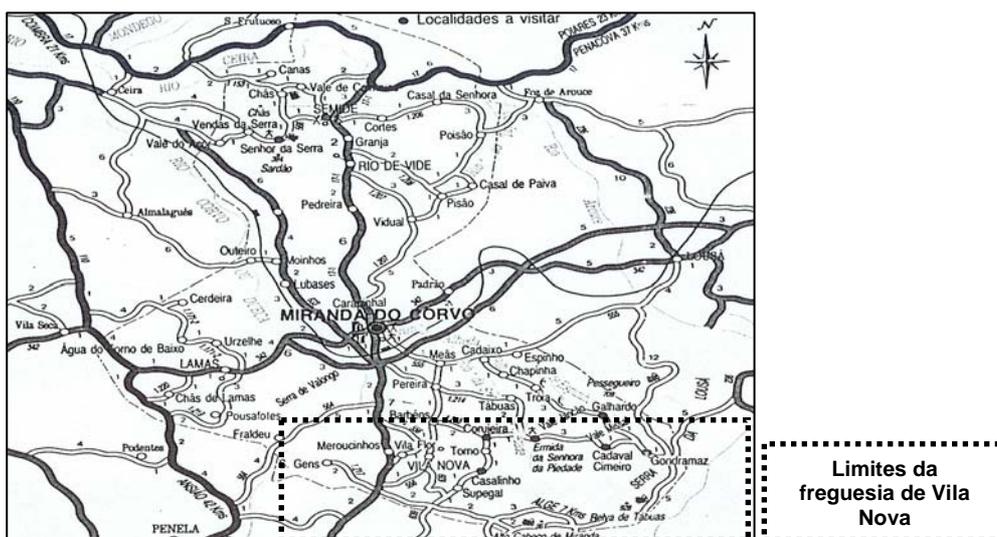


Fig.36 - Rede Rodoviária que serve a Freguesia de Vila Nova

O número de outros veículos a circular nessas estradas era muito reduzido, tornando-se ao nível estatístico, praticamente nulo o seu tratamento. Desse 1%, destacava-se a circulação de alguns veículos ligeiros de mercadorias e tractores. No conjunto das duas vias rodoviárias supracitadas, registou-se uma média de 35 veículos ligeiros de passageiros por cada meia hora. No entanto, verificou-se que a via mais utilizada foi a EM1215, que permitia a ligação à Vila de Miranda, com uma média de 40 automóveis por cada meia hora. A via de acesso à EN 17-1 contou com um fluxo médio automóvel de cerca de 30 veículos por cada meia hora. Pode deduzir-se que, supostamente, as pessoas se deslocavam mais para localidades dentro do próprio concelho, utilizando menos outras vias de comunicação que serviam primordialmente localidades mais longínquas, inclusivamente outros concelhos (“in loco”).

Transportes Públicos

Dos transportes públicos que servem Vila Nova, contavam-se 2 carreiras regulares de passageiros que serviam esta localidade (Tabela 12).

Tabela n.º 12 – Circulações de transportes públicos (por semana) (Fonte: DGTC)

Vila Nova 2004		
Início	Termo	Total de Circulações
Miranda do Corvo	Vila Nova	45
Vila Nova	Miranda do Corvo	33
Espinhhal	Vila Nova	4
Vila Nova	Espinhhal	3
Total		85

Através dessas carreiras, o tráfego semanal encontrava-se distribuído pelas seguintes circulações: no sentido Miranda do Corvo – Vila Nova, registam-se 45; no sentido Vila Nova – Miranda do Corvo, cerca de 33; no sentido Espinhhal – Vila Nova, apenas se efectuam 4 no sentido inverso 3 (DGTT, 2004). Deve referir-se que o que consta no “papel” não se traduzia em efectivação no terreno. As circulações apresentadas não estavam a ser todas realizadas (Verificação “in loco”). Para além dos transportes rodoviários de passageiros, haverá a destacar pela grande importância actual, os transportes ferroviários e neste caso o Ramal da Lousã, que proporciona viagens rápidas e mais cómodas, quer para Coimbra, quer para a Lousã, sendo a estação de Miranda do Corvo um interface de ligação àqueles concelhos.

O Parque Eólico de Vila Nova

O parque eólico de Vila Nova é, no actual momento, a grande atracção turística desta freguesia e até do concelho, aconecendo todos os fins-de-semana pessoas oriundas das mais diversas localidades do nosso país para observarem este enorme empreendimento que surpreende pelo gigantismo dos seus geradores e pela vasta área que ocupa no cimo de uma encosta, na aldeia de Souravas. O parque eólico de Vila Nova, que se encontra a

funcionar desde o final de Julho de 2004 é, actualmente, o maior a nível nacional em potência instalada. Os 10 geradores que o constituem encontram-se a produzir energia eléctrica que está a ser canalizada para a rede nacional através da subestação da Lousã. Este parque tem uma potência instalada de 20 MW, 2000KW cada, o que segundo as fontes é suficiente para abastecer um aglomerado populacional de 30 mil habitantes (Jornal Mirante nº 317 do dia 1 de Agosto de 2004).

O Parque Eólico constitui, de acordo com o referido anteriormente, um relevante investimento nas energias renováveis, apresentando-se como mais uma realidade a ter em conta na concretização de políticas e estratégias energéticas, cada vez mais desejadas, para um desenvolvimento sustentável.

Localização Geográfica do Parque Eólico

O parque localiza-se na cumeada principal da serra da Lousã, no início da sua vertente nor-noroeste, nas imediações e a sudeste do aglomerado populacional de Vila Nova, no centro do país (Fig.37). A sua área insere-se numa faixa hipsométrica dos 700-900 metros de altitude, onde se inscreve a cumeada principal, apresentando-se a quase totalidade do sítio do parque numa área relativamente vasta e larga (Enernova-Novas Energias,S.A., Projecto e Gestão).

Limites geográficos e morfologia do parque

O limite da área do parque eólico estende-se para norte, a partir do marco geodésico de 2ª ordem de Relvas de Tábuas (948 m de altitude), e continua pela linha de cumeada principal da serra, inflectindo para baixo pela vertente norte, onde engloba a expressiva lomba de Viso do Espigão. Desde o marco de Relvas de Tábuas para oeste, o limite superior do parque desenvolve-se ao longo de uma linha de vinco secundário, a qual constitui, parcialmente, o topo da bacia hidrográfica do ribeiro da Senhora da Piedade. Este ribeiro é afluente da ribeira Alheda, que atravessa a vila de Miranda do Corvo, inserindo-se toda a área na bacia desta ribeira (Enernova-Novas Energias,S.A., Projecto e Gestão). A morfologia do lugar, apresentando vários cabeços, arredondados e de perfil relativamente suave, intervalados por colos amplos, foi aproveitada para a construção e edificação de 11 aerogeradores, de uma subestação e de um mastro meteorológico de medição do vento,

elementos que constituem, actualmente, o Parque Eólico de Vila Nova Erenova-Novas Energias, S.A., Projecto e Gestão). Assim, encontram-se os aerogeradores n.º1 e n.º2 nos flancos de cabeço de Lombinho do Meio, com 839 m de altitude máxima. Segue-se um cume mais extenso e desenvolvido, com 897m de altitude, onde actualmente se encontram os aerogeradores n.º 3 e n.º 4 e o mastro meteorológico. Na zona do colo entre este cume e o seguinte de Relvas de Tábuas, localiza-se a subestação do parque, encaixada na depressão do terreno, bem como o aerogerador n.º 5. Vem depois o alto de Relvas de Tábuas, com 948 m de altitude máxima, situando-se em cada um dos seus flancos as máquinas n.º 6 e n.º 7. Segue-se-lhe um cimo com 938 m de altitude, onde se localiza, actualmente, uma torre de vigia dos Serviços Florestais. Deste cimo, na cumeada principal, arranca, para oeste, uma cumeada secundária, Viso do Espigão, onde se inscrevem, em plena lomba, mais abaixo, com 909 m de altitude, as máquinas n.º 10 e n.º 11 (Erenova-Novas Energias,S.A., Projecto e Gestão) (Figs. 38 e 39).



Figs. 38 e 39 – Parque Eólico de Vila Nova

Características gerais dos aerogeradores

Estes aerogeradores têm potências unitárias de 1800Kw e são capazes de produzir, no seu conjunto, cerca de 19,8 MW de potência total. Estima-se que a produção média anual de energia eléctrica, neste parque eólico, ronde os 51,2 GWh (Erenova-Novas Energias,S.A, Projecto e Gestão).

Estas máquinas têm como principais características individuais uma Torre tipo Tubular com 65 a 85 metros de altura, com Rotor de 70 metros de diâmetro, composto por três pás, uma velocidade de rotação de 10/20 rpm, sendo necessário vento com velocidades nunca

inferiores a 3-4 m/s para estes entrarem em funcionamento e velocidades de aproximadamente 10-13 m/s para que funcionem em plena carga ou quase (Enernova-Novas Energias,S.A., Projecto e Gestão)

Cabos de Transporte

Os cabos de transporte de energia encontram-se uns subelevados e outros elevados. Entre os aerogeradores e a subestação, os cabos foram soterrados em longas valas, que foram previamente preparadas. Do edifício da subestação parte uma ligação do parque eólico à rede de alta tensão. Esta ligação, aérea, é dotada de uma linha de 60 Kv, que percorre 24 Km entre o local da ligação do parque até a Subestação de Pereiros (Enernova-Novas Energias,S.A., Projecto e Gestão).

Contributo do Parque Eólico de Vila Nova para o Ambiente

Este parque eólico aposta na produção de electricidade através da utilização de uma forma de energia limpa, renovável e sustentável, que é a energia eólica e que se caracteriza pela ausência de emissões de dióxido de carbono ou de outros poluentes para a atmosfera e de quaisquer descargas de efluentes. Por isso, os seus impactes ambientais são reduzidos, quer a nível global, quer do ponto de vista de qualidade do ambiente envolvente (Enernova-Novas Energias,S.A., Projecto e Gestão). Assim evita-se a produção de quaisquer emissões gasosas com carácter poluente, como por exemplo dióxido de carbono, dióxido de enxofre e óxidos de azoto ou de resíduos sólidos, que geralmente se encontram associados a outras formas convencionais de produção de energia, como por exemplo a de produção de energia por via térmica. Convém referir que Portugal tem o compromisso estabelecido com a União Europeia de conseguir que 39% da energia eléctrica produzida no país seja proveniente desta fonte de energia, a eólica. Assim, os parques eólicos assumem destaque, sendo o Parque de Vila Nova um esforço dado nesse sentido. Sabendo-se, também, que Portugal depende largamente do exterior em termos energéticos, a utilização de recursos naturais endógenos na produção de energia assume especial importância, contribuindo desta maneira para uma diminuição dos custos económicos ao nível nacional, associados à compra de matérias-primas necessárias ao funcionamento de algumas das instalações convencionais de produção de energia (Enernova-Novas Energias,S.A., Projecto e Gestão).

2. ANÁLISE INTEGRATIVA DAS ASSIMETRIAS SÓCIO-ECONÓMICAS

A análise comparativa das assimetrias sócio-económicas e ambientais entre a cidade da Figueira da Foz e Vila Nova teve como método a comparação dos diferentes espaços geográficos, através de um confronto das realidades físicas e sociais encontradas e seu posterior relacionamento. O objectivo foi demonstrar os principais aspectos que diferenciam e identificam estes dois espaços, não esquecendo a importância da sua localização, um bem implantado no litoral e outro fazendo parte do vasto interior de Portugal Continental. Assim sendo, o estudo será realizado, procedendo-se à decomposição dos diversos assuntos por áreas temáticas. Os dados aplicados neste estudo foram extraídos dos capítulos anteriores do trabalho.

2.1. Indicadores físicos

Ao analisar-se a relação entre o número de habitantes residentes e a dimensão espacial destes locais, surge-nos a primeira grande disparidade dos números, bem evidenciada pela densidade populacional. Na cidade da Figueira da Foz, a densidade populacional era de 3.103 hab/Km², o que significa que, por cada Km² de espaço ocupado, viviam cerca de 3.103 habitantes. No total dos 3,495Km² que constituíam o espaço geográfico da cidade, registava-se uma população de 10.848 habitantes residenciais, o que revelava uma sobrepopulação deste território (Figs. 40 e 41).

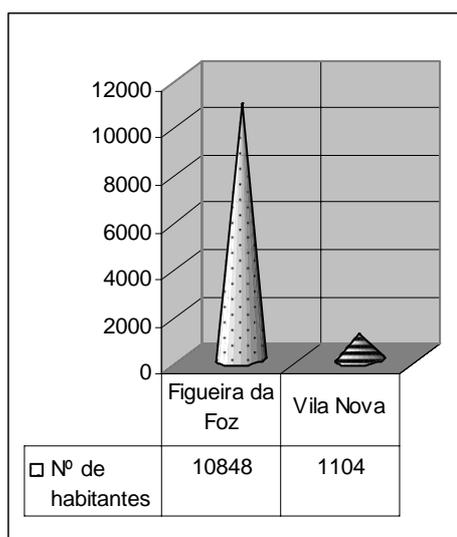


Fig.40 - População Residente na Figueira da Foz e em Vila Nova(2001) (Fonte: INE)

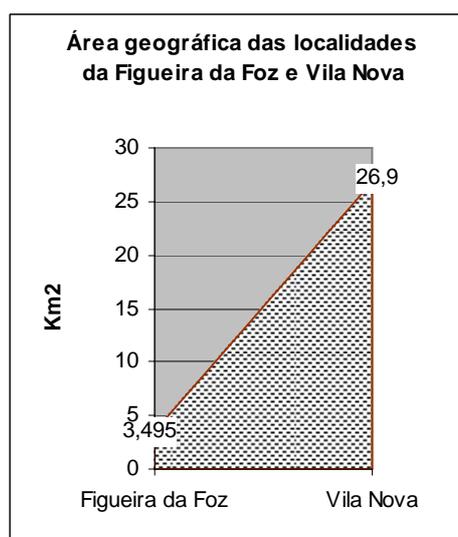


Fig.41 - Área geográfica das localidades da Figueira da Foz e Vila Nova.(Fonte: INE)

Já Vila Nova apresentava uma densidade populacional bem diferente, contando com 1.104 habitantes residenciais para cerca de 26,9Km². A densidade populacional era de apenas 41 habitantes por Km² (41hab/Km²). Desta relação, pode deduzir-se que existia uma forte tendência para a concentração da população na área do litoral e, pelo contrário, um despovoamento na área do interior. Seria lógico, a partir desta análise, esperar-se a existência de profundas desigualdades entre estes dois espaços visto que as diferenças populacionais existentes têm repercussões no desenvolvimento e evolução dos respectivos territórios, sabendo que o ser humano é, sem dúvida, o ser que maior capacidade possui para alterar os aspectos físicos da paisagem terrestre. A partir deste ponto verificar-se-á que a análise destas duas realidades terá de ser devidamente interpretada tendo em atenção as diferentes escalas de estudo.

Na cidade da Figueira da Foz, aliada à forte densidade populacional que se verifica, observa-se também uma forte concentração de equipamentos, que desempenham uma multiplicidade de funções e garantem os serviços necessários à população. Encontra-se um espaço físico fortemente alterado, onde a estética predominante se confina ao cimento e alcatrão que moldam a paisagem. O grande número de equipamentos relacionados com a habitação, prestação de serviços e o comércio traduzem-se, na maioria dos casos, numa paisagem monótona caracterizada por edifícios verticais, alguns de grande envergadura (Fig.42).



Fig.42 – Fotografia aérea da cidade da Figueira da Foz

O número total de edifícios desta pequena área de aproximadamente 3,5 Km² era de 2.756, capazes de garantir cerca de 8.506 alojamentos familiares. Estes números significam que, por cada km², existem, em média, 788 edifícios aproximadamente. A juntar ainda a estes dados, saliente-se a existência de 24 alojamentos colectivos, como hotéis, pensões e residenciais, que aumentavam consideravelmente a capacidade de receber população, principalmente na época de veraneio. Estes números revelaram que a maioria dos edifícios são verticais, oferecendo uma capacidade de alojamento bastante superior ao número de edifícios existentes. A rede viária de comunicação era também bastante densa nesta localidade, permitindo o rápido acesso e circulação aos vários locais.

Denotava-se, por isso, muito espaço alcatroado, composto por ligações à cidade e uma densa rede de comunicação viária interna, o que caracteriza a cidade da Figueira da Foz. Em contraste, não existiam espaços verdes relacionados com áreas florestais, constatando-se apenas a existência de alguns jardins públicos que rasgam a monotonia da paisagem (Figs. 43 e 44)

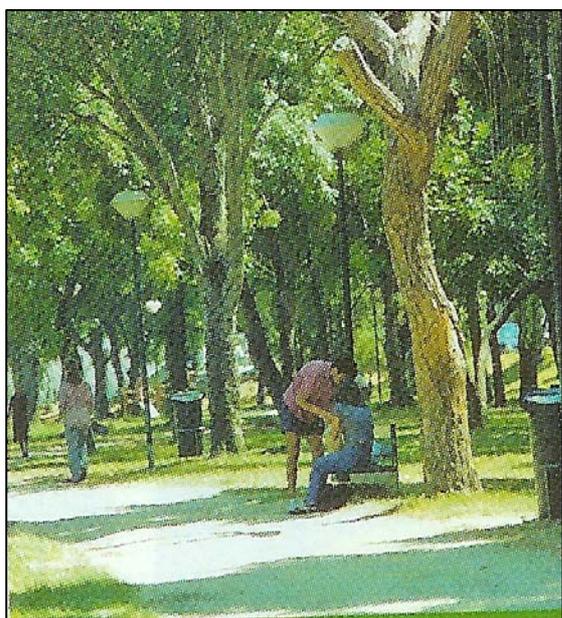


Fig.43 - Parque das Abadias



Fig.44 - Jardim Público Municipal

Em Vila Nova, freguesia rural, entra-se numa realidade distinta onde prevalece o verde, a cor natural desta localidade. O espaço físico é quase na sua totalidade coberto de vegetação, principalmente arbórea, que constitui a vertente norte da Serra da Lousã (Fig.45).

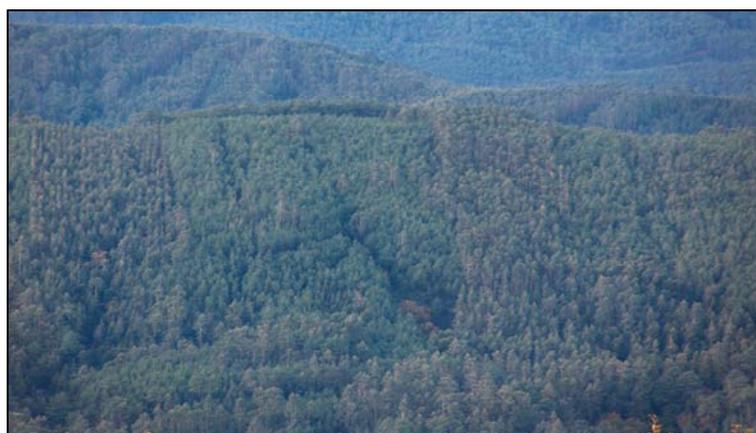


Fig.45 - Aspecto geral da freguesia de Vila Nova

A paisagem verdejante vai sendo cortada pela proximidade de povoados, que constituem as várias aldeias que fazem parte integrante da freguesia de Vila Nova. No entanto, para uma área equivalente a 26,9Km² de extensão, deparamos com um número pouco significativo de construções edificadas, registando-se 661 edifícios, o que confere uma média de 25 edifícios por Km², nada comparável à cidade da Figueira da Foz, que apresenta 2.756 edifícios, na sua área geográfica de, aproximadamente, 3,5 Km² (Fig.46).

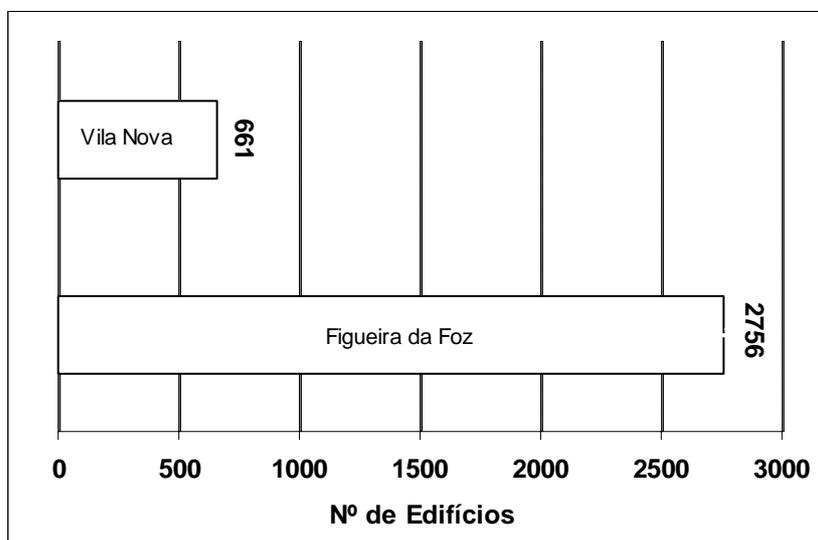


Fig.46 - Número de edifícios em Vila Nova e na Figueira da Foz (2001) (Fonte: INE)

Dos 661 edifícios contabilizados em Vila Nova, 673 constituem alojamentos familiares (Fig.47). Esta proximidade de valores entre o número de edifícios e o número de alojamentos disponibilizados por estes demonstra que os edifícios existentes servem praticamente todos como residências unifamiliares. De acordo com o observado no campo

foi plenamente confirmada esta realidade, visto não existir nenhuma construção vertical, isto é, nenhum prédio. (Verificação “in loco”).

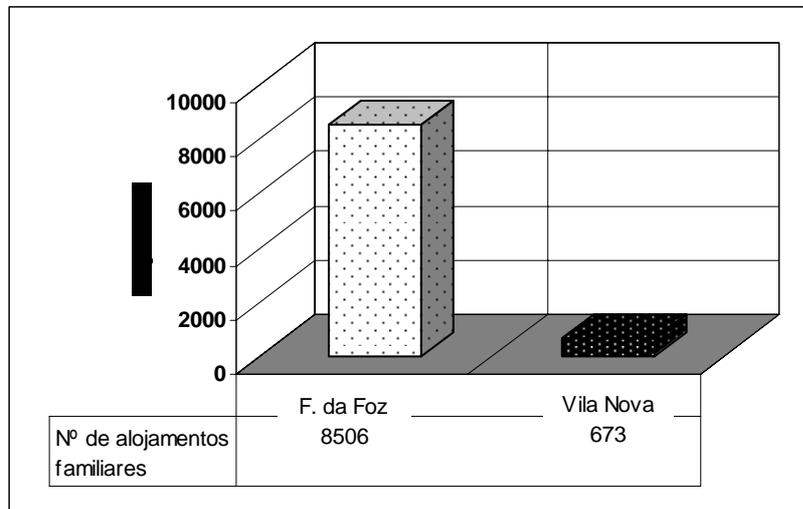


Fig.47 - Total de alojamentos familiares na Figueira da Foz e em Vila Nova (2001) (Fonte: INE)

Verifica-se uma paisagem bastante heterogénea relativamente às construções edificadas, uma vez que se observam edifícios de traça antiga que contrastam com outros de linhas modernas. Esta realidade confere uma beleza única à paisagem envolvente, transmitindo uma noção de complementaridade entre o clássico e o moderno.

2.2. Indicadores sócio-económicos

2.2.1. Contrates na População Activa (Referente à população activa residente)

De acordo com os dados, verificou-se que a população activa na cidade da Figueira da Foz é superior à registada em Vila Nova. Na Figueira da Foz, a população activa era de 46,4% contra os 39% verificados em Vila Nova.

Estes números revelavam uma diferença superior a 7% de população activa, evidenciando uma maior disponibilidade de indivíduos com idade de integrarem o mercado de trabalho na cidade da Figueira da Foz. Paralelamente a população inactiva confirma estes valores, registando-se cerca de 53,6% de população inactiva na respectiva cidade para sensivelmente 61% em Vila Nova (Fig.48).

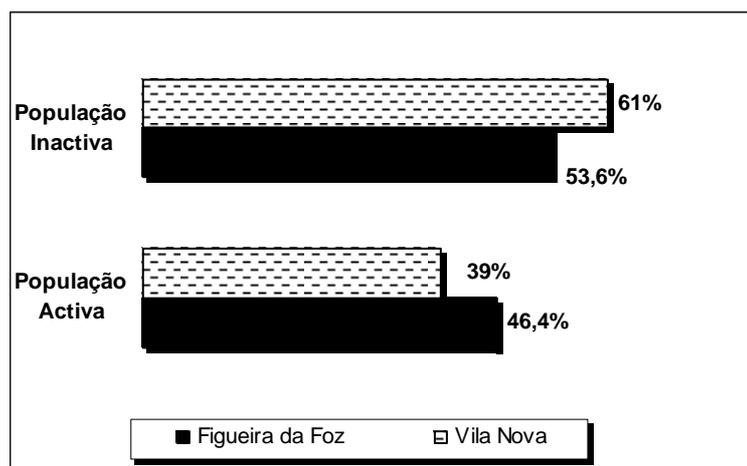


Fig.48 - População activa/inactiva em Vila Nova e Figueira da Foz (2001) (Fonte: INE)

Reflectindo sobre estes dados, sobressai também que enquanto na Figueira da Foz, a relação entre população activa e população inactiva é relativamente próxima, com 53,6% de população inactiva e 46,4% de população activa, já em Vila Nova as diferenças são mais estremadas, registando-se um distanciamento significativo na ordem dos 22% entre os números da população inactiva e população activa.

2.2.2. Contrastes na População activa desempregada

Em relação à população activa desempregada, os números revelam que há mais desempregados na cidade da Figueira da Foz do que em Vila Nova, registando-se cerca de 7,3% de população activa desempregada naquela cidade e 5,3% na localidade rural de Vila Nova.

Estas percentagens referentes à população activa desempregada revelavam que cerca de 386 indivíduos constituíam a população activa desempregada na Figueira da Foz, sendo 23 a população activa desempregada em Vila Nova. Tendo em conta que a população activa na Figueira da Foz é, em números absolutos, bem superior à registada em Vila Nova, assim se explica uma tendência para se verificar, na cidade da Figueira da Foz, números mais elevados de desemprego face à maior procura que se verificou no mercado de trabalho. No entanto, é de referir que essa diferença a nível percentual entre ambas as localidades é pouco significativa, existindo uma diferença de apenas 2%.

2.2.3. Contrastes na População Inactiva

O maior grupo que compõe a população inactiva era, nos dois lugares, o grupo dos reformados. No entanto, saliente-se que foi na localidade rural, Vila Nova, que se verificou um maior número de reformados, cerca de 53%, enquanto que a população inactiva reformada na cidade da Figueira era de sensivelmente 44%, o que se traduz numa diferença substancial de 9 pontos percentuais. O segundo maior grupo diz respeito à população inactiva com menos de 15 anos de idade. No entanto, existia mais população jovem na cidade da Figueira da Foz, com 24,6%, do que em Vila Nova, onde este grupo, apesar de ocupar também o segundo lugar de importância, apresentou menos população jovem, registando 19%. No terceiro maior grupo que constituía a população inactiva residente, verificou-se uma alteração de posições relativamente à importância em cada um destes lugares. Assim, na Figueira da Foz, o terceiro maior grupo refere-se à população estudantil, que representava 14,2% do total da população inactiva. No entanto, em Vila Nova, a população estudantil estimava-se em 10% e demarca-se como sendo o quarto maior grupo de população inactiva existente nesta localidade. Regista-se, assim, uma perda de influência de população adulta (com mais de 15 anos) que se encontra a estudar, confirmando a tendência da população para o envelhecimento em Vila Nova. Como quarto maior grupo, surge na Figueira da Foz o grupo relacionado com a actividade doméstica, situando-se em 10% o total da população não activa. Em Vila Nova, este valor era superior, na ordem dos 13%, sendo nesta localidade a terceira maior presença de indivíduos. Ao inverter-se a ordem em Vila Nova, onde o terceiro grupo de população inactiva se refere à população doméstica, supõe-se que este grupo era significativamente aumentado pelas mulheres que se dedicam a lida da casa e que englobam, na sua maioria, o grupo dos idosos. A restante população inactiva subdivide-se em população inactiva por incapacidade e em outros casos, não sendo no entanto relevante a sua análise dada a sua reduzida expressão e importância para o estudo.

2.2.4. Contrastes Económicos por Sectores de Actividade

2.2.4.1 - Sector Primário

A agricultura na cidade da Figueira da Foz era praticamente inexistente. Na realidade, a Superfície Agrícola Utilizada compunha-se por 1 única exploração agrícola, embora de

considerável dimensão. A exploração existente era igual ou superior a 500 ares e dedicava-se à cultura de cereais para grão, como cultura principal (INE, 1999). Não constava, portanto, mais nenhuma exploração nesta cidade, nem sequer de reduzida dimensão. Consequentemente, as máquinas agrícolas utilizadas eram igualmente escassas, existindo apenas tractores e motocultivadores, que eram utilizados na única exploração existente. Neste capítulo convêm referir que mesmo a importância desta exploração estava a diluir-se, perdendo-se máquinas agrícolas, como semeadores e pulverizadores, que em tempos eram indispensáveis na lavoura. As explorações cultivadas para a cultura de pomares também não existiam, nem tão pouco qualquer actividade relacionada com a pecuária e silvicultura.

Encontrando-se estas actividades do sector primário em total decadência nesta localidade, pode afirmar-se que a população empregada era diminuta, não entrando seguramente na contabilidade estatística local. Em Vila Nova, a dimensão da Superfície Agrícola Utilizada era mais de 15 vezes superior à da Figueira da Foz, registando-se 87,5 hectares nessa localidade, distribuídos por 108 explorações (Fig. 49).

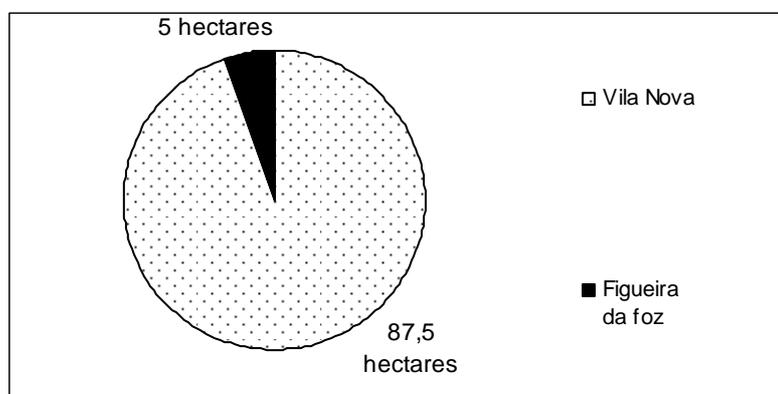


Fig.49 – Superfície Agrícola Utilizada em Vila Nova / Figueira da Foz (1999) (Fonte: INE)

Predominavam as explorações de pequena dimensão, destacando-se com 49% o principal grupo de terras que apresentavam uma extensão compreendida entre os 20 e os 50 ares. Existem vários tipos de culturas, quer sob a forma de cultura principal quer sob a forma de cultura secundária. Algumas dessas culturas são forrageiras, evidenciando a relação próxima com a pecuária. A importância desta actividade, principalmente relacionada com a suinicultura, era ainda de grande proeminência neste meio. A silvicultura existente traduzia-se basicamente na cultura de pinheiros e sobretudo de eucaliptos, sendo

posteriormente estas culturas rentabilizadas pela venda destas espécies vegetais e pela prática de extração de resina, uma actividade no entanto rara, senão mesmo já extinta. De uma maneira geral, a densa área de floresta de Vila Nova não é acompanhada com acções de conservação e manutenção das matas, existindo sempre um risco elevado para a propagação de incêndios, que são mais frequentes no Verão. Em Vila Nova, os cerca de 2,4% da população residente empregada no sector primário dedicavam-se basicamente a duas actividades, a agricultura e a pecuária.

- Pesca

Na cidade da Figueira da Foz, a actividade piscatória não rompe com a realidade sentida nas outras actividades relacionadas com o sector primário. Este sector empregava menos de 1% da população activa existente nesta localidade (Fig.50). Face praticamente à inexistência de actividade agrícola e da ausência de pecuária e silvicultura, facilmente se constatou que a reduzida população empregada no sector primário se dedicava à actividade piscatória. Convém não esquecer que, apesar de ser cada vez menor a importância desta actividade, em 2001 o porto da Figueira da Foz contabilizava 10 656 toneladas de pescado descarregado e empregava cerca de 523 trabalhadores oriundos das mais diversas localidades do concelho da Figueira da Foz. Em contrapartida, em Vila Nova, cujo peso do sector primário ultrapassava o da Figueira da Foz, a actividade piscatória era inexistente, visto não ser banhada pelo mar e as águas dos seus riachos não possuírem fauna suficiente para se tornar numa actividade ou num negócio para a população local.

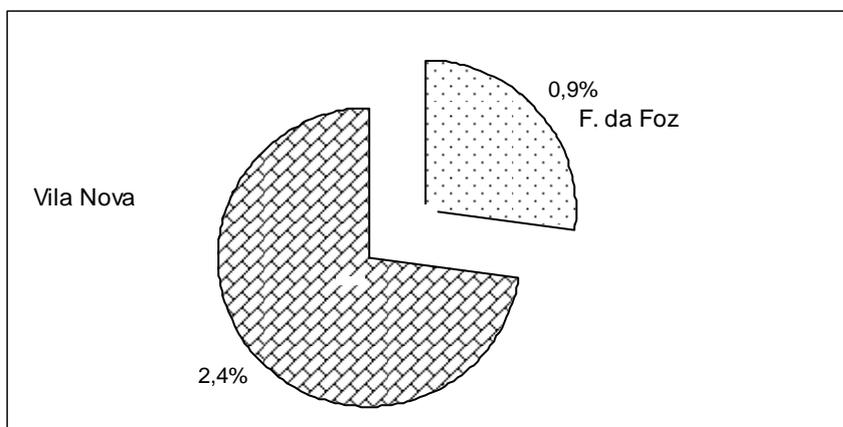


Fig.50 - População Residente no Sector Primário em Figueira da Foz/Vila Nova 2001(Fonte: INE)

2.2.4.2. – Sector Secundário

Na cidade da Figueira da Foz, o sector secundário registou 24,3%. Este número revela que o sector secundário representou o segundo maior ramo económico na vida dos Figueirenses. A população que se dedicava às actividades deste sector distribuía-se pelas indústrias transformadoras, a grande maioria localizadas fora da cidade. São os casos de empresas como a CELBI, a Soporcel, a Plasfil, a Microplásticos, a Vidreiras do Mondego, entre outras. Dentro da cidade existiam algumas pequenas indústrias de pequena monta, que se dedicam, sobretudo, à actividade mobiliária e do têxtil. Em Vila Nova, o sector secundário era o principal sector económico, representando mais de metade do total da população activa empregada, com cerca de 50,1%. O peso deste sector chegou mesmo a ser duas vezes superior ao registado na cidade da Figueira da Foz, o que demonstrava a sua importância neste meio populacional (Fig.51)

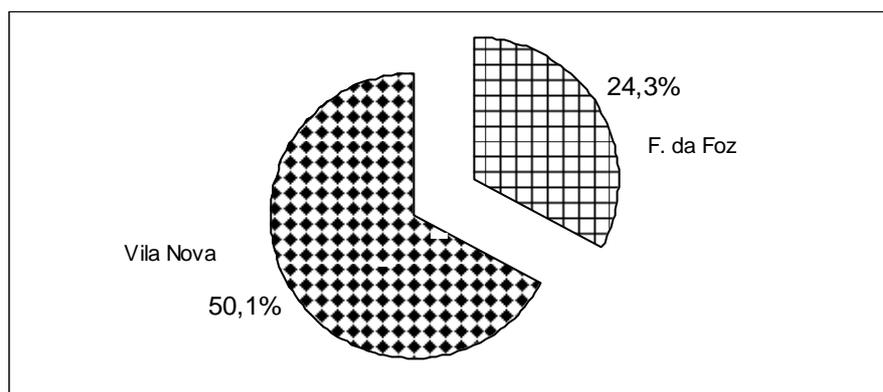


Fig.51 - População residente no Sector Secundário em Vila Nova e Figueira da Foz (2001) (Fonte: INE)

No entanto, estes números revelam uma forte contradição, pois como já foi anteriormente referido, Vila Nova não contava no seu espaço físico com nenhuma infra-estrutura relacionada com o sector secundário. Ao nível da presença de equipamentos relacionados com as actividades deste sector, simplesmente não há registo.

2.2.4.3. – Sector terciário

A economia local da cidade da Figueira da Foz era impulsionada principalmente por este sector de actividade que empregava cerca de 75% da população activa residente, mais concretamente 74,8%. Neste sector destacou-se o turismo, a hotelaria, a restauração, os

serviços e o comércio. Ao nível de equipamentos existentes para servir o sector terciário, podemos constatar que a cidade tem inúmeras infra-estruturas vocacionadas para a prestação de serviços e para a prática corrente do comércio. Assim, ao nível do comércio, destacou-se o comércio a retalho com mais de 300 estabelecimentos, o que demonstra a vitalidade do comércio na cidade. Quanto aos serviços, a Figueira contava com uma vasta gama de estabelecimentos, que compreendiam um elevado conjunto de oferta e que garantiam a satisfação das necessidades da sociedade figueirense. Basicamente, a localidade rural de Vila Nova assentava o seu sector terciário no pequeno comércio. Esse reduzido comércio resumia-se à presença de apenas 5 mercearias e à existência de algumas infra-estruturas de venda e comércio de peças ligadas ao ramo automóvel. No domínio dos serviços destacavam-se os relacionados com a restauração, a educação, a saúde e o ramo automóvel. Esta ténue prestação de serviços verificada nesta localidade traduzia-se também num reduzido número de infra-estruturas. Assim verificava-se a existência de 5 cafés, algumas oficinas de reparação automóvel (algumas improvisadas), 1 infantário, 4 escolas e 2 postos médicos, que habitualmente prestam serviço apenas 1 vez por semana. Apesar desta realidade, registava-se neste sector uma presença de 47,5% de população activa que se dedicava a actividades terciárias. Este número revela que, em relação à cidade da Figueira da Foz, este sector é muito menos desenvolvido em Vila Nova, existindo uma diferença entre ambas as localidades de sensivelmente 27% de população activa empregada (Fig.52). Existe, no entanto, nestes números uma contradição bem patente, semelhante ao ocorrido no sector secundário. Verificou-se que, apesar da fraca existência de infra-estruturas relacionadas com a prática da actividade terciária em Vila Nova, este sector revelava um peso económico local com grande significado.

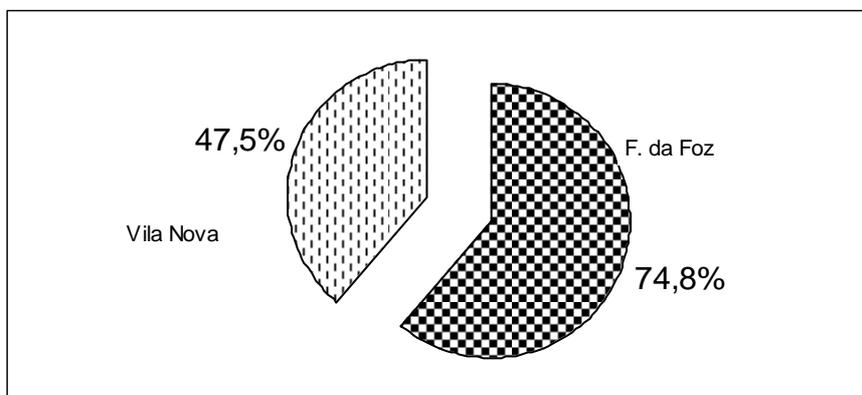


Fig.52 - População Residente no Sector Terciário em Vila Nova/Figueira da Foz (2001) (Fonte: INE)

Contrastes geográficos na localização do trabalho

Em 2001, a maioria da população residente na cidade da Figueira da Foz encontrava-se empregada a trabalhar ou a estudar na própria cidade. Do universo de 6.398 indivíduos residentes na cidade, a trabalhar ou a estudar, cerca de 3.983 faziam-no na própria localidade, o que significava que 62,3% exercia a sua actividade profissional ou de estudante na cidade da Figueira da Foz. Esta cidade continua a ser um pólo dinamizador da economia local, oferecendo emprego a uma massa laboral bastante significativa no seu seio. Estes números revelaram ainda que apenas 37,7% da população precisava de se deslocar para fora da sua cidade para trabalhar ou estudar. Desses 37,7%, cerca de 19,9% trabalhava ou estudava noutra freguesia do próprio concelho, representando 1.271 indivíduos; 17% deslocava-se para outro concelho para exercer a sua actividade, traduzindo-se em 1.091 pessoas; e apenas 0,8%, cerca de 53 indivíduos, tinha necessidade de sair do país e de se deslocar para o estrangeiro.

Números bem diferentes surgem na análise a Vila Nova, constatando-se que a larga maioria da população residente nesta localidade necessitava de se deslocar para fora dos seus limites para poder trabalhar ou estudar. Assim, do universo de 560 indivíduos residentes em Vila Nova, a trabalhar ou a estudar, cerca de 431 (sensivelmente 77%) deslocavam-se para fora da sua freguesia para poder exercer a sua actividade quer como profissional quer como estudante. Afere-se que somente 129 pessoas (cerca de 23%) trabalhavam ou estudavam em Vila Nova. Esta análise permite compreender os números elevados registados em Vila Nova relativamente à população residente empregada no sector secundário e terciário, quando era conhecida a falta ou a reduzida existência de equipamentos relacionados com estes sectores neste meio. Dos 77%, cerca de 43,6% (aproximadamente 244 indivíduos) trabalhava ou estudava noutra freguesia do concelho e 32,9% (cerca de 184 indivíduos) noutra concelho. Apenas 3 indivíduos, representando 0,5% da população, trabalhavam ou estudavam no estrangeiro.

Confrontação nos Meios de transportes

Na cidade da Figueira da Foz, cerca de 54% da população residente optava pela utilização do automóvel ligeiro particular para efectuar as suas deslocações para o local de trabalho ou estudo. No entanto, este número rivaliza com os 41% de indivíduos que preferiam

deslocar-se a pé. Estes números revelavam que uma elevada percentagem da população residente na cidade se deslocava a pé devido à proximidade da sua residência com o local de trabalho ou de estudo. Os restantes 3% representavam uma minoria pouco significativa de pessoas que utilizava outros meios de transporte nas suas deslocações, como por exemplo o comboio, o motociclo, a bicicleta, etc. Denotava-se uma fraca mobilidade de transportes públicos por parte da população residente, que utilizava basicamente veículos ligeiros particulares ou se deslocava a pé.

Em Vila Nova, a realidade era acentuadamente diferente. Apesar de prevalecer a primazia pela opção da utilização do automóvel ligeiro particular, com cerca de 58,6%, o transporte público afirmou-se nesta localidade como sendo um meio necessário para a população se deslocar, com cerca de 16,4%.

Destes números observava-se que, em Vila Nova, a população residente utilizava mais o automóvel particular para se dirigir para o local de trabalho ou estudo, havendo, no entanto, uma ligeira diferença equivalente a apenas mais 4,6% do que o registado na cidade da Figueira da Foz. A verdadeira diferença residia na importância que os transportes públicos tinham para os Vila Novenses – 16,4% desta população residente precisava deste meio de transporte para as suas deslocações e, por isso, utilizava impreterivelmente o autocarro, uma vez que era o único meio de transporte público alternativo existente nesta localidade. Já na Figueira da Foz, a utilização de transportes públicos pela população residente era tão diminuta que estatisticamente esses dados eram irrelevantes. Nesta análise confirmou-se que a utilização mais massificada dos transportes, tanto particulares como públicos, era indicadora de que a população residente em Vila Nova se encontrava a maior distância do seu local de trabalho ou de estudo.

Somente 18,6% da população residente em Vila Nova se deslocava a pé para o seu local de trabalho ou estudo. Os 18,6% da população de Vila Nova que se deslocava a pé contrastavam largamente com os cerca de 41% da população residente na Figueira da Foz que se deslocava a pé para o trabalho ou para a escola. Torna-se evidente que a proximidade/distância existente entre o local de residência e o local de trabalho é uma variável que interfere decisivamente no quotidiano desta duas populações, criando realidades bem distintas.

- Tráfego Circulante

Na cidade da Figueira da Foz, o tráfego rodoviário é intenso, denotando-se nas suas principais artérias uma passagem média de 350 veículos ligeiros de passageiros por cada meia hora. Este número atingia os seus valores mais elevados nas horas de entrada e saída das pessoas dos seus locais de trabalho. Os veículos ligeiros de mercadorias eram também responsáveis pela elevada circulação automóvel registada, resultado da exigente necessidade de abastecer o comércio a retalho existente. Os veículos pesados de mercadorias e os veículos motorizados de duas rodas não tinham uma grande expressividade na circulação rodoviária, uma vez que a estes primeiros nem sequer era permitida a circulação nalgumas ruas, devido ao traçado apertado e sinuoso que estas apresentavam.

Em Vila Nova, a realidade era bem distinta e o congestionamento automóvel era algo difícil de se verificar. Os veículos automóveis particulares circulavam a uma média de 40 em cada meia hora, o que mostrava a baixa circulação de tráfego existente. Em relação a outros meios de transportes, a sua presença nas vias de comunicação rodoviária nesta localidade era extremamente reduzida, o que lhe retira importância estatística.

3. ANALÍSE DOS INDICADORES AMBIENTAIS

Neste contexto as actividades humanas desenvolvidas nos dois locais de estudo, Figueira da Foz e Vila Nova, tendo em vista a relação Homem/Ambiente foram alvo de análise no sentido de se destacar as implicações que essas mesmas actividades exercem sobre o meio.

Este estudo não teve, porém, como objectivo quantificar a agressão exercida sobre o meio natural, nem tão pouco encontrar culpados dessas mesmas acções. Procurou-se, unicamente, relacionar as actividades ou acções quotidianas praticadas com as implicações directas ou indirectas sobre o meio ambiente envolvente.

3.1. Análise dos contrastes dos impactes ambientais por sectores

3.1.1. Sector Primário

Ao nível do sector primário o estudo recai, especialmente, em Vila Nova visto ser esta localidade que registou uma maior representação de população que se dedicava às actividades deste sector e onde Área de Superfície Agrícola utilizada (SAU) era mais significativa. Na cidade da Figueira da Foz, este sector tem diminuta preponderância.

Agricultura

Em Vila Nova, à prática agrícola estão associadas acções e comportamentos dos agricultores que, de forma não intencional, provocaram danos ambientais. Estas acções, que se desenvolveram nos campos agrícolas, tinham como finalidade obter o máximo de rendimento do que produziam mas, por vezes, devido aos excessos, contribuía de forma desnecessária para o aumento da poluição.

Utilização de produtos químicos agrícolas

Os fertilizantes continuaram a ser utilizados pela grande maioria dos agricultores, registando-se um aumento crescente dos fertilizantes químicos. Esses fertilizantes químicos fornecem nutrientes essenciais para o crescimento das plantas, essencialmente azoto, fósforo e potássio. Na agricultura moderna, procurou-se determinar a melhor forma de aumentar a eficácia na utilização dos fertilizantes e minimizar a poluição. O objectivo

primordial era o de encontrar meios de coordenar as aplicações de fertilizantes, de fazer corresponder os fertilizantes às necessidades das plantas e o de melhorar as formulações dos fertilizadores. No entanto, como se está na presença de uma agricultura tradicional, com uma total ausência de monitorização das proporções aplicadas de fertilizantes em relação às áreas agrícolas e às espécies cultivadas, é normal assistir-se a um excesso de uso de químicos que, não só serão desaproveitados pelas plantas, como contribuirão para a contaminação dos solos. As plantas raramente utilizam mais de 50%-60% do azoto dos fertilizantes, o que significa que o azoto residual (nitrato) pode poluir as águas subterrâneas e superficiais, causando excessivo enriquecimento, o que pode provocar a eutrofização das águas (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). As consequências principais serão o aumento de espécies vegetais parasitas, que se aproveitam do aumento dos nutrientes no solo e, como já foi referido, a eutrofização das águas. Esses fertilizantes usados na lavoura, quando arrastados pela água da chuva, podem poluir rios e lagos. Os nitratos e fosfato, principalmente, favorecem uma proliferação exagerada de algas, que podem cobrir completamente a superfície da água e limitar e inibir o desenvolvimento de outros organismos. Esse processo, a eutrofização, leva conseqüentemente à diminuição da qualidade da água, podendo mesmo, em estados avançados, representar um risco para a saúde pública.

Uso dos Pesticidas

As pragas de insectos, microrganismos, nemátodos, ratazanas e outros roedores, aves, ervas infestantes, ácaros e ectoparasitas, como as carraças, contribuíram para a diminuição do rendimento agrícola, causando, muitas vezes, uma perda muito significativa de produção de alimentos. Mesmo com a melhor tecnologia, como a aplicada na agricultura dos Estados Unidos, a redução de alimentos pode atingir um terço do produzido (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). A dificuldade do Homem em combater estas pragas reside no enorme número de espécies existentes. Segundo o Programas das Nações Unidas, de 1972 a 1982, contabilizavam-se mais de 1.500 doenças causadas por cerca de 50.000 espécies de fungos; mais de 10.000 espécies de insectos eram consideradas pragas; mais de 1.500 espécies de nemátodos danificaram as culturas e, das cerca de 30.000 espécies de ervas infestantes, 1.800 são responsáveis por importantes impactos na agricultura, representando perdas económicas significativas. Com estes números

assustadores, o Homem teve que recorrer ao uso de químicos para combater este mal, tentando garantir uma menor perda de produção agrícola e diminuir as despesas de um investimento que apresentava fortes prejuízos todos os anos. Em Vila Nova, à semelhança do que se passou em quase todo o país, os agricultores tornaram-se autodidactas, isto é, conhecendo as causas responsáveis de que enfermavam as suas culturas, adquiriram pesticidas, que julgavam conhecer, e aplicavam-nos de acordo com as indicações dos rótulos existentes nos pacotes químicos. Acompanhando os problemas que a aplicação indevida dos pesticidas causa na saúde, os agricultores de Vila Nova adquiriram o hábito de, no acto da compra, questionar as respectivas entidades sobre os efeitos que a aplicação desses químicos provoca, não só nas suas culturas, mas também para a sua própria saúde.

Segundo se apurou na principal loja de vendas de artigos e produtos ligados ao sector agrícola, a Cooperativa Agrícola de Miranda do Corvo, os agricultores que afluíam a esta loja oriundos das várias freguesias deste Concelho, incluindo os de Vila Nova, preferiam adquirir químicos que actuavam mais especificamente nas doenças, como o uso de herbicidas e fungicidas, do que adquirir químicos de actuação mais geral e, portanto, com uma toxicidade maior, como por exemplo o conhecido DDT que, neste caso, foi preterido já há alguns anos devido aos graves efeitos secundários que provocava, tanto no ambiente como para a saúde. O emprego destes pesticidas persistentes, como o DDT, era extremamente perigoso, principalmente por razões de saúde devido à acumulação de resíduos químicos nas plantas e posteriormente nos tecidos humanos e animais, provocando uma assimilação cumulativa destes químicos no organismo humano (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Recentemente, e como já foi referido, os agricultores de Vila Nova optaram pelo emprego de herbicidas e fungicidas, que são menos tóxicos e, conseqüentemente, menos nocivos ao ambiente e à saúde pública. No entanto, a velha questão da sobredosagem que, muitas vezes, era aplicada às culturas, continua a ser um problema de carácter ambiental. Só uma correcta dosagem destes químicos nas plantações, evita que os resíduos fitotóxicos se acumulem no solo.

Assim, em Vila Nova, verificou-se que a aplicação desses químicos se baseava na maioria dos casos na experiência adquirida dos agricultores ou nos conhecimentos transmitidos ao longo de gerações. Esta situação acarretava um desconhecimento da dosagem correcta a aplicar, originando um impacto indesejável em espécies úteis, o que comprometia, por

vezes, o seu desenvolvimento e provocava a persistência, incómoda, destes químicos nas zonas agrícolas (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

Queimadas

No quotidiano dos agricultores Vila Novenses, não deixou de ser uma prática corrente assistir-se a queimadas dos restos de cultura gerados após a colheita. Não esquecendo que as principais culturas estão relacionadas com o milho, trigo, batata e aveias forrageiras, verificou-se que os agricultores optaram pelas queimadas e não pelo enterro desses restos agrícolas. Assim, a palha de milho, do trigo e até a rama da batata, era na maioria das vezes queimada, aumentando desnecessariamente a pressão que tais queimadas provocam ao nível ambiental. As queimadas não devolvem estes resíduos ao solo, empobrecendo-o. Em vez disso, perdem-se os nutrientes contidos nesses restos agrícolas e polui-se também o ambiente devido à libertação de mais óxido de azoto para a atmosfera (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

Abandono de Campos Agrícolas

O abandono contínuo da prática agrícola leva ao abandono dos campos agrícolas, como se confirmou com a diminuição da Superfície Agrícola Utilizada em Vila Nova. Apesar do tipo de agricultura praticada ser, basicamente, de subsistência, o facto é que se observava na maioria dos campos agrícolas uma agricultura intensiva, isto é, uma agricultura permanente em que o uso do solo é ininterrupto, não existindo o pousio. Esta situação ocorreu em Vila Nova principalmente nas parcelas de terras que se localizavam junto às casas dos agricultores ou em terras que eram bastante férteis e com fácil acesso à água. Esta utilização intensiva do solo vai provocar impactos ambientais inevitáveis, primeiro o empobrecimento e esgotamento dos solos e, em segundo, uma consequente maior utilização de fertilizantes para fazer face à diminuição da produção agrícola. Observando-se esta realidade, competia fazer uma análise mais profunda, reflectindo sobre este antagonismo: se por um lado, se registava um abandono de terras com potencial agrícola, por outro, assistia-se à sobreexploração das terras que eram cultivadas. Nesta situação, seria necessário reorientar as práticas desenvolvidas pelos agricultores, com o objectivo de apontar para uma agricultura mais ecológica e menos lesiva para o ambiente. Neste

contexto, a introdução de períodos de pousio, através de uma maior utilização de áreas agrícolas que estão abandonadas iria trazer fortes benefícios para o ambiente.

A partir do momento em que a terra indiciasse perda de produção, devido ao seu empobrecimento, o agricultor desocupava-a por períodos de pousio de dois ou mais anos, permitindo assim que a fertilidade se restabelecesse mediante a vegetação espontânea que recolonizaria a área (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Com a introdução de períodos de pousio nos sistemas de rotação de culturas, permitia-se a acção dos processos naturais na reposição dos nutrientes e um certo controlo das pragas e doenças (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Seria uma agricultura do tipo intermédia entre a agricultura itinerante e a agricultura intensiva moderna. Com a introdução destas práticas mais correctas de gestão do solo, os próprios sistemas recuperariam naturalmente, permitindo ao agricultor uma racionalização de fertilizantes e de pesticidas. A agricultura seria mais ecológica e diminuiria o prejuízo causado ao meio ambiente (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

Pecuária

Em Vila Nova, a criação de animais era uma actividade com algum significado feita a par com a agricultura, sendo os excrementos dos animais tradicionalmente utilizados como fertilizantes na agricultura. O retorno dos detritos orgânicos à terra, sob a forma de estrume, representava mais um potencial perigo ambiental. É conhecido que os dejectos animais depositados nas terras como adubos podem contaminar as terras com a transmissão patogénica, para além de sobrecarregarem o solo com nitratos e fosfatos de origem animal (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

As consequências, neste caso, serão ainda mais gravosas do que as referidas anteriormente, devido à eventual presença de bactérias patogénicas ou vírus, na generalidade de origem intestinal. A presença de microorganismos patogénicos de origem fecal, como os coliformes fecais, representa uma ameaça para a saúde do ser humano (Mano, 2003/2004).

3.1.2. Sector Secundário

Relativamente à análise ambiental, as actividades desenvolvidas pelo Homem neste sector serão impreterivelmente relacionadas com as actividades industriais que, como se sabe, são as que representam, na maioria dos casos, agressões mais significativas ao meio físico natural. A indústria e a industrialização têm sido, desde há muito tempo, consideradas como elementos-chave de desenvolvimento. A sua importância é inquestionável, pois constituem não só o meio de converter as matérias-primas em produtos acabados, como também são a fonte de moeda estrangeira e de emprego nacional (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Ao nível económico, estas são consideradas como grandes fontes criadoras de riqueza, impulsionando o crescimento económico, a várias escalas, à escala local, nacional e mundial. A sua relevância local traduzia-se, principalmente, no emprego que oferecia, directa ou indirectamente. No entanto, este crescimento económico que, em geral, contribuía para a subida do nível de vida das pessoas, era contrariado com os custos crescentes a nível ambiental e social, pelos quais a indústria era responsável. Não tardou que a indústria fosse considerada como fonte de poluição, tornando-se objecto de exame minucioso e de crítica (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Actualmente, são conhecidos os impactos ambientais que o funcionamento destas acarreta para o ambiente. Nesta linha, os problemas ambientais provocados pela indústria podem ser englobados em três grandes grupos (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

O primeiro grupo é constituído pelos problemas originados pela extracção de matérias-primas por mineração que “alimentam” as indústrias e os elevados consumos de água e energia próprios da indústria. O segundo grupo refere-se à perigosidade de produtos que algumas empresas utilizam na laboração, especialmente produtos químicos e, por último, temos os problemas que ocorrem da libertação de resíduos gasosos, líquidos e sólidos descarregados no ambiente, que constituem um grave problema para a saúde dos seres humanos, dos animais e para o ambiente em geral. É sobre o último grupo de impactos ambientais que será abordado o problema ambiental da cidade da Figueira da Foz.

Será elaborada uma análise global sobre os tipos de impactos ambientais que, normalmente, estão associados ao sector secundário, mais concretamente ao processo industrial, tendo

como referência as indústrias que se localizaram nas áreas envolventes à cidade da Figueira da Foz em particular, pois no espaço de Vila Nova não se conhecem infra-estruturas ligadas ao sector. Esta análise às indústrias localizadas nas proximidades desta cidade deve-se ao facto do principal problema ambiental provocado pelas indústrias presentes advir de fora da cidade, visto que dentro desta, local de estudo, o número de indústrias existentes é incipiente. Além disso, e ao contrário desta realidade, a cidade da Figueira encontra-se rodeada por uma cintura industrial bastante significativa, localizando-se aí várias indústrias que desempenham um papel de grande destaque, tanto a nível local como nacional. A presença de indústrias pesadas nas proximidades da cidade, como são o caso das indústrias de papel e da madeira, e as implicações que a sua actividade pode acarretar para a qualidade de vida dos figueirenses são, sem dúvida, o principal problema para o ambiente.

Neste caso, e como já foi referido anteriormente, não se pretende avaliar individualmente cada entidade industrial estabelecida na Figueira da Foz, procurando indicar especificamente os danos ambientais que cada uma possa causar ao meio ambiente. Pretende-se sim, fazer uma leitura geral aos supostos impactos que podem advir do seu funcionamento com o objectivo de formular estratégias pró-ambientais, que possam contribuir para a diminuição dos seus impactos e, portanto, para um ambiente mais limpo. Hoje em dia, todas as entidades industriais estão sujeitas a um conjunto de leis e regulamentos que, entretanto, foram sendo implementados pela comunidade internacional e que a maioria dos países europeus, entre os quais Portugal, adoptou graças à transposição das Directivas Comunitárias para a legislação nacional. Neste âmbito, a fim de proteger as populações e outros “alvos” de danos considerados inaceitáveis pelas comunidades, são aplicados vários instrumentos para se garantir o grau necessário de qualidade ambiental, dos quais se destacam regulamentos acompanhados de standards e normas, vários incentivos e dissuasores económicos, directrizes para a localização industrial e processos de avaliação de impacte ambiental (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Estes instrumentos podem ser implementados numa variedade de combinações, em função das condições nacionais ambientais e sociais.

Dos muitos standards prescritos para a indústria, destacam-se, fundamentalmente, três devido à sua particular importância: a) Standards de Produtos, que estabelecem níveis

máximos de potenciais poluentes que não devem ser excedidos na composição do produto; b) Standards de Emissões/Efluentes, que estabelecem níveis de poluentes que não podem ser excedidos em descargas para o ar ou na água; c) Standards de Qualidade do Ambiente, que indicam as concentrações máximas aceitáveis em geral, mas não necessariamente para um determinado meio, ar, água, solo, numa área geográfica, independentemente da origem das descargas (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

Assim, tendo em atenção a natureza destas indústrias presentes na Figueira da Foz, deduz-se que os principais impactes ambientais serão provenientes da quantidade de água utilizada na indústria têxtil mas, sobretudo, na indústria de pasta e do papel que, reconhecidamente, é uma indústria que necessita de grande quantidade de metros cúbicos de água por tonelada de celulose a tratar (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Nestes casos, a principal preocupação reside no destino a dar aos efluentes líquidos, que apresentam fortes cargas de poluentes químicos. Verifica-se que a regulamentação sobre o ambiente traz benefícios fiscais substanciais para a sociedade. No entanto, por vezes, essa regulamentação não é suficientemente dissuasora para o poluidor, utilizando-se instrumentos económicos que supostamente são mais eficazes quando combinados com os ditos regulamentos que proíbem o poluidor de exercer o direito de pagar e fazer descargas de modo a pôr em perigo o ambiente e a própria saúde pública. Esses instrumentos são, por exemplo, as taxas e subsídios (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

Neste quadro ambiental de cumprimento de regras e normas a que estão sujeitas as indústrias, surgem as normas comunitárias da ISO (Organização Internacional de Normalização). A ISO é uma organização não governamental, criada em 1947, que tem como principais objectivos a promoção do desenvolvimento da normalização e actividades relacionadas, de modo a tornar as trocas comerciais de bens e serviços mais fáceis de efectuar. Em 1979, foi aprovada pela ISO a criação de um comité técnico para abordar questões relacionadas com a gestão e garantia da qualidade (ISO/TC 176). O novo comité desenvolveu as suas primeiras normas e em 1987 publicou-as, pela primeira vez, sob a designação de ISO 9000. Tanto estas normas (ISO 9000) como as ISO 14000 foram implementadas e adoptadas por mais de 634 000 organizações em 152 países, um dos quais Portugal (<http://www.iso.org/iso/en/iso9000-14000/index.html>). Tanto a família das normas ISO 9000 como das ISO 14000, apesar de serem alvo de actualizações e de

contínuos melhoramentos ao longo do tempo, continuam a encerrar em si a mais vasta regulamentação de normas standardizadas. As normas ISO 9000:2000, assim denominadas devido à última revisão ter sido efectuada no ano 2000, compreendem um conjunto de elementos (normas) que, postas em prática, permitem consolidar o sistema de gestão da qualidade, avaliar a eficácia dos processos e dinamizar a melhoria contínua nas indústrias. Nestas normas, a qualidade é entendida como “todas as características de um produto ou serviço que são exigidas pelo consumidor”, e o manuseamento ou gestão de qualidade como o que a organização necessita assegurar que o seu produto possua em conformidade com as exigências do consumidor.

Estas normas procuravam avaliar a qualidade na produção, instalação e serviço pós-venda; qualidade da inspecção e ensaios finais. Especificavam os requisitos necessários para a implantação, acompanhamento de processo de produção e de satisfação do cliente em termos de prevenção quanto a não conformidades em todas as etapas de elaboração do produto, incluindo serviços de pós-venda. As normas 14000 estimulam a prevenção de processos de contaminações ambientais, dando orientações às indústrias para a organização da sua estrutura, forma de operação e de levantamento, armazenamento, recuperação e disponibilização de dados e resultados (sempre atentando para as necessidades futuras e imediatas de mercado e, conseqüentemente, a satisfação do cliente), entre outras orientações, inserindo a organização no contexto ambiental. Assim, as normas ISO 14001 estabeleciam um sistema de gestão ambiental de organização que favorecem a prevenção ou atenuação de impactos ambientais provocados pelas indústrias, tais como, contaminações de solo, água, ar, flora e fauna, além de processos escolhidos como significativos no contexto ambiental (<http://www.iso.org/iso/en/iso9000-14000/index.html>). A juntar ao leque da família destas normas, existe um conjunto mais vasto de outras que entretanto foram sendo criadas e que, na sua generalidade, pretendem reforçar os objectivos que as primeiras normas ISO preconizam.

É da competência do Instituto Português de Acreditação (IPAC) – que é a entidade à qual o Estado Português confere por lei as atribuições relativas ao desenvolvimento das actividades de acreditação, isto é, de reconhecimento de competência técnica a determinadas empresas – avaliar o Sistema de Gestão da Qualidade das organizações e

atribuir a respectiva certificação. Pelo Decreto-Lei n.º 125/2004, de 31 de Maio, foi aprovada a criação do Instituto Português de Acreditação (<http://www.iapmei.pt/>).

Só com a Certificação de Qualidade passada por este organismo as indústrias garantem o cumprimento das respectivas normas ISO. Com este controle e fiscalização apertado, as indústrias preocupam-se cada vez mais com as questões ambientais. As fábricas são também obrigadas a desenvolver formas de evitar ou de diminuir a poluição, evitando devolver ao ecossistema natural os resíduos sólidos, líquidos e gasosos que resultam do seu processo de laboração. Este procedimento, além de inaceitável pela comunidade local, devido à contaminação dos recursos ambientais, é economicamente inviável para a indústria, à luz do princípio do poluidor-pagador, um dos princípios estruturantes consagrado no Direito do Ambiente, e que refere que o “poluidor é obrigado a corrigir ou recuperar o ambiente, suportando os encargos daí resultantes, não lhe sendo permitido continuar a acção poluente.” (Lei de Bases do Ambiente, artigo 3º alínea a) integrado no princípio da prevenção)

Este princípio tinha como força maior contribuir para que o poluidor adoptasse comportamentos ambientais desejáveis, evitando assim que se poluísse. À luz do princípio do poluidor-pagador, não pode ser dada outra alternativa ao poluidor que não a de deixar de poluir o ambiente, caso contrário serão impostos enormes custos económicos como consequência da sua infracção. Na essência, este princípio era mais “uma política sem subsídios com base no argumento de que os consumidores de um dado produto industrial devem pagar um preço que incluía os custos necessários para assegurar que o seu fabrico não represente perigo para quem não o consome, nem prejuízos para o ambiente” (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Indubitavelmente, é insustentável para as indústrias continuarem uma política de desrespeito para com o ambiente, pois as políticas correctivas, de restabelecimento do ecossistema ao seu antigo estado normal, são bastante dispendiosas. Essas despesas iriam, obviamente, recair no aumento do custo dos produtos fabricados, encarecendo o produto final disponível aos consumidores. Numa economia global, extremamente competitiva, esses produtos mais caros deixariam de ser adquiridos pelos consumidores, que prefeririam comprar produtos semelhantes a preços inferiores, praticados por indústrias concorrentes que adoptam outras políticas, mais agressivas para o ambiente.

Face a esta realidade, as indústrias situadas na Figueira da Foz adoptaram políticas pró-ambientais e, de certa forma, contribuíram também para a diminuição da poluição e consequente minimização dos custos para o ambiente e para a “saúde” dos ecossistemas naturais. As indústrias da Figueira modernizaram-se, optando por processos e tecnologias apropriadas que permitiam reduzir a produção de resíduos no processo de fabrico. Assim, introduziram medidas que visam combater os problemas dos resíduos, entre as quais se destacam: a) Aplicação das chamadas Tecnologias Limpas ou Pouco Poluentes (Lei de Bases do Ambiente, artigo 24º alínea a) – Resíduos e efluentes); b) Aplicação de técnicas preventivas orientadas para a reciclagem e reutilização de produtos como matérias-primas (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991); c) Tecnologias Limpas ou Pouco Poluentes (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991): Processo de recorrer à indústria de recuperação de resíduos que pode ser lucrativa por si própria, através da transformação desses resíduos em novos produtos ou em resíduos com menor toxicidade para o meio ambiente.

As Tecnologias Limpas ou Pouco Poluentes são definidas como a “aplicação prática do conhecimento, dos métodos e meios de modo a proporcionar, de acordo com as necessidades humanas, o uso mais racional dos recursos naturais e da energia e proteger o ambiente” (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Como exemplo prático de uma destas tecnologias que pode integrar uma solução para os efluentes industriais proveniente de algumas das indústrias da Figueira da Foz, temos a indústria de pasta de papel e a indústria têxtil. Estes sistemas de circuitos fechados compreendem todos os recursos materiais que permitem a purificação da água residual, incluindo mesmo uma ETA, podendo a água ser novamente usada no início de cada processo. A circulação interna da água permite a diminuição drástica do consumo da água e, consequentemente, a sua não libertação para o exterior, evitando efeitos nocivos resultantes do escoamento dos efluentes para o meio ambiente. Estes sistemas são considerados os mais eficientes, pois diminuem consideravelmente o contacto das fábricas com o meio exterior, protegendo a natureza. Ao nível das emissões atmosféricas, as indústrias podem adoptar pelo recurso a filtros ou mangas colocadas nas chaminés das fábricas, o que continua a ser uma boa solução para a remoção das partículas em suspensão libertadas através dos fumos destas indústrias.

Quanto à aplicação de técnicas preventivas orientadas para a reciclagem, que as indústrias desenvolvem, incluindo certamente as da Figueira da Foz, tem como principal linha orientadora a concepção e a composição do produto. Esta teoria ambiental obriga a indústria a estar envolvida em todas as fases da cadeia de reciclagem, mais concretamente no que toca aos produtos que fabrica. Significa que, na ânsia de minimizar os custos ambientais, as indústrias devem procurar diminuir a quantidade de materiais que utilizam para a produção dos seus produtos, garantindo à posteriori uma reciclagem mais económica, fruto de uma menor quantidade e tipo de materiais envolvidos (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). As indústrias deviam ponderar o uso de recursos alternativos, poupando os recursos escassos, permitindo a sua conservação e substituindo-os por outros mais abundantes. A indústria da pasta e do papel da Figueira, em vez de utilizar o recurso tradicional que é a madeira, poderia optar por substituí-la por recursos alternativos como a palha, bagaço (resíduo da cana do açúcar), bambu, cânhamo, canas. Por exemplo, na Roménia, as canas são utilizadas para a produção de papel celofane, cartão, fibras sintéticas, etc. A reutilização de produtos como matérias-primas é cada vez mais uma solução viável economicamente para a maioria das indústrias. Com a utilização de processos tecnológicos apropriados, as indústrias conseguiriam diminuir os custos financeiros, tanto através da redução da produção de resíduos como através da redução da quantidade de substâncias ou matérias que empregavam. Na prática, tal é possível se, no decorrer do processo de fabrico, os componentes químicos e sólidos excedentários forem recuperados, voltando a ser reutilizados em novos processos industriais.

Finalmente, o processo de recorrer à indústria de recuperação de resíduos só agora começou a ganhar mais força. Com a ajuda das tecnologias informatizadas e de uma maior divulgação pública, os Portugueses e os industriais, em particular, começaram a despertar para a existência e importância dessas indústrias ao nível ambiental. Os resíduos considerados como inevitáveis para as indústrias, como resíduos sólidos e líquidos, traziam sempre despesas adicionais indesejáveis, pois eram considerados uma fonte de poluição ambiental e, por tal, a indústria era obrigada a custear os impactos ambientais que estes provocavam no ambiente. Actualmente, até mesmo estes tipos de resíduos, podiam ser tratados, graças a empresas ambientais, que têm como principal objectivo o tratamento e controlo de resíduos. As indústrias que laboram no nosso país, como são os casos das localizadas na Figueira da Foz, podem e devem afirmar acordos de colaboração, saindo

ambas as partes beneficiadas. Uma, porque entrega gratuitamente esses resíduos e a outra, porque beneficia o ambiente e pode gerar, com esta actividade, o seu próprio lucro através da recolha selectiva dos resíduos, o transporte, a triagem, a valorização, a reutilização e encaminhamento para a reciclagem ou para tratamento de todo o tipo de resíduos, resíduos industriais, comerciais e até de construção. Resíduos como o papel, plástico, vidro, madeira, paletes de madeira, lixo orgânico, lamas, resíduos de obras, resíduos perigosos, entre outros, são alvo de valorização e reciclagem de muitas empresas ligadas ao ramo ambiental. Das indústrias ambientais existentes em Portugal, enumeram-se algumas que se dedicam ao tratamento de resíduos industriais e urbanos: Renascimento (Sociedade de Recuperação e Valorização de Resíduos, Lda); RRI (Recolha de Resíduos Industriais, Lda); Limpária (Recolha e Reciclagem de Resíduos, Lda); AmbiPombal (Recolha de Resíduos Industriais, Lda); Quima (Recolha e Recuperação de Desperdícios, Lda) (www.renascimento-residuos.pt; www.rri-residuos.pt; www.limparia.pt; www.quima.pt; www.ambipombal.pt). No próprio concelho da Figueira da Foz assistimos também a uma proliferação de empresas que se dedicam à reciclagem e comércio de resíduos, como por exemplo: João Girão – Metais Reciclados Unipessoal, Lda; Reci 21 – Reciclagens de Resíduos Industriais, Lda; Recicom – Comércio de Recicláveis, Lda; Vidrociclo - Reciclagem de Resíduos, Lda, entre outras.

3.1.3. Sector terciário

O estabelecimento humano significa uma comunidade, isto é, um grupo de pessoas que vivem em dado local. Essa comunidade, seja pequena ou grande, desenvolveu-se no sentido de objectivos de produção, o que implica uma transformação do ambiente natural em ambiente artificial, aglomerando no espaço físico diversas estruturas e instituições destinadas a satisfazer as necessidades da comunidade quanto ao trabalho, recreio e outros aspectos da vida humana. Tal comunidade tem assim num enquadramento natural uma infra-estrutura física de habitações, de transportes, de abastecimento de água, de remoção de lixos e de fontes de energia e uma infra-estrutura social, de serviços, de educação, de cultura e de política. Os estabelecimentos humanos afectaram, sem dúvida, o ambiente devido à ocupação do solo, ao impacte nas regiões adjacentes e aos detritos que produzem (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1988).

Evidenciando uma cada vez maior preocupação com a degradação ambiental decorrente das actividades desenvolvidas nas cidades, a própria União Europeia, em Junho de 1990, emitiu uma comunicação intitulada O Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano, em que a abordagem geral ao conceito de ambiente urbano foi realizada mediante a inclusão de três grandes áreas sectoriais: a primeira, relativa à poluição urbana, ao ar, água, ruído, solo e resíduos; a segunda, relativa ao ambiente edificado, como estradas, ruas, edifícios, espaços abertos e áreas de lazer e, em terceiro e último lugar, a natureza, incidindo sobre os espaços verdes, flora e fauna na cidade (Gomes, 2000). Estes sectores sobre os quais o estudo foi elaborado indicavam as três grandes vertentes de estudo na análise de impactes ambientais provocados pelas cidades. Assim, o estudo sobre os dois locais referenciados irá, também, incidir sobre as mesmas componentes físicas e sociais. Compreendendo as características dos locais de estudo, compete fazer-se, primeiramente, uma análise da cidade da Figueira da Foz onde, impreterivelmente, este sector apresentava um dinamismo económico, bem evidenciado pelos inúmeros serviços e equipamentos que se conhecem no seu espaço físico e que, em termos de confrontação, não existem no local de Vila Nova.

O sector terciário, o mais importante e desenvolvido da cidade, encontrava-se indissociavelmente ligado ao turismo, verificando-se que o pico de maior intensidade comercial e de prestação de serviços registava-se na época de veraneio. Se o turismo se considera, de uma forma geral, uma actividade económica com efeitos positivos, também se conhecem os seus impactos negativos directamente sobre o meio físico e, conseqüentemente, sobre o ambiente.

Impacte nos solos

O turismo envolve a deslocação de pessoas e, neste caso, de muitas pessoas que durante o verão se deslocam para esta cidade, constituindo um factor de desenvolvimento muito importante dos transportes e da urbanização. Este turismo de massa requer, ao nível urbano, o desenvolvimento de vias de acesso, de hotéis, restaurantes, comércio, instalações para diversão e outros serviços (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Neste amplo processo, o meio natural é sujeito a fortes pressões, principalmente do factor económico, que promove alterações, em larga escala, transformando e tornando artificial a paisagem existente. A fúria da construção de instalações turísticas nos locais atractivos, as

explosões de vendas especulativas de terrenos e as grandes intervenções nos ecossistemas locais, devido ao desenvolvimento das infra-estruturas e serviços turísticos, podem causar danos irreversíveis ao ambiente. Na cidade da Figueira da Foz, são muitos os hotéis e outras instalações turísticas similares, restaurantes, cafés, lojas, estradas, entre outros, que arruinam as belas paisagens naturais da costa marítima desta cidade. A oferta de solo e sua localização para determinado fim produz, necessariamente, um impacto na sua disponibilidade para outros fins. Não é de estranhar que a distribuição do solo e sua disponibilidade constituísse uma questão de conflito no desenvolvimento urbano para qualquer cidade (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1988). Neste contexto, “as necessidades individuais privadas podem colidir com as necessidades colectivas de utilização do solo, e com interesses locais, regionais e nacionais podem entrar em conflito no que respeita à utilização da terra” (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1988).

Actividades como a agricultura, que têm grandes necessidades de solo e que economicamente, na maioria dos casos em Portugal, são sinónimo de baixo rendimento financeiro, não podem competir pelo espaço, devido aos preços exorbitantes que os solos atingem dentro das cidades. Na Figueira da Foz, esta situação não é diferente e por conseguinte este sector é praticamente inexistente. Aliado a este facto, também se observou uma diminuta existência de espaços verdes na cidade, devido ao elevado valor que atribuíam ao solo, e que está na razão directa do seu contínuo desaparecimento. O desaparecimento dos espaços verdes significava a substituição dos campos agrícolas e das florestas (com a sua diversidade de flora e fauna existentes) pelo cimento, dando origem a inúmeras infra-estruturas.

O impacto ambiental é notório quando deparamos neste meio com escassez desses espaços. O único processo que se conhece de absorção do dióxido de carbono em larga escala é através da fotossíntese das plantas. As plantas desenvolvem-se extraindo carbono deste gás, sendo a maior parte do peso de uma árvore, de uma planta ou da mais pequena folha constituída por carbono (Yearley, 1992). Na cidade, a falta desses espaços provoca a concentração deste gás, resultando daí consequências graves para o ambiente, destacando-se o aumento do efeito de estufa e alterações climáticas consequentes.

Impacte dos resíduos

Resíduos sólidos

Um dos aspectos relevantes do impacte urbano é a eliminação de resíduos, particularmente os sólidos. Na cidade da Figueira da Foz, principalmente, nos meses de Verão, Julho, Agosto e Setembro, a população produz um volume de resíduos sólidos que ultrapassa largamente o registado noutros meses do ano. Os métodos tradicionais de evacuação dos lixos domésticos, como a recolha, descarga, compactação e aterro sanitário, constituíram uma solução prática e eficaz. Em 2001, dos 2.756 edifícios existentes na cidade da Figueira da Foz, 2.477 tinham recolha de resíduos sólidos urbanos, o que representava quase 90% do total. Apenas 279 edifícios não tinham recolha de resíduos, o que equivale a apenas 10% (INE, 2001). Saliente-se que nesta recolha estão incluídas toda a espécie de resíduos sólidos urbanos, tais como resíduos sólidos domésticos, comerciais, hospitalares e resíduos indústrias equiparados a urbanos, isto é, aqueles cuja produção diária, por entidade, não excede os 560 litros (Regulamento Municipal 03/2002 do Município da Figueira da Foz – Regulamento de Salubridade, Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos na Área do Município, artigo 10º - Resíduos Sólidos Urbanos).

Actualmente, o problema da poluição derivada dos lixos sólidos tornou-se num problema mais complexo, não sendo uma solução satisfatória a utilização dos aterros nem a simples queima de resíduos pelo processo da co-incineração (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1972-1982). Na Figueira da Foz, o destino final do lixo é o aterro sanitário (CESAP, 2002). Os lixos domésticos podem ser extremamente perigosos, pois podem conter “ácidos corrosivos, matérias orgânicas de grande longevidade e resíduos metálicos, que ao serem depositados nos aterros, podiam ser lixiviados pelas correntes que alimentam as águas subterrâneas, contaminando a água potável e poluindo as terras agrícolas” (Yearley, 1992). O processo da queima pode tornar-se numa solução não totalmente ecológica na eliminação dos resíduos sólidos, pois durante o processo liberta-se inevitavelmente dióxido de carbono e cinzas, a menos que a combustão seja cuidadosamente controlada, podendo também libertar-se outros gases nocivos para o ambiente (Yearley, 1992). A co-incineração, ironicamente, pode aumentar mais a poluição, em certos casos.

Neste quadro, reveste-se de extrema importância a adopção de medidas mais específicas e com maior eficácia. Algumas dessas medidas já estão implementadas nesta cidade, como seja a introdução de equipamentos novos com o objectivo de desenvolver uma política de reutilização e reciclagem de resíduos acompanhadas com campanhas de sensibilização aos cidadãos, para que diminuam a produção dos seus lixos domésticos. Os eco-pontos distribuídos por algumas ruas da cidade, para recolha selectiva de vidro, papel e cartão, embalagens, pilhas e baterias (CESAP 2002), pretendiam que os cidadãos adquirissem hábitos de seleccionar o seu lixo doméstico, podendo uma grande percentagem do mesmo ser novamente reutilizada, como o vidro, o papel, os metais e muitos produtos de plásticos (Yearley, 1992) As campanhas de sensibilização dirigidas à população para que diminuam a produção dos seus lixos domésticos pretendia consciencializar os cidadãos para a necessidade de evitar produtos envolvidos por embalagens de dimensões desproporcionadas ao seu conteúdo, combatendo assim o exagero de grandes embalagens e, por outro lado, informar os compradores para a composição química dessas mesmas embalagens, de forma alertar os cidadãos para o perigo das embalagens compostas por materiais mais prejudiciais ao ambiente.

Ao nível global, os ambientalistas lutam para que a minimização dos desperdícios passe pela redução da quantidade de material utilizado nas embalagens ou no encorajamento das próprias pessoas para comprar a granel (Yearley, 1992).

Poluentes gasosos

Na cidade da Figueira da Foz, o tráfego automóvel é um dos principais responsáveis pela poluição atmosférica devido à significativa circulação de transportes privados e públicos, principalmente na época de veraneio. Os automóveis são considerados como sendo os maiores consumidores individuais de recursos do mundo. Do ponto de vista de muitos ambientalistas, o automóvel é a questão-chave para o controlo e diminuição da poluição, exactamente porque, de entre todas as maiores fontes geradoras de poluição, esta mostra ser a que mais se encontra sob o controlo directo dos cidadãos (Yearley, 1992). Presentemente, são conhecidos os malefícios que os gases provenientes dos escapes do automóvel acarretam para o ambiente e para a saúde pública.

De entre os gases que são expelidos pelos escapes dos automóveis destacam-se alguns pela sua maior perigosidade, como o monóxido de carbono, dióxido de carbono, óxidos de azoto e chumbo (Yearley, 1992). O chumbo, que inicialmente era acrescentado à gasolina, tinha como objectivo prolongar a vida das válvulas de escapes dos motores, devido ao desgaste constante que a violência da explosão no motor exercia sobre estas. No entanto, descobriu-se que o composto de chumbo que se formava e era libertado pelo escape (chumbo tetraelito), quando em certas concentrações no ar, afectava o desenvolvimento do cérebro das crianças. Refira-se que só os automóveis mais antigos usam combustível com chumbo. O monóxido de carbono continua a ser um grave problema por resolver. Este gás, proveniente do próprio combustível que não foi queimado, é altamente venenoso, encontrando-se em baixas concentrações na atmosfera. Em locais fechados, em concentração mais elevadas, este gás tem sido responsável por algumas mortes (Yearley, 1992).

O dióxido de carbono, ao contrário do monóxido de carbono, não é um gás tóxico, no entanto, é um dos principais responsáveis pelo chamado efeito de estufa. Este gás e, ainda, os óxidos de azoto, contribuíram para o aquecimento global do planeta (Yearley, 1992). Com um “cocktail” de gases provenientes dos escapes dos automóveis, não existem dúvidas de que a intensa malha viária da cidade, atravessada de forma massiva por veículos automóveis, contribuiu para o aumento dos níveis de poluição atmosférica que se verifica nas cidades. As preocupações ambientais com a poluição causada pelos automóveis têm tido impacto a nível mundial, sendo desenvolvidos esforços conjuntos para arranjar alternativas para fazer face a este problema. Assim, em fase de experimentação, têm sido testados novos combustíveis, como o metanol, o etanol, hidrogénio e a utilização de energia eléctrica (Yearley, 1992). Entretanto, enquanto os resultados não são satisfatórios, algumas introduções vão sendo aplicadas nos automóveis de hoje, tendo em vista a diminuição do impacto ambiental. A introdução dos conversores catalíticos nos carros, denominados vulgarmente por painéis catalíticos, evidencia o esforço das entidades competentes para evitar ao máximo as emissões libertadas pelos escapes. Estes componentes, que funcionam nos automóveis movidos a gasolina sem chumbo, conseguem eliminar todos os gases, à excepção do dióxido de carbono, que continua a ser libertado (Yearley, 1992).

No caso da cidade da Figueira da Foz, os seus residentes, de forma geral, praticam já um tipo de vida mais saudável do que na maioria das cidades portuguesas. O hábito de andar a pé diariamente, principalmente nas suas deslocações para o emprego, é prática corrente de 41% da população residente.

No entanto, o turismo compromete esta realidade, o que poderia incentivar a adopção de medidas governativas com o objectivo de sensibilizar todos os cidadãos presentes na cidade em veraneio para o “abandono” do uso do seu automóvel em tempo de férias. Destacam-se várias iniciativas, como por exemplo: estimular os turistas para uma maior utilização dos transportes públicos, incentivar os transeuntes a utilizarem mais os veículos não poluentes, por exemplo, as bicicletas; proibir a livre circulação automóvel nas principais vias, pelo menos a certas horas do dia onde se regista maior concentração de gases, entre outras medidas. Só com campanhas deste género se pode contribuir para um ar mais puro e para um ambiente mais saudável.

Efluentes domésticos

Uma das principais pressões sobre a hidrosfera terrestre advém da falta ou diminuta falta de controlo sobre os efluentes, principalmente os efluentes domésticos. Neste sentido, tem vindo a manifestar-se, ao longo do tempo, uma preocupação generalizada sobre a poluição das águas costeiras e interiores causada pelo desenvolvimento de actividades turísticas. No desenvolvimento desta cidade, motivada pelo desenvolvimento turístico local, percebe-se que o crescimento se efectuou com um incremento rápido de equipamentos, capazes de assegurar todos os serviços necessários à população presente. Torna-se evidente que, se não houver uma adequada política de atenuação da poluição e de evacuação dos esgotos, eficientemente financiada e posta em prática, as consequências ambientais poderão ser graves (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Em alguns países, em tempos até recentes, era prática corrente o despejo dos respectivos resíduos no mar, particularmente através da rede de esgotos domésticos (Yearley, 1992). Estas descargas no mar sem qualquer tratamento prévio contaminavam a água e envenenavam a flora e fauna marinha. Por exemplo, em 1972, em certas zonas costeiras, localizadas em várias partes da Europa, as autoridades locais foram obrigadas a declarar o mar impróprio para actividades balneares devido à poluição (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

Na cidade da Figueira da Foz, servida por uma ampla rede de saneamento, a presença do mar poderia ser uma tentação para a libertação destes efluentes domésticos, principalmente no Verão, quando ocorre um aumento significativo do consumo de água e de efluentes. Este aumento provém, principalmente, da sobrecarga hoteleira e dos veraneantes. No entanto, esta cidade preocupa-se com o ambiente e obviamente com o turismo, pois se o desenvolvimento turístico de muitas áreas contribui inegavelmente para a poluição, a poluição também pode, por sua vez, exercer efeitos nocivos sobre o turismo (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991). Assim, verificou-se uma preocupação da cidade com o tratamento dos seus efluentes, traduzida numa ampla rede de sistema de saneamento básico que serve esta localidade.

Neste contexto, são apresentados alguns dados relativos ao estudo das condições de habitabilidade dos edifícios e suas implicações para o meio ambiente, na cidade da Figueira da Foz. Em 2001, dos 4.272 alojamentos familiares ocupados como residência habitual, cerca de 4.097 estavam ligados a um qualquer sistema de esgotos e cerca de 175 englobavam-se noutros casos (INE, 2001). Estes números revelavam que aproximadamente 96% destes alojamentos possuem condições favoráveis para a eliminação destes resíduos. Destes 4.097 alojamentos, 4.023 (cerca de 98,2%), encontravam-se ligados à rede pública de esgotos contra 74 (aproximadamente 1,8%), que mantinham a ligação ao sistema particular de esgotos (INE, 2001). O sistema particular de esgotos era constituído, habitualmente, por uma fossa séptica que, quando atinge o seu máximo de capacidade, obriga à recolha e posterior descarga em ETAR para o seu devido tratamento. Relativamente a estes dados, pode concluir-se que a quase totalidade dos alojamentos familiares utilizados durante todo o ano (residência habitual) estão ligados a uma rede de recepção de efluentes domésticos e que a rede de esgotos que servia a generalidade estas habitações é pública. Os efluentes são canalizados para estações de tratamento de águas residuais (ETARs), existindo cinco ETARs ao nível do concelho, localizadas nas seguintes áreas geográficas: S. Pedro, Santo Amaro da Boiça e Alhadas de Maiorca e Costa de Lavos. (CCRC, 1994-1999; www.figueiradigital.com/cmff/galerias.asp.) A ETAR de Vila Verde, localizada na freguesia de Vila Verde, é a que serve a rede de saneamento básico da cidade da Figueira da Foz. Assim, procedeu-se à despoluição da água, permitindo a sua reutilização ou sua libertação para o ecossistema natural (CESAP, 2002)

Já em Vila Nova o sector terciário é pouco representativo, traduzindo-se num pequeno conjunto de equipamentos públicos que garantiam o mínimo de serviços disponibilizados à população local. A esta realidade acresce um número reduzido de população residente e presente, verificando-se apenas um aumento ligeiro do número de pessoas presentes no Verão, relacionado com algumas festividades que ocorrem nesta época do ano e a vinda de alguns emigrantes à sua terra natal. Neste âmbito, não se registam significativos impactos ambientais, não se identificando fontes poluidoras pontuais. Os resíduos sólidos urbanos são basicamente produzidos pela população residente, existindo no entanto um sistema eficaz de recolha dos mesmos. Dos 661 edifícios existentes em Vila Nova, 659 são abrangidos por recolha de resíduos sólidos urbanos e só em apenas 2 tal não acontece (INE, 2001). A emissão de poluentes gasosos é muito reduzida, resumindo-se a pequenas emissões provenientes dos escapes dos automóveis mas que, no entanto, devido à fraca circulação rodoviária, não representam impactes ambientais relevantes. Em relação aos resíduos líquidos, só importa o estudo dos efluentes domésticos, não existindo nenhuma outra carga poluente de maior importância. Assim, dos 425 alojamentos familiares ocupados como residência habitual, 66 encontram-se ligados à rede pública de esgotos, 310 alojamentos estão ligados a rede particular e 49 alojamentos inserem-se em outros casos (INE, 2001). Estes números revelam que a grande maioria dos alojamentos, cerca de 73%, se encontram ligados ao sistema particular, o que se traduz na existência de um espaço de recepção, as fossas sépticas. Apenas 15,5% desses alojamentos têm ligação à rede pública de esgotos e o restante, cerca de 11,5%, são distribuídos por outros casos. Saliente-se que, em Vila Nova, a disparidade dos números relativamente aos alojamentos com ligação a rede particular e rede pública de esgotos advém também do facto desta localidade só há escassos anos ter acesso à rede de serviço de saneamento básico público. O destino destes efluentes é a ETAR de Miranda do Corvo, localizada na vila de Miranda do Corvo (Fig.53).



Fig.53 - Estação de Tratamento de Águas Residuais (Miranda do Corvo)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade da Figueira da Foz, localizada na faixa litoral do nosso país, apresenta problemas idênticos aos que se verificam na maioria das cidades a nível ambiental. A começar pela forte densidade populacional que se regista nesta cidade, esta tem ainda a particularidade de possuir uma actividade terciária bastante desenvolvida, o turismo de praia, que sujeita esta localidade a uma maior pressão sobre o meio ambiente, principalmente na época de verão. A elevada procura de espaço, motivada pelo crescente interesse socio-económico, provoca uma especulação intensa no preço do solo. Assim, a ocupação dos espaços é cada vez mais orientada para a localização e edificação de infra-estruturas que obtenham significativos rendimentos financeiros, capazes de suportar o elevado custo da área por estes ocupada. Não é, portanto, de estranhar que as actividades que ocupavam grandes espaços e que geravam baixos rendimentos económicos tenham deixado de poder competir, em pé de igualdade, com actividades que obtêm avultadas margens de lucro. O desaparecimento da quase totalidade do sector primário nesta cidade, principalmente a agricultura e silvicultura, veio confirmar esta realidade. Estas actividades primárias não suportaram a elevada pressão a que foram sujeitas, tendo sido substituídas, gradualmente, por áreas residenciais, de comércio ou de prestação de serviços. Neste campo, devido à pouca representatividade deste sector, também o ambiente era afectado, principalmente devido à alteração de uma paisagem natural por uma artificial, dando lugar à impermeabilização do solo, quer por alcatrão quer por cimento, o que constitui um elevado impacte ambiental.

O sector industrial também desempenhou um papel importante devido ao impacto que o funcionamento das indústrias provoca no meio envolvente. No entanto e, como já foi anteriormente referido, as medidas que foram implantadas pelas indústrias e seu constante aperfeiçoamento, vão reduzindo os impactes negativos. É inquestionável que o principal impacte ambiental se ficou a dever à elevada concentração de equipamentos e actividades ligadas ao sector terciário presentes nesta cidade. Aqui, o turismo agressivo, que apela à presença dos veraneantes, contribuiu para a alteração da paisagem genuína. Esta cidade tem que resolver, no seu quotidiano, o grande volume de resíduos, sólidos, líquidos e gasosos, resultado do enorme consumo populacional. Mas, em contraponto, a cidade envida esforços para combater este mal que advém do desenvolvimento económico e social

da localidade. Das medidas que já foram mencionadas neste capítulo referentes ao sector terciário, acrescente-se a significativa importância de legislação do Município da Figueira da Foz, como testemunha o Regulamento Municipal 03/2002. Este regulamento, Regulamento de Salubridade, Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos na Área do Município, visa a “gestão dos resíduos, preferencialmente, a prevenção ou redução da produção ou nocividade dos resíduos, nomeadamente, através da reutilização e da alteração dos processos produtivos por via da adopção de tecnologias mais limpas, bem como da sensibilização dos agentes económicos e dos consumidores” (Regulamento Municipal 03/2002 do Município da Figueira da Foz – Regulamento de Salubridade, Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos na Área do Município, artigo 3º - Gestão de Resíduos em Geral). Por último, referir apenas que o turismo não exerce só efeitos negativos sobre o ambiente, bem pelo contrário, o turismo pode e deve exercer uma acção benéfica sobre o mesmo, mediante os incentivos disponibilizados para a conservação e protecção das características físicas do ambiente, dos sítios e monumentos históricos. O turismo pode contribuir de forma positiva para a vida, a vários níveis, “contando que a oferta seja bem planeada e de alto nível e se respeitem a herança cultural, os valores turísticos e o ambiente natural, social e humano” (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 1991).

Vila Nova, localizada já fora da estreita faixa litoral de Portugal Continental onde imperou um desenvolvimento económico-social mais acentuado, é uma localidade tipicamente rural que apresenta características idênticas à de muitas povoações situadas no extenso interior do nosso país. Esta localidade caracteriza-se por uma fraca representatividade do sector secundário, neste caso quase inexistente, e um sector terciário bastante subdesenvolvido. Prevalece, ao nível da terra, um sector primário que, apesar de enfrentar um marcante declínio, tanto ao nível de trabalhadores como ao nível do número de terras exploradas, continua a prevalecer, como se constata pelas suas paisagens verdes, compostas por floresta e campos agrícolas. Neste panorama, os impactes ambientais decorrentes das actividades humanas ficaram a dever-se principalmente ao sector primário, pois a reduzida presença de infra-estruturas relacionadas com actividades secundárias e terciárias contribuiu quase por completo para a ausência de actividades humanas decorrentes da prestação de outro tipo de serviços. Nas actividades ligadas ao sector primário, principalmente na agricultura e silvicultura, alguns erros são cometidos contra o ambiente,

devido fundamentalmente à falta de conhecimentos mais aprofundados sobre o impacto das acções quotidianas desenvolvidas na lavoura. No entanto, também ao nível do sector primário, o impacte ambiental era mínimo, destacando-se duas principais razões. Em primeiro lugar, a cada vez menor prática agrícola, o que reduz os seus efeitos nocivos para o ambiente e, em segundo, a acentuada desproporcionalidade entre as áreas transformadas em campos agrícolas e a vasta superfície do solo coberta maioritariamente por espécies arbóreas, destacando-se aqui a significativa presença do pinheiro bravo. Nesta localidade, as agressões ambientais são quase irrelevantes, até devido à enorme capacidade de auto-depuração do meio. Predominam, nesta localidade, as áreas de floresta e a sua contribuição, a vários níveis, para um ambiente puro e saudável (Fig.54). A presença do verde é, normalmente, um garante do equilíbrio entre o Homem e a Natureza, desempenhando a floresta o seu importante papel no ecossistema terrestre.

A intensa floresta, característica marcante da paisagem da localidade, permite a protecção do solo dos processos erosivos e a preservação da fauna e da flora, além de ser um importante sumidouro de gás carbónico, gás que pelo processo da fotossíntese é absorvido e fixado pela planta, sendo libertado posteriormente oxigénio, gás vital para a existência de vida na terra. Apesar do desenvolvimento económico-social em Vila Nova estar comprometido pelo despovoamento e desertificação contínuos, o contraste da ocupação do solo, comparativamente à Figueira da Foz, permitiu destacar esta localidade do interior, Vila Nova, como sendo um “oásis ambiental” num mundo cada vez mais poluído. O contributo de Vila Nova para um ambiente mais limpo não se restringe ao seu limite geográfico.

À data, a presença de um Parque Eólico no seu domínio territorial contribuiu para a utilização cada vez maior de recursos renováveis, utilizando-se, neste caso, a força do vento, a energia eólica, para a produção de energia eléctrica. É de extrema importância este investimento, dado que Portugal é um país com baixos recursos energéticos e depende essencialmente da compra a terceiros de energia, quer sob a forma de combustível fóssil, electricidade ou gás. No entanto, o principal problema que se procura combater é o de reduzir ao máximo a poluição ambiental, garantindo também o cumprimento das emissões de poluentes a que Portugal se propôs aquando da assinatura do Protocolo de Quioto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arroteia, Jorge Carvalho – *Figueira da Foz: A cidade e o mar.* – Coimbra : CCRC, 1985.

Baptista, João M. – *Chorografia moderna do Reino de Portugal;* (vol. III); Lisboa; Tipografia da Academia Real das Ciências, 1975. p. 251.

Borges, José Pedro Aboim - *Figueira da Foz.* – 1ª ed. – Lisboa : Presença, 1991.

Caetano, Lucília - *Território, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento /* coordenação. – Coimbra : Centro de Estudos Geográficos, Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. p.193-216.

Caniggia, Gianfranco, Maffei, G. Luigi - *Tipologia de la Edification: Estructura del Espacio Antrópico,* Celeste Ediciones S.A., Madrid, 1995. p. 144.

Cascão, Rui – *Demografia e Sociedade: A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX.* – Lisboa : Rev. Hist. Ec. e Social, 1985.

Cataldi, G. et al, «*The Italian school of process typology*» in *Urban Morphology, Journal of the Internacional Seminar on Urban Form,* vol.1, 1997.

César, Rui, Cunha, Júlio Pinheiro da - *Ordenamento do Território e Gestão Urbanística Municipal.* - Edição da A.T.A.M., 1998. p. 11-24.

CCDRC - *Aldeias do Xisto,* Revista de acompanhamento do programa das Aldeias do xisto; edição nº1. - Coimbra, CCDRC, 2003. p. 11.

CCRC - *Procentro – Programa Operacional da Região Centro 1994-1999.* – Coimbra, CCRC. p. 157.

Costa, Américo - *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*; (vol.VI); Lisboa, 1938. pp.172.

Curado, Hermínio Carvalho - *Figueira da Foz: contributo para o estudo da evolução do seu espaço urbano*. – Coimbra, 1987. - pp. 88-118.

D.G.S.H. – *O Porto da Figueira da Foz*; Lisboa, 1966;

Figueiredo, Elisabete, – *Modulo Sociedade e Ambiente, da unidade curricular1 - Fundamentos em Ciência Ambientais* - Curso do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade de Aveiro, 2003/2004;

Garnier, Jacqueline Beaujeu-, Georges, Chabot - *Tratado de geografia urbana*. – revisión y cuidado de la edición española Horácio Capel; prólogo de J. Vilá Valentí. – Barcelona: Vicens-Vives, 1970.

Gomes, Manuel Loureiro Rogério – *Ambiente Urbano: conceito e estratégia*. – Lisboa: URBE, 2000; p. 24-33.

Guerreiro, Maria Rosália - *A Lógica Territorial na Génese e Formação das Cidades Brasileiras; O Caso de Ouro Preto*. - Comunicação apresentada no colóquio “ A construção do Brasil Urbano”, 2000.

Instituto Nacional de Estatística - *Recenseamento Geral da População (1991,2001)*. – Coimbra, I.N.E.

Instituto Nacional de Estatística - *Classificação por sector de actividade económica (1991,2001)*. – Coimbra, I.N.E.

Instituto Nacional de Estatística - *Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (CESAP)*. Coimbra, I.N.E. 2002.

LEAL, Augusto Soares d'Almeida Barbosa de Pinho - *Portugal antigo e moderno: dictionário geográfico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias*, vol.1. - Lisboa : Cota d'Armas, 1990).

Lourenço, Luciano. et al - *Viagem de estudo às Serras da Lousã e de Cebola: livro-guia: guide book*, - Coimbra : Internacional Conference on Forest Fire, 1990. – Vol. Policopiado. p.11-15.

Lourenço, Luciano - *Viagem de estudo às Serras do Açor e da Lousã: livro-guia.* – Coimbra: Inst. Estudos Geográficos, 1988. – 26p. – Sep.de “Jornadas Científicas sobre Incêndios Florestais. Coimbra, 23 a 25 Nov./1998. – vol. Policopiado. P. 18-19.

Loureiro, Adolpho – *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes: atlas*, volume II. - Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Mano, António Pedro – *Módulo 3.1.1 - Tecnologias Ambientais* - Curso do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade de Aveiro, 2003/2004;

Mela, Alfredo, et. al. – *A Sociologia do Ambiente*; trad. Isabel Teresa Santos. -1º ed.. – Lisboa: Editorial Estampa; 2001. p. 29-111.

Nunes, Mário - *Nos caminhos do património II.* – Coimbra : Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), 1995. p. 235.

Pinto, Maurício e Esteves, Raimundo – *Aspectos da Figueira da Foz.* - Figueira da Foz, Edição da Comissão Municipal de Turismo, 1945. p. 9-42.

Plano Director Municipal da Figueira da Foz - *PDM- Figueira da Foz.* - Figueira da Foz, 1992. p. 8-11.

Plano Director Municipal da Figueira da Foz – *Principais infraestruturas concelhias (Relatório 5)*; - Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1989. p. 4-22.

Plano Director Municipal de Miranda do Corvo - *PDM- Relatório*. - Câmara Municipal de Miranda do Corvo, 1991. p.36.

Programa das Nações Unidas para o Ambiente - *O Ambiente no Mundo (1972-1982) – Agricultura, Indústria e Turismo*, Volume III. - Inst. Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 50-200.

Programa das Nações Unidas para o Ambiente - *O Ambiente no Mundo (1972-1982) – População, Estabelecimentos Humanos e Paz e Segurança*, Volume V. - Inst. Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 50-62.

Rodrigues, António Manuel Carvalho - *Da Arte de Miranda*. – Câmara Municipal de Miranda do Corvo, 2003. pp.33-34.

Serrão, Joel - *Dicionário de história de Portugal* / dirigido por Joel Serrão, Vol.1. – Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

Silva, Armando Alves - *Vila Nova: suas grandezas e misérias*. - Coimbra; De um livro em preparação, 1965. p. 4-10.

Silva, A. Baldaque de - *Estado actual das pescas em Portugal*; Lisboa; Imprensa Nacional, 1891.

Stern, Paul C, et. al. - *Mudanças e Agressões ao Meio Ambiente*, capítulo 2. - Editora McGraw-Hill Ltda, 1993. p.11-23.

Torga, Miguel, pseud. - *A Criação do Mundo*, vol.2 - 4a ed.refundida. – Coimbra, 1969. p. 132-133.

Yearley, Steven - *A causa verde: uma sociologia das questões ecológicas*. – Oeiras: Celta Editora, 1992; p.21-40.

Outras consultas

Coutinho, Bela, - *Obras do “Portinho” da Gala prontas para as embarcações*. Diário de Coimbra, edição de 3 de Setembro de 2004. p.10.

Decreto-Lei n.º 310/95 de 20-11-1995, Gestão de Resíduos.

Decreto-Lei n.º 194/2000 de 21 de Agosto, Prevenção e Controlo Integrados da Poluição.

Eernova-Novas Energias,S.A., empresa do Grupo EDP, - *Projecto e Gestão do Parque Eólico de Vila Nova*. – Eernova, 2003, pp.8-61.

Freguesia de Vila Nova: Vila Nova-Miranda do Corvo. [C] . – Matosinhos, O Nosso País, Gabinete de Projecção e Divulgação das Culturas de Portugal. 2003. Disponível em www.onossopais.com

Freguesia de Vila Nova – *Miradouro do Concelho*. Folheto Turístico Local, 2004.

Lei de Bases do Ambiente, n.º 11/87 de 7 de Abril, artigo 5º, item 2º alínea a.

Regulamento do Município da Figueira da Foz – *Regulamento de Salubridade, Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos na Área do Município, artigo 10º - Resíduos Sólidos Urbanos*. - Câmara Municipal da Figueira da Foz, 03/2002.

Ventura, António, - *Produção de energia começa este mês*. Jornal Mirante, edição de 1 de Julho de 2004. p. 14.

Documentos electrónicos (Sites)

AmbiPombal - *AmbiPombal : Recolha de Resíduos Industriais, Lda.* (Consulta : 7 Julho. 2004). Disponível em www.ambipombal.pt

Figueira da Foz - *Figueira digital.* (Consulta : 20 Agosto. 2004). Disponível em www.figueiradigital.com

Figueira da Foz on line - *Freguesia de S. Julião.* (Consulta: 17 de Maio. 2004). Disponível em www.figueiraonline.com/freguesias/SJuliao/default.htm

International Organization for Standardization - *ISO.* (Consulta: 20 de Novembro. 2004). Disponível em www.iso.org/iso

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento - *IAPMEI* (Consulta: 5 de Setembro. 2004). Disponível em www.iapmei.pt

Instituto Nacional de Estatística - *INE – Infoline.* (Consulta: Maio. 2004). Disponível em www.ine.pt

Miranda do Corvo - *Portal de Miranda do Corvo* (Consulta: 27 de Maio. 2004). Disponível em www.mirandadocorvo.com

Natureza e Ambiente - *Naturlink: a ligação à natureza.* (Consulta: 4 de Dezembro.2004). Disponível em www.naturlink.pt

Recolha de Resíduos Industriais - *RRI.* (Consulta: 7 de Dezembro.2004). Disponível em www.rri-residuos.pt

Recolha e Recuperação de Desperdícios, Lda - *QUIMA.*(Consulta: 6 de Dezembro.2004). Disponível em www.quima.pt

Sociedade de Recuperação e Valorização de Resíduos, Lda - *Renascimento: Gestão Ambiental (Um desafio para o Futuro!)*. (Consulta: 6 de Dezembro.2004).
Disponível em www.renascimento-residuos.pt